



**CÂMARA DE VEREADORES DE**  
**ALAGOINHA**  
Casa Manoel Izidoro Sobrinho



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR  
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 3e3bd284-292e-43e2-95ae-b0dccc33b18db

Alagoinha, 14 de Março de 2022.

OFÍCIO Nº 028/2022.

Ao  
Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHA EXERCÍCIO DE 2021 Cumprindo as exigências da Resolução T. C. nº 153, de 15 de Dezembro de 2021, apresentamos a Prestação de Contas em epígrafe, em meio eletrônico, contendo a movimentação contábil e informações, exigidas no art. 1º e Anexo V, da referida resolução, relativas à Câmaras Municipais.

Ao ensejo renovamos votos de apreço e consideração.

Atenciosamente.

  
**JOSÉ FLAVIO INÁCIO DOS SANTOS JÚNIOR**  
Presidente

Câmara Municipal de Alagoinha

Estado de Pernambuco



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUIZ  
Acesse em: <https://eicce.tee.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 152d50e6-38d7-40b1-92d3-36370256b665

# Balanço Orçamentário Individual

Demonstração Contábil Separada



BOI

2021

Publicado em março de 2022



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: f52d50e6-38d7-40b1-92d3-3637025cb65c



**BOI**  
**2021**

**Balanco Orçamentário Individual**  
**Demonstração Contábil Separada**

Departamento de Contabilidade



Publicado em março de 2022



**BOI**  
**2021**

**Balanco Orçamentário Individual**  
**Demonstração Contábil Separada**



## APRESENTAÇÃO

O Balanço Orçamentário Individual (BOI), foi elaborado em conformidade com o Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pela Portaria STN nº 438/2012, e orientações determinadas pela Secretaria do Tesouro Nacional através da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 877/2018, bem como da Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 07.

Os fenômenos de natureza orçamentária que deram suporte a elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), com especial inferência da NBC TSP nº 11 e 13, editada pelo Conselho Federal de Contabilidade alinhados padrão internacional definido pelo *International Federation of Accountants (IFAC)*.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistema informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 7.185 de 27 de maio de 2010. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições, com suporte orientativo do Centro de Estudos, Pesquisa e Assessoria em Administração Municipal Ltda (CESPAM).

O Balanço Orçamentário Separado (BOS), apresenta comparativo entre as receitas previstas e as despesas realizadas com o objetivo de aferir o resultado da execução orçamentária durante o exercício. Esse outros dados são evidenciados neste balanço, como por exemplo, o excesso ou déficit de arrecadação, a economia orçamentária e informações relacionadas a restos a pagar processados e não processados.

Integra-se ao balanço as notas explicativas, elaboradas em conformidade com o MCASP e Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021, conforme anexos XIX e XX, além de apresentar o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIP-CP) com seus respectivos prazos de adesão.

Para melhor compreensão por parte dos usuários da informação contábil, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.

Durante o exercício de 2021 o município também esteve em estado de calamidade pública, conforme Decreto Legislativo nº 06 e Decreto Estadual nº 48.833, ambos publicados em 20 de março de 2020, decorrente da pandemia causada pelo COVID-19. Desta forma, para melhor compreensão dos fenômenos contábeis, orçamentários e patrimoniais, alertamos o usuário da informação a possíveis mudanças bruscas de padrão e comportamento de ingressos e desembolsos de recursos neste período para efeitos comparativos e estatísticos.

O balanço de 2021, apresenta como resultado da execução orçamentária (receita arrecadada menos a despesa empenhada) o valor de R\$ 1.507.469,22 deficitário. A seguir será apresentado o balanço orçamentário na íntegra e na sequência as Notas Explicativas. É importante destacar que esta entidade tem composição orçamentária deficitária, dependendo de transferências financeiras repassadas pelo Poder Executivo. Desta forma, se incorporarmos os ingressos orçamentários o valor de R\$ 1.665.000,00, decorrentes das transferências financeiras recebidas, menos a despesa empenhada, temos um resultado da execução orçamentária de R\$ 157.530,78, superavitário. A seguir será apresentado o balanço orçamentário na íntegra e na sequência as Notas Explicativas.

**JOSÉ FLÁVIO INÁCIO DOS SANTOS JÚNIOR**  
Presidente da Câmara

**EDIMAX DA SILVA LEAL**  
Responsável pela Contabilidade



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
Acesse em: [http://www.alagoania.gov.br/portal/validaDoc.seam?codigo\\_documento:1524506-3-847-40b1-0d3-337025c-055c](http://www.alagoania.gov.br/portal/validaDoc.seam?codigo_documento:1524506-3-847-40b1-0d3-337025c-055c)



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: f52d50e6-38d7-40b1-92d3-3637025cb65c

**BOI**  

---

**2021**

**Balanco Orçamentário Individual**

---

**Demonstração Contábil Separada**



## Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Valores em R\$ - Período: 01/01/2021 até 31/12/2021

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
<b>RECEITAS CORRENTES (I) (Nota 1)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidade	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA SILVA  
 Acesso em: https://eiccei.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: f52d50e6-38d7-40b1-92d3-3637025cb65c



## Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Valores em R\$ - Período: 01/01/2021 até 31/12/2021

Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II) (Nota 2)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DÉFICIT (VI) (Nota 7)</b>	-----	-----	<b>1.507.469,22</b>	-----
<b>TOTAL (VII) = (V + VI) (Nota 3)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.507.469,22</b>	<b>1.507.469,22</b>
<b>Saldos de Exercícios Anteriores</b>	-----	-----	-----	-----
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-----	-----	-----	-----
Superávit Financeiro	-----	-----	-----	-----
Reabertura de Créditos Adicionais	-----	-----	-----	-----



**Anexo 12 - Balanço Orçamentário**

Valores em R\$ - Período: 01/01/2021 até 31/12/2021

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO (j) = (f - g)
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII) (Nota 4)</b>	<b>1.600.000,00</b>	<b>1.498.753,22</b>	<b>1.498.753,22</b>	<b>1.498.753,22</b>	<b>1.498.753,22</b>	<b>0,00</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.314.000,00	1.212.313,25	1.212.313,25	1.212.313,25	1.212.313,25	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	286.000,00	286.439,97	286.439,97	286.439,97	286.439,97	0,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL (IX) (Nota 5)</b>	<b>65.000,00</b>	<b>8.716,00</b>	<b>8.716,00</b>	<b>8.716,00</b>	<b>8.716,00</b>	<b>0,00</b>
INVESTIMENTOS	65.000,00	8.716,00	8.716,00	8.716,00	8.716,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)</b>	<b>1.665.000,00</b>	<b>1.507.469,22</b>	<b>1.507.469,22</b>	<b>1.507.469,22</b>	<b>1.507.469,22</b>	<b>0,00</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII)</b>	<b>1.665.000,00</b>	<b>1.507.469,22</b>	<b>1.507.469,22</b>	<b>1.507.469,22</b>	<b>1.507.469,22</b>	<b>0,00</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	-----	-----	-----	-----	-----	-----
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII) (Nota 6)</b>	<b>1.665.000,00</b>	<b>1.507.469,22</b>	<b>1.507.469,22</b>	<b>1.507.469,22</b>	<b>1.507.469,22</b>	<b>0,00</b>
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (Nota 8)	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO A PAGAR (f) = (a + b - d - e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIR PEREIRA DA LUZ  
 Acesso em: https://tce.ce.gov.br/epm/validaDoc.seam Código de Verificação: f52d50e6-38d7-4081-92d3-3637025cb65c



**Anexo 12 - Balanço Orçamentário**

Valores em R\$ - Período: 01/01/2021 até 31/12/2021

<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
--------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

**QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS**

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS (Nota 9)	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO A PAGAR (e) = (a + b - c - d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JÚNIOR**

Presidente da Câmara

**Jairo Pereira da Luz**Contador  
CRC PE - 027230/O-0



**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHA**  
**Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade**  
**Exercício de 2021**



**Notas Explicativas**

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

- No quadro da execução de restos a pagar não processados, foram informados os restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior e suas respectivas fases de execução. Os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior ao de referência deverão compor o quadro da execução de restos a pagar processados.
- Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinação do MCASP, pág. 412.
- No quadro de execução de restos a pagar processados, foram informados os restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução. Foram informados, também, os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior.

**b.3. Termos e Definições correlatos ao Balanço Orçamentário:**

**RECEITA ORÇAMENTÁRIA:**

**Previsão Inicial**

Demonstra os valores da previsão inicial das receitas conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA). Os valores registrados nessa coluna permanecerão inalterados durante todo o exercício, pois refletem a posição inicial do orçamento previsto na LOA. As atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes a data da publicação da LOA, também integrarão os valores apresentados na coluna.

**Previsão Atualizada**

Demonstra os valores da previsão atualizada das receitas, que refletem a reestimativa da receita decorrente de, por exemplo: a) registro de excesso de arrecadação ou contratação de operações de crédito, ambas podendo ser utilizadas para abertura de créditos adicionais; b) criação de novas naturezas de receita não previstas na LOA; c) remanejamento entre naturezas de receita; ou d) atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas após a data da publicação da LOA. Se não ocorrerem eventos que ocasionem a reestimativa da receita, a coluna Previsão Atualizada apresentará os mesmos valores da coluna Previsão Inicial.

**Receitas Realizadas**

Correspondem às receitas arrecadadas diretamente pelo órgão, ou por meio de outras instituições como, por exemplo, a rede bancária.

**Receitas Correntes**

Receitas Correntes são as receitas orçamentárias que aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas e que, em geral, provocam efeito positivo sobre o Patrimônio Líquido.

**Receitas de Capital**

Receitas de Capital são as receitas orçamentárias que aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas e que, em geral, não provocam efeito sobre o Patrimônio Líquido.

**Operações de Crédito / Refinanciamento**

Demonstra o valor da receita decorrente da emissão de títulos públicos e da obtenção de empréstimos, inclusive as destinadas ao refinanciamento da dívida pública. Os valores referentes ao refinanciamento da dívida pública deverão ser segregados em operações de crédito internas e externas, e estas segregadas em dívida mobiliária e dívida contratual. Este nível de agregação também se aplica às despesas com amortização da dívida e refinanciamento.

**Déficit**

Demonstra a diferença negativa entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas, se for o caso. Equivale à diferença entre a linha Subtotal com Refinanciamento (V) das receitas e a linha Subtotal com Refinanciamento (XII) das despesas. Se as receitas realizadas forem superiores às despesas empenhadas, essa diferença será lançada na linha Superávit (XIII). Nesse caso, a linha Déficit (VI) deverá ser preenchida com um traço (-), indicando valor inexistente ou nulo. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário.

**Saldos de Exercícios Anteriores**

Demonstra o valor dos recursos provenientes de exercícios anteriores que serão utilizados para custear despesas do exercício corrente. Estão compreendidos nessa rubrica: a) Recursos arrecadados em exercícios anteriores; b) Superávit financeiro de exercícios anteriores; c) Créditos adicionais autorizados nos últimos quatro meses do exercício anterior ao de referência e reabertos no exercício de referência Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores Demonstra os valores arrecadados em exercícios anteriores que serão utilizados para custear despesas de benefícios previdenciários do RPPS do exercício corrente, permitindo o equilíbrio na aprovação da Lei Orçamentária. A classificação orçamentária criada para essa finalidade é a "9990.00.00 – Recursos arrecadados em exercícios anteriores - RPPS", que se encontra disponível na relação de naturezas de receitas, conforme estabelecido na Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001. No caso do RPPS, inicialmente há mais receitas do que pagamentos de benefícios (fase de capitalização). Para que haja equilíbrio orçamentário, a diferença de valores é lançada como reserva do RPPS do lado da despesa orçamentária. Entretanto, a partir de determinado momento, é provável que haja mais despesas do que receitas, fazendo-se necessário utilizar os recursos que foram anteriormente capitalizados. Deste modo, a parcela de recursos de exercícios anteriores que será utilizada para complementar os pagamentos de aposentadorias e pensões poderão ser incluídas na previsão da receita para fins de equilíbrio orçamentário. Ressalta-se que, quando da elaboração do projeto de lei orçamentária, estes recursos arrecadados em exercícios anteriores ainda não podem ser

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHA**  
**Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade**  
**Exercício de 2021**



**Notas Explicativas**

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

classificados como superávit financeiro, já que este só pode ser obtido ao final do exercício. Assim, tais recursos poderão ser incluídos na coluna de previsão inicial, para fins de demonstração do equilíbrio na aprovação do orçamento. Todavia, não são passíveis de execução, por já terem sido arrecadados em exercícios anteriores. Na execução do orçamento, estes recursos serão lançados como superávit financeiro no Balanço Orçamentário na coluna de receita realizada.

**Superávit Financeiro de exercícios anteriores**

Conforme previsto no art. 43 da Lei nº 4.320/1964, o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior constitui fonte para abertura de crédito adicional. Tais valores não são considerados na receita orçamentária do exercício de referência nem serão considerados no cálculo do déficit ou superávit orçamentário já que foram arrecadados em exercícios anteriores. Apresenta valores somente nas colunas Previsão Atualizada e Receita Realizada e deverá corresponder ao valor utilizado para a abertura de créditos adicionais e valor efetivamente utilizado para o empenho de despesas, respectivamente.

**Reabertura de Créditos Adicionais**

Corresponde aos créditos adicionais autorizados nos últimos quatro meses do exercício anterior que forem reabertos no exercício de referência, observado o saldo remanescente<sup>5</sup>. Somente deverão ser levados ao balanço os valores efetivamente reabertos.

**DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS**

**Dotação Inicial**

Demonstra os valores dos créditos iniciais conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA). Os valores registrados nessa coluna permanecerão inalterados durante todo o exercício, pois refletem a posição inicial do orçamento previsto na LOA.

**Dotação Atualizada**

Demonstra a dotação inicial somada aos créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício de referência e às atualizações monetárias efetuadas após a data da publicação da LOA, deduzidos das respectivas anulações e cancelamentos. Se não ocorrerem eventos que ocasionem a atualização da despesa, a coluna Dotação Atualizada apresentará os mesmos valores da coluna Dotação Inicial.

**Despesas Empenhadas**

Demonstra os valores das despesas empenhadas no exercício, inclusive das despesas em liquidação, liquidadas ou pagas. Considera-se despesa orçamentária executada a despesa empenhada.

**Despesas Liquidadas**

Demonstra os valores das despesas liquidadas no exercício de referência, inclusive das despesas pagas. Não inclui os valores referentes à liquidação de restos a pagar não processados.

**Despesas Pagas**

Demonstra os valores das despesas pagas no exercício de referência. Não inclui os valores referentes ao pagamento de restos a pagar, processados ou não processados.

**Despesas Correntes**

Despesas Correntes são as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

**Despesas de Capital**

Despesas de Capital são as despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

**Reserva de Contingência**

Reserva de Contingência é a destinação de parte das receitas orçamentárias para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos, bem como eventos fiscais imprevistos, inclusive para a abertura de créditos adicionais.

**Reserva do RPPS**

Reserva do RPPS é a destinação de parte das receitas orçamentárias do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) para o pagamento de aposentadorias e pensões futuras. Ressalta-se que a diferença entre a reserva do RPPS e a reserva de contingência está na subfunção, identificadas pelos códigos 997 e 999, respectivamente, conforme a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001. Ressalta-se ainda que esta rubrica se destina a evidenciar a reserva/guarda de um recurso que será utilizado para custear despesas futuras, não havendo execução de fato (empenho, liquidação ou pagamento) nesta rubrica.

**Amortização da Dívida/ Refinanciamento**

Demonstra o valor da despesa orçamentária decorrente do pagamento ou da transferência de outros ativos para a quitação do valor principal da dívida, inclusive de seu refinanciamento. Os valores referentes à amortização da dívida pública deverão ser segregados em operações de crédito internas e externas, e estas segregadas em dívida mobiliária e dívida contratual. Este nível de agregação também se aplica às receitas com operações de crédito e refinanciamento.

**Superávit**

Demonstra a diferença positiva entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas, se for o caso. Equivale à diferença entre a linha Subtotal com Refinanciamento (V) das receitas e a linha Subtotal com Refinanciamento (XII) das despesas. Se as despesas empenhadas forem superiores às receitas realizadas, essa diferença será lançada na linha Déficit (VI). Nesse caso, a linha Superávit (XIII) deverá ser preenchida com um traço (-), indicando valor inexistente ou nulo. O superávit (-) é apresentado junto às despesas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário.

**Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados**

**Inscritos em Exercícios Anteriores**

Compreende o valor de restos a pagar não processados relativos aos exercícios anteriores, exceto os relativos ao exercício imediatamente anterior, que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
Acesse em: <https://tce.tcece.pe.gov.br/criar/validarDoc.aspx?Codigo-do-documento=152d5f0e6-38d7-40b1-92d3-3c377025c6b65c>

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHA**  
**Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade**  
**Exercício de 2021**



**Notas Explicativas**

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

**Inscritos em 31 de dezembro do Exercício Anterior**

Compreende o valor de restos a pagar não processados relativos ao exercício imediatamente anterior que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

**Liquidados**

Compreende o valor dos restos a pagar não processados, liquidados após sua inscrição e ainda não pagos.

**Pagos**

Compreende o valor dos restos a pagar não processados, liquidados após sua inscrição e pagos.

**Cancelados**

Compreende o cancelamento de restos a pagar não processados por insuficiência de recursos, pela inscrição indevida ou para atender dispositivo legal.

**Saldo a Pagar**

Compreende o saldo, em 31 de dezembro, dos valores inscritos e ainda não pagos. Corresponde aos valores inscritos nos exercícios anteriores deduzidos dos valores pagos ou cancelados ao longo do exercício de referência. Ressalta-se que a parcela do saldo que tiver sido liquidada ao longo do exercício de referência será transferida para restos a pagar processados no início do exercício seguinte.

**Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados**

**Inscritos em Exercícios Anteriores**

Compreende o valor de restos a pagar processados relativos aos exercícios anteriores, exceto os relativos ao exercício imediatamente anterior, que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

**Inscritos em 31 de dezembro do Exercício Anterior**

Compreende o valor de restos a pagar processados relativos ao exercício imediatamente anterior que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

**Pagos**

Compreende o valor dos restos a pagar processados pagos.

**Cancelados**

Compreende o cancelamento de restos a pagar processados por insuficiência de recursos, pela inscrição indevida ou para atender dispositivo legal.

**Saldo a Pagar**

Compreende o saldo, em 31 de dezembro, dos valores inscritos e ainda não pagos. Corresponde aos valores inscritos nos exercícios anteriores deduzidos dos valores pagos ou cancelados ao longo do exercício de referência.

**b.4. Novas normas e políticas contábeis alteradas:**

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no balanço orçamentário.

**b.5. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:**

Não houve julgamentos pela aplicação de políticas contábeis que interferissem no balanço orçamentário.

**c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:**

Anexo 12 – Balanço Orçamentário da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2021  
(REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
Acesse em: <https://etec.tce-pe.gov.br/etec/ppp/validarDoc.aspx?Codigo-do-documento=152d50e6-38d7-40b1-92d3-36370256b65e>

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHA**  
**Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade**  
**Exercício de 2021**



**Notas Explicativas**

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
 Acesse em: [https://tce.tce-pe.gov.br/ep/validaDoc.seam?codigo\\_documento=15245666-38d7-40b1-92d3-36370256b65e](https://tce.tce-pe.gov.br/ep/validaDoc.seam?codigo_documento=15245666-38d7-40b1-92d3-36370256b65e)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>-----</b>	<b>-----</b>	<b>1.507.469,22</b>	<b>-----</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.507.469,22</b>	<b>1.507.469,22</b>
Saldos de Exercícios Anteriores	-----	-----	-----	-----
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-----	-----	-----	-----
Superávit Financeiro	-----	-----	-----	-----
Reabertura de Créditos Adicionais	-----	-----	-----	-----

**Nota 1) RECEITA CORRENTE:** O resultado da receita corrente apresentada na coluna de saldo ao final do exercício foi de R\$ 0,00, o que representa déficit de arrecadação corrente.

**Nota 2) RECEITA DE CAPITAL:** O resultado da receita de capital apresentada na coluna de saldo ao final do exercício foi de R\$ 0,00, o que representa déficit de arrecadação de capital.

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHA**  
**Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade**  
**Exercício de 2021**



**Notas Explicativas**

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

**Nota 3) TOTAL DAS RECEITAS:** O total de receitas previstas para o exercício de 2021 conforme Lei Orçamentária Anual foi de R\$ 0,00, sendo arrecadado o valor de R\$ 0,00, o que gerou déficit de arrecadação de R\$ 0,00. Desta forma, o coeficiente geral de arrecadação foi de 0,00%.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO (j) = (f - g)
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>1.600.000,00</b>	<b>1.498.753,22</b>	<b>1.498.753,22</b>	<b>1.498.753,22</b>	<b>1.498.753,22</b>	<b>0,00</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.314.000,00	1.212.313,25	1.212.313,25	1.212.313,25	1.212.313,25	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	286.000,00	286.439,97	286.439,97	286.439,97	286.439,97	0,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL (IX)</b>	<b>65.000,00</b>	<b>8.716,00</b>	<b>8.716,00</b>	<b>8.716,00</b>	<b>8.716,00</b>	<b>0,00</b>
INVESTIMENTOS	65.000,00	8.716,00	8.716,00	8.716,00	8.716,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)</b>	<b>1.665.000,00</b>	<b>1.507.469,22</b>	<b>1.507.469,22</b>	<b>1.507.469,22</b>	<b>1.507.469,22</b>	<b>0,00</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII)</b>	<b>1.665.000,00</b>	<b>1.507.469,22</b>	<b>1.507.469,22</b>	<b>1.507.469,22</b>	<b>1.507.469,22</b>	<b>0,00</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	-----	-----	-----	-----	-----	-----
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>1.665.000,00</b>	<b>1.507.469,22</b>	<b>1.507.469,22</b>	<b>1.507.469,22</b>	<b>1.507.469,22</b>	<b>0,00</b>
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Nota 4) DESPESAS CORRENTES:** O resultado da execução das despesas correntes, frente as dotações autorizadas foram de R\$ 1.498.753,22.

**Nota 5) DESPESAS DE CAPITAL:** O resultado da execução das despesas de capital, frente as dotações autorizadas foram de R\$ 8.716,00.

**Nota 6) TOTAL DAS DESPESAS:** A despesa total autorizada foi de R\$ 1.665.000,0, somando-se os créditos adicionais tem-se o valor de R\$ 1.665.000,0. O valor total empenhado foi de R\$ 1.507.469,22, o liquidado R\$ 1.507.469,22, e o pago R\$ 1.507.469,22. A economia orçamentária foi de R\$ 157.530,78. O coeficiente de execução foi de 90,54%.

**Nota 7) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO:** Ao aplicarmos a fórmula da execução orçamentária que compara as receitas arrecadadas (R\$ 0,00), menos as despesas empenhadas (R\$ 1.507.469,22) houve um déficit de execução orçamentária na ordem de R\$ 1.507.469,22.

As transferências financeiras recebidas por esta entidade foram no valor de R\$ 1.665.000,00, as quais deram suporte para a execução da despesa, acima da capacidade de arrecadação orçamentária prevista para a entidade. Desta forma, o resultado da execução orçamentária da entidade, ao incorporarmos os valores das transferências financeiras, será de R\$ 157.530,78, superavitário.

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO A PAGAR (f) = (a + b - d - e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
Acesse em: <https://tce.tcece.gov.br/ep/validarDoc.aspx?Codigo=documento-152d50e6-38d7-40b1-92d3-36370256b656>

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHA**  
**Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade**  
**Exercício de 2021**



**Notas Explicativas**

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

**QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS**

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO A PAGAR (e) = (a + b - c - d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Nota 8) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:** Os restos a pagar inscritos em anos anteriores foi de R\$ 0,00. Os restos a pagar inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior totalizou R\$ 0,00. Foram liquidados no exercício o valor de R\$ 0,00, e pagos R\$ 0,00. Foram cancelados o valor de R\$ 0,00, restando de saldo o valor de R\$ 0,00.

**Nota 9) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS:** Os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores totalizam R\$ 0,00, e inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior R\$ 0,00. Desde montante foram pagos R\$ 0,00 e cancelados R\$ 0,00, restando de saldo a pagar R\$ 0,00.

**d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:**

**d.1.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:**

Não houve registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da(s) entidade(s).

**d.2.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:**

Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de registro que mereçam apontamentos quanto a este balanço.

**e) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 153/2021 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:**

**e.1.Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:**

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômica e origem. O demonstrativo evidencia a previsão inicial da receita, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar; e separadamente: receitas correntes, receitas de capital, recursos arrecadados em exercícios anteriores, subtotal das receitas, operações de crédito/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, déficit e saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais). Quanto aos desembolsos, este demonstrativo detalha a despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo das dotações. As despesas são segregadas em: despesas correntes, despesas de capital, reserva de contingência, reserva de RPPS, subtotal das despesas, amortização da dívida/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, subtotal com refinanciamento e superávit. Já os restos a pagar são evidenciados por um quadro principal, um quadro da execução dos restos a pagar não processados e um quadro de restos a pagar processados e não processados liquidados e inclui no quadro da execução dos restos a pagar não processados constando: os restos inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, liquidados, pagos, cancelados e saldo. Este demonstrativo demonstra em caso de desequilíbrio orçamentário o déficit decorrente da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais ou pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

**e.2.Detalhamento das receitas e despesas intra-orçamentárias em quadros complementares seguindo o modelo do Balanço Orçamentário aprovado pela STN:**

**Anexo 12 – Balanço Orçamentário da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2021**  
**(REQUISITOS MÍNIMOS DA RESOLUÇÃO Nº 153/2021)**  
**RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS**

Não houve registro de operações intra-orçamentárias.

**e.3.Detalhamento das Despesas Executadas por Tipo de Crédito (Inicial, Suplementar, Especial e Extraordinário) conforme Resolução TCE-PE nº 153/2021:**

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
 Acesse em: <https://tce.tce-pe.gov.br/epi/validarDocumento.aspx?CodigoDocumento:152d50e6-38d7-40b1-92d3-36370256b65c>

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHA**  
**Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade**  
**Exercício de 2021**



**Notas Explicativas**

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE ELAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, TÁBO PEREIRA DA LUZ  
 Acesse em: https://tce.ce.gov.br/epi/validarDocumento.aspx?CodigoDocumento=32d50e6-38d7-40b1-92d3-3537025555c

**TIPOS DE CRÉDITO**

Tipos de Crédito	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesa Empenhada (f)	Despesa Liquidada (g)	Despesa Paga (h)	Saldo da Dotação (i) = (e - f)
Inicial/Suplementar	1.665.000,00	1.665.000,00	1.507.469,22	1.507.469,22	1.507.469,22	<b>157.530,78</b>
Especiais		0,00	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
Extraordinários		0,00	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>1.665.000,00</b>	<b>1.665.000,00</b>	<b>1.507.469,22</b>	<b>1.507.469,22</b>	<b>1.507.469,22</b>	<b>157.530,78</b>

**e.4.Utilização do Superávit Financeiro e/ou Reabertura de Créditos Especiais ou Extraordinários:** Não houve abertura de crédito adicional utilizando a fonte de equilíbrio Superávit Financeiro. Não houve também a reabertura de saldos de dotações devido a créditos adicionais especiais ou extraordinário abertos nos últimos quatro meses do exercício de 2021.

**e.5.Atualização monetária autorizadas por lei antes e após a publicação da LOA:**

Não houve atualização monetária autorizadas por lei utilizadas neste demonstrativo que justifique alteração da previsão atualizada de receita.

**e.6.Procedimentos adotados em relação aos Restos a Pagar Não Processados Liquidados:**

Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinação do MCASP, pág. 412.

**e.7.Detalhamento dos Recursos de Exercícios Anteriores utilizados para financiar as Despesas Orçamentárias do Exercício Corrente:**

**DETALHAMENTO DE RECURSOS FINANCEIROS VINDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES**

As disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa vindas do exercício de 2020 foram de R\$ 0,00.

**e.8. Superávit ou déficit orçamentário decorrente do RPPS:**

Não houve registro de operações intra-orçamentárias.

**e.9. Transferências Financeiras Concedidas e Recebidas para dar suporte ao Déficit Orçamentário:**

As transferências financeiras concedidas somam R\$ 140.000,00. Enquanto as recebidas somam R\$ 1.665.000,00.

**e.10. Conciliação com os Valores dos Fluxos de Caixa Líquidos das Atividades Operacionais, de Investimentos e de Financiamento da Demonstração do Fluxo de Caixa:**

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Ingressos (Nota 1)</b>	2.024.201,79	1.875.452,34
Receita tributária	0,00	0,00
Receita de contribuições	0,00	0,00
Receita de patrimonial	0,00	0,00
Receita agropecuária	0,00	0,00
Receita industrial	0,00	0,00
Receita de serviços	0,00	0,00
Remuneração das disponibilidades	0,00	0,00
Outras receitas derivadas e originárias	0,00	0,00
Transferências recebidas	0,00	0,00
Outros ingressos operacionais	2.024.201,79	1.875.452,34
<b>Desembolsos (Nota 2)</b>	1.997.955,01	1.906.366,66
Pessoal e demais despesas	1.494.345,41	1.389.894,28
Juros e encargos da dívida	0,00	0,00
Transferências concedidas	4.407,81	0,00
Outros desembolsos operacionais	499.201,79	516.472,38
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I) (Nota 3)</b>	26.246,78	-30.914,32

As atividades operacionais geraram o fluxo de caixa líquido no valor de R\$ 26.246,78.

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHA**  
**Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade**  
**Exercício de 2021**



**Notas Explicativas**

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE ELAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, TÁBEO PEREIRA DA LUZ  
 Acesse em: https://tce.tce.pe.gov.br/epi/validaDoc.seam?codigp\_documento=152d50e6-38d7-40b1-92d3-36371256b65c

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
<b>Ingressos (Nota 4)</b>	0,00	0,00
Alienação de bens	0,00	0,00
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos	0,00	0,00
Outros ingressos de investimentos	0,00	0,00
<b>Desembolsos (Nota 5)</b>	8.716,00	2.252,00
Aquisição de ativo não circulante	8.716,00	2.252,00
Concessão de empréstimos e financiamentos	0,00	0,00
Outros desembolsos de investimentos	0,00	0,00
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades de investimentos (II) (Nota 6)</b>	<b>-8.716,00</b>	<b>-2.252,00</b>

As atividades de investimentos geraram o fluxo de caixa líquido no valor de R\$ -8.716,00.

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
<b>Ingressos (Nota 7)</b>	0,00	0,00
Operações de crédito	0,00	0,00
Integralização do capital social de empresas dependentes	0,00	0,00
Outros ingressos de financiamentos	0,00	0,00
<b>Desembolsos (Nota 8)</b>	0,00	0,00
Amortização/Refinanciamento da dívida	0,00	0,00
Outros desembolsos de financiamentos	0,00	0,00
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III) (Nota 9)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

As atividades de financiamento geraram o fluxo de caixa líquido no valor de R\$ 0,00.

**f) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:**

Para esta entidade está sendo utilizados os prazos mais restritivos estabelecidos pela Portaria STN nº 548/2015, para cidades acima de 50.000 habitantes.

**DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PODER LEGISLATIVO)**

**PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP**

Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Diretor de Finanças	Imediato	Concluído

**PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP**

<b>Ação</b>	<b>1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.</b>			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Diretoria de Finanças	01/01/2021	Concluído
<b>Ação</b>	<b>2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.</b>			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual





Câmara Municipal de Alagoinha

Estado de Pernambuco



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
Acesse em: <https://etce.tee.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: b1269143-3951-430d-b21b-2104b644b611e

# Balanço Financeiro Individual

Demonstração Contábil Separada



**BFI**  
**2021**

Publicado em março de 2022



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: b1269143-3951-430d-b21b-2104b44b11e



**BFI**  
**2021**

**Balanço Financeiro Individual**

**Demonstração Contábil Separada**

Departamento de Contabilidade



Publicado em março de 2021



**BFI**  
**2021**

**Balanco Financeiro Individual**  
**Demonstração Contábil Separada**



## APRESENTAÇÃO

O Balancete Financeiro Individual por Entidade (BFI) foi elaborado em conformidade com o Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, o qual teve sua estrutura atualizada pela Portaria STN nº 438/2012, bem como está aderente ao item 3, da Parte V, da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018, bem como pelas Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 06.

Os registros contábeis de natureza orçamentária e financeiras utilizados na elaboração deste balanço sofreu interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela *International Federation of Accountants (IFAC)*, respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 7.185, de 27 de maio de 2010. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições, com o suporte orientativo do Centro de Estudos, Pesquisa e Assessoria em Administração Municipal Ltda (CESPAM).

O balanço tem por objetivo apresentar o fluxo financeiro da entidade, decorrente das operações orçamentárias e extraorçamentárias apuradas durante todo o exercício de 2021, a qual resulta em aumento ou diminuição das disponibilidades financeiras ao compararmos saldos iniciais e finais.

Integra-se ao balanço as notas explicativas, elaboradas em conformidade com o MCASP e anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 153/2021.

Para melhor compreensão por parte dos usuários das informações contábeis, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.

Durante o exercício de 2021 o município também esteve em estado de calamidade pública, conforme Decreto Legislativo nº 06, publicado em 20 de março de 2020, e Decretos Estaduais nº 49.959/2021, 50.900/2021 e 51.488/2021 decorrente da pandemia causada pelo COVID-19. Desta forma, para melhor compreensão dos fenômenos contábeis, orçamentários e patrimoniais, alertamos o usuário da informação a possíveis mudanças bruscas de padrão e comportamento de ingressos e desembolsos de recursos neste período para efeitos comparativos e estatísticos.

Analisando os dados do balanço, o resultado financeiro do exercício de 2020 foi de R\$ 33.166,32 (deficitário). A seguir será apresentado o Balanço Financeiro na íntegra e na sequência as Notas Explicativas.

**JOSE FLAVIO INÁCIO DOS SANTOS JÚNIOR**

**Presidente da Câmara**

**EDIMAX DA SILVA LEAL**  
**Responsável pela Contabilidade**



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
Acesse em: <https://tcece.pe.gov.br/ep/validarDocumento.aspx?CodigoDocumento=1260433951430d921b2104944b11e>



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: b1269143-3951-430d-b21b-2104b44b111e

**BFI**  

---

**2021**

**Balanço Financeiro Individual**

---

**Demonstração Contábil Separada**

## Anexo 13 - Balanço Financeiro

Valores em R\$ - Período: 01/01/2021 até 31/12/2021

Despesa realizada: Empenhada

Ingressos			Dispêndios		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Receita orçamentária (I) (Nota 1)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>Despesa orçamentária (VI) (Nota 6)</b>	<b>1.507.469,22</b>	<b>1.392.146,28</b>
<b>Ordinária</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>Ordinária</b>	<b>1.507.469,22</b>	<b>1.392.146,28</b>
<b>Vinculada</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>Vinculada</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Recursos vinculados à educação			Recursos vinculados à educação		
Recursos vinculados à saúde			Recursos vinculados à saúde		
Recursos vinculados à previdência social - RPPS			Recursos vinculados à previdência social - RPPS		
Recursos vinculados à seguridade social			Recursos vinculados à seguridade social		
Outras destinações de recursos			Outras destinações de recursos		
<b>(-) Deduções da receita</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>			
<b>Ordinária</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>			
<b>Vinculada</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>			
Recursos vinculados à educação					
Recursos vinculados à saúde					
Recursos vinculados à previdência social - RPPS					
Recursos vinculados à seguridade social					
Outras destinações de recursos					
<b>Transferências financeiras recebidas (II) (Nota 2)</b>	<b>1.665.000,00</b>	<b>1.552.889,40</b>	<b>Transferências financeiras concedidas (VII) (Nota 7)</b>	<b>140.000,00</b>	<b>193.909,44</b>
Para execução orçamentária	1.665.000,00	1.552.889,40	Para execução orçamentária	140.000,00	193.909,44
Independente da execução orçamentária - Intra OFSS			Independente da execução orçamentária - Intra OFSS		
Para cobertura de déficit financeiro do RPPS			Para cobertura de déficit financeiro do RPPS		
<b>Recebimentos extraorçamentários (III) (Nota 3)</b>	<b>359.201,79</b>	<b>322.562,94</b>	<b>Pagamentos extraorçamentários (VIII) (Nota 8)</b>	<b>359.201,79</b>	<b>322.562,94</b>
Inscrição de restos a pagar processados			Pagamento de restos a pagar processados		
Inscrição de restos a pagar não processados			Pagamento de restos a pagar não processados		
Depósitos restituíveis e valores vinculados	359.201,79	322.562,94	Depósitos restituíveis e valores vinculados	359.201,79	322.562,94
Outros Recebimentos Extraorçamentários			Outros Pagamentos Extraorçamentários		
<b>Saldo em espécie do exercício anterior (IV) (Nota 4)</b>	<b>0,00</b>	<b>33.166,32</b>	<b>Saldo em espécie para o exercício seguinte (IX) (Nota 9)</b>	<b>17.530,78</b>	<b>0,00</b>
Caixa e equivalentes de caixa		33.166,32	Caixa e equivalentes de caixa	17.530,78	
Investimentos e aplicações temporárias			Investimentos e aplicações temporárias		
Depósitos restituíveis e valores vinculados (Nota 5)			Depósitos restituíveis e valores vinculados		
Outros rendimentos			Outros rendimentos		
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>	<b>2.024.201,79</b>	<b>1.908.618,66</b>	<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>	<b>2.024.201,79</b>	<b>1.908.618,66</b>

Nota: Considerados os valores intra-orçamentários

**JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JÚNIOR**  
 Presidente da Câmara

**Jairo Pereira da Luz**  
 Contador  
 CRC PE - 027230/O-0





**BALANÇO FINANCEIRO INDIVIDUAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHA**  
**Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade**  
**Exercício de 2021**



(De acordo com os Anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

- O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades das entidades municipais consolidadas. No BFI é possível realizar a apuração do resultado de duas maneiras obedecendo as seguintes equações:

**MODO 1**

Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (-) Saldo em Espécie do Exercício Anterior = Resultado Financeiro do Exercício

**MODO 2**

Receita Orçamentária + TFR + Recebimentos Extraorçamentários (-) Despesa Orçamentária (-) TFC (-) Pagamentos Extraorçamentários = Resultado Financeiro do Exercício

**b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas:**

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BFI decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária ou dos fluxos de caixa.

**b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:**

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao BFI.

A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial, caso existam.

**c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:**

**c.1. Referências cruzadas e notas explicativas:**

A seguir será apresentada de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

**Anexo 13 – Balanço Financeiro da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2021**  
**(REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)**

ESPECIFICAÇÃO	Ingressos	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Receita orçamentária (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Ordinária	0,00	0,00
Vinculada	0,00	0,00
Recursos vinculados à educação		
Recursos vinculados à saúde		
Recursos vinculados à previdência social - RPPS		
Recursos vinculados à seguridade social		
Outras destinações de recursos		
<b>(-) Deduções da receita</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Ordinária	0,00	0,00
Vinculada	0,00	0,00
Recursos vinculados à educação		
Recursos vinculados à saúde		
Recursos vinculados à previdência social - RPPS		
Recursos vinculados à seguridade social		
Outras destinações de recursos		
<b>Transferências financeiras recebidas (II)</b>	<b>1.665.000,00</b>	<b>1.552.889,40</b>
Para execução orçamentária	1.665.000,00	1.552.889,40
Independente da execução orçamentária - Intra OFSS		
Para cobertura de déficit financeiro do RPPS		
<b>Recebimentos extraorçamentários (III)</b>	<b>359.201,79</b>	<b>322.562,94</b>
Inscrição de restos a pagar processados		
Inscrição de restos a pagar não processados		
Depósitos restituíveis e valores vinculados	359.201,79	322.562,94
Outros Recebimentos Extraorçamentários		
<b>Saldo em espécie do exercício anterior (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>33.166,32</b>
Caixa e equivalentes de caixa		33.166,32
Investimentos e aplicações temporárias		
Depósitos restituíveis e valores vinculados		
Outros rendimentos		
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>	<b>2.024.201,79</b>	<b>1.908.618,66</b>

**BALANÇO FINANCEIRO INDIVIDUAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHA**  
**Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade**  
**Exercício de 2021**



(De acordo com os Anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
 Asses em: https://tce.ce.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: b1269143-3951-430d-b21b-2104b44b111e

**Nota 1) RECEITA ORÇAMENTÁRIA:** O valor total das receitas públicas arrecadadas no exercício de 2021 foi de R\$ 0,00.

**Nota 2) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS:** O valor contabilizado das transferências financeiras recebidas para execução orçamentária foi de R\$ 1.665.000,00.

**Nota 3) RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS:** Os ingressos extraorçamentários totalizam R\$ 359.201,79.

**Nota 4) SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR:** O valor disponível em bancos em 31/12/2020 foi de R\$ 0,00, além de R\$ 0,00 em investimentos e aplicações temporárias. Foi incluído no saldo em espécie anterior na linha investimentos e aplicações temporárias o valor de R\$ 0,00 do nível 1.1.4 por se tratar de investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN n°s 3.992/2010 e 4.392/2014, classificados neste nível conforme determina o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) 8ª Edição, bem como em conformidade com o IPC nº 00. Estes valores são idênticos a linha "Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo" no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.

**Nota 5) DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E OUTROS RENDIMENTOS:** O saldo de depósitos restituíveis e valores vinculados foi de R\$ 0,00.

<b>Dispêndios</b>		
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>Despesa orçamentária (VI)</b>	<b>1.507.469,22</b>	<b>1.392.146,28</b>
<b>Ordinária</b>	<b>1.507.469,22</b>	<b>1.392.146,28</b>
<b>Vinculada</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Recursos vinculados à educação		
Recursos vinculados à saúde		
Recursos vinculados à previdência social - RPPS		
Recursos vinculados à seguridade social		
Outras destinações de recursos		
<b>Transferências financeiras concedidas (VII)</b>	<b>140.000,00</b>	<b>193.909,44</b>
Para execução orçamentária	140.000,00	193.909,44
Independente da execução orçamentária - Intra OFSS		
Para cobertura de déficit financeiro do RPPS		
<b>Pagamentos extraorçamentários (VIII)</b>	<b>359.201,79</b>	<b>322.562,94</b>
Pagamento de restos a pagar processados		
Pagamento de restos a pagar não processados		
Depósitos restituíveis e valores vinculados	359.201,79	322.562,94
Outros Pagamentos Extraorçamentários		
<b>Saldo em espécie para o exercício seguinte (IX)</b>	<b>17.530,78</b>	<b>0,00</b>
Caixa e equivalentes de caixa	17.530,78	
Investimentos e aplicações temporárias		
Depósitos restituíveis e valores vinculados		
Outros rendimentos		
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>	<b>2.024.201,79</b>	<b>1.908.618,66</b>

**Nota 6) DESPESA ORÇAMENTÁRIA:** A despesa orçamentária empenhada no exercício foi de R\$ 1.507.469,22.

**Nota 7) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS:** O valor das transferências financeiras concedidas foi de R\$ 140.000,00.

**Nota 8) PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS:** Os desembolsos extraorçamentários totalizaram R\$ 359.201,79.

**Nota 9) SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE:** O valor disponível em bancos em 31/12/2021 foi de R\$ 17.530,78. Os valores de investimentos e aplicações temporárias foi de R\$ 0,00. Foi incluído no saldo em espécie para o exercício seguinte na linha investimentos e aplicações temporárias o valor de R\$ 0,00 do nível 1.1.4 por se tratar de investimentos realizados

**BALANÇO FINANCEIRO INDIVIDUAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHA**  
**Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade**  
**Exercício de 2021**



(De acordo com os Anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nºs 3.992/2010 e 4.392/2014, classificados neste nível conforme determina o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público MCASP 8ª e IPC 00. Estes valores são idênticos a linha "Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo" no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.

**Nota 10) DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E OUTROS RENDIMENTOS:** O valor dos depósitos restituíveis e valores vinculados foi de R\$ 0,00.

**d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:**

**d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:**

Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos não interferindo no BFI.

**d.2. Divulgações não financeiras:**

Não se aplica a este demonstrativo.

**d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:**

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

**d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:**

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

**e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:**

<b>Saldo em 31/12/2021</b>
R\$ 0,00

**f) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:**

<b>Saldo em 31/12/2021</b>
R\$ 0,00

**g) DESCRIÇÃO DE AJUSTES RELACIONADOS ÀS RETENÇÕES, BEM COMO OUTRAS OPERAÇÕES QUE IMPACTEM SIGNIFICATIVAMENTE O BALANÇO FINANCEIRO, SE HOUVER:**

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes. Ademais, não houve operações que impactem significativamente o BFI e necessitem de ajustes.

**h) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO XIX E XXI DA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 153/2021 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:**

**h.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:**

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

**h.2. Segregação das Transferências Financeiras recebidas e concedidas:**

<b>Transferências financeiras recebidas (II)</b>	<b>1.665.000,00</b>	<b>1.552.889,40</b>	<b>Transferências financeiras concedidas (VII)</b>	<b>140.000,00</b>	<b>193.909,44</b>
Para execução orçamentária	1.665.000,00	1.552.889,40	Para execução orçamentária	140.000,00	193.909,44
Independente da execução orçamentária - Intra OFSS			Independente da execução orçamentária - Intra OFSS		
Para cobertura de déficit financeiro do RPPS			Para cobertura de déficit financeiro do RPPS		

**TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (TFR):**

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
 Asses em: https://tcece.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: b1269143-3951-430d-b27b-2104b4b111e

**BALANÇO FINANCEIRO INDIVIDUAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHA**  
**Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade**  
**Exercício de 2021**



(De acordo com os Anexos XIX e XXI da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

Para Execução Orçamentária R\$ 1.665.000,00 Independente da Execução Orçamentária R\$ 0,00 Para Cobertura de Déficit Financeiro do RPPS R\$0,00  <p align="center"><b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (TFC):</b></p> Para Execução Orçamentária R\$ 140.000,00 Independente da Execução Orçamentária R\$ 0,00 Para Cobertura de Déficit Financeiro do RPPS R\$ 0,00
<b>h.3. Detalhamento das Deduções das Receitas Orçamentárias por fonte de recurso:</b> "Entidade não registrou durante o exercício de 2021 deduções de receita."

**i) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:**

Para este município está sendo utilizados os prazos mais restritivos estabelecidos pela Portaria STN nº 548/2015, para cidades acima de 50.000 habitantes.

**DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PODER LEGISLATIVO)**

**PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP**

Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Diretor de Finanças	Imediato	Concluído

**PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP**

<b>Ação</b>	<b>1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.</b>			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Diretoria de Finanças	01/01/2021	Concluído
<b>Ação</b>	<b>2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.</b>			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Diretoria de Finanças	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	<b>3. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.</b>			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Diretoria de Finanças	01/01/2020	Concluído
<b>Ação</b>	<b>4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.</b>			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Diretoria de Finanças	01/01/2020	Em andamento
<b>Ação</b>	<b>5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).</b>			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Diretoria de Finanças	01/01/2018	Concluído

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
 Assessee url: https://sistema.tce-pe.gov.br/epip/validarDoc.seam Código do documento: b1269143-9951-420d-b21b-21f04b44011e



Câmara Municipal de Alagoinha

Estado de Pernambuco



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUIZ  
Acesse em: <https://etec.tee.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 12408ded-05e0-4e98-a09e-ecba939168124

# Balanço Patrimonial Individual

Demonstração Contábil Separada



BPI  
2021

Publicado em março de 2022



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 12408ded-05e0-4c98-a09e-eeba93918424



**BPI**  
**2021**

**Balanco Patrimonial Individual**

**Demonstração Contábil Separada**

Departamento de Contabilidade



Publicado em março de 2022



# BPI 2021

## Balanco Patrimonial Individual

### Demonstração Contábil Separada

#### APRESENTAÇÃO



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
Acesse em: <https://tcece.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.aspx?CodigoDocumento=1240841-050-498-499-e-eb4-0301824>

O Balanço Patrimonial Individual (BPI) foi elaborado em conformidade com o Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, sendo posteriormente atualizado pela Portaria STN nº 438, de 16 de julho de 2012.

As orientações de preenchimento foram estabelecidas pela 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 877/2018, bem como da Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04.

Os fenômenos contábeis de natureza orçamentária, patrimonial e de controle utilizados na elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela *International Federation of Accountants (IFAC)*, respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistema informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 7.185 de 27 de maio de 2010. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições, com suporte orientativo do Centro de Estudos, Pesquisa e Assessoria em Administração Municipal Ltda (CESPAM).

O Balanço Patrimonial Individual (BPI), é a demonstração contábil que evidencia, qualitativamente e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que serão registrados em contas de compensação ou controle, além de apresentar quadro específico para aferição dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e quadro especial para apuração do Superávit Financeiro.

Integra-se ao balanço as notas explicativas, elaboradas em conformidade com o MCASP e Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021, conforme anexos XIX e XXII, além de apresentar o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) com seus respectivos prazos de adesão.

Para melhor compreensão por parte dos usuários da informação contábil, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE, dentre elas a utilização de referências cruzadas e das siglas “P” ou “F” relativo aos atributos “Permanente” e “Financeiro”.

Durante o exercício de 2021 o município também esteve em estado de calamidade pública, conforme Decreto Legislativo nº 06, publicado em 20 de março de 2020, e Decretos Estaduais nº 49.959/2021, nº 50.900/2021 e nº 51.488/2021 decorrente da pandemia causada pelo COVID-19. Desta forma, para melhor compreensão dos fenômenos contábeis, orçamentários e patrimoniais, alertamos o usuário da informação a possíveis mudanças bruscas de padrão e comportamento de ingressos e desembolsos de recursos neste período para efeitos comparativos e estatísticos.

O resultado patrimonial em 31/12/2021 foi de R\$ 72.411,64 superavitário. Para efeito de levantamento do cálculo do Superávit Financeiro para o exercício de 2021, definido no §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, consta ao final de 2021 no Quadro de Superávit/Déficit Financeiro o valor total de R\$ 17.530,78, os quais serão detalhados nas notas explicativas.

A seguir será apresentado o balanço patrimonial na íntegra e na sequência as Notas Explicativas.

**JOSE FLAVIO INÁCIO DOS SANTOS JÚNIOR**  
Presidente da Câmara

**EDIMAX DA SILVA LEAL**  
Responsável pela Contabilidade



**BPI**  
**2021**

**Balanco Patrimonial Individual**

**Demonstração Contábil Separada**



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 12408ded-05e0-4c98-a09e-eeba93918424

**BPI**  
**2021**

**Balanco Patrimonial Individual**

**Demonstração Contábil Separada**



**Anexo 14 da Lei Nº 4.320/64 - Balanço Patrimonial**

Valores em R\$ - Período: 01/01/2021 até 31/12/2021

Despesa realizada: Empenhada

Ativo			Passivo		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Bens imóveis	1.949,23	1.949,23			
(-) Deprec./Amort./Exaustão acumulada bens imóveis	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de bens imóveis	0,00	0,00			
Intangível (Nota 12)	0,00	0,00			
Softwares	0,00	0,00			
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00			
Marcas, direitos e patentes industriais	0,00	0,00			
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00			
Direito de uso de imóveis	0,00	0,00			
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00			
<b>TOTAL</b>	<b>72.411,64</b>	<b>46.164,86</b>	<b>TOTAL</b>	<b>72.411,64</b>	<b>46.164,86</b>
<b>ATIVO FINANCEIRO (Nota 26)</b>	<b>17.530,78</b>	<b>0,00</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO (Nota 28)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>ATIVO PERMANENTE (Nota 27)</b>	<b>54.880,86</b>	<b>46.164,86</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE (Nota 29)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL (Nota 30)</b>				<b>72.411,64</b>	<b>46.164,86</b>

**COMPENSAÇÕES**

Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Saldo dos atos potenciais do ativo</b>			<b>Saldo dos atos potenciais do passivo (Nota 31)</b>		
Execução dos atos potenciais ativos	0,00	0,00	Execução dos atos potenciais passivos	0,00	0,00
Garantias e contragarantias recebidas a executar	0,00	0,00	Garantias e contragarantias concedidas a executar	0,00	0,00
Direitos conveniados e outros instrumentos	0,00	0,00	Obrigações conveniadas e outros instrumentos	0,00	0,00
Direitos contratuais	0,00	0,00	Obrigações contratuais	0,00	0,00
Outros aportes potenciais ativos	0,00	0,00	Outros aportes potenciais passivos	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO (Nota 32)**

00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	17.530,78	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>17.530,78</b>	<b>0,00</b>

Nota: Considerados os valores intra-orçamentários

**JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR**

Presidente da Câmara

**Jairo Pereira da Luz**

Contador

CRC PE - 027230/O-0

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIR PEREIRA DA LUZ  
Acesse em: <https://eic.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 12408ded-05e0-4c98-a09e-eba93918424

**BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHA**  
**Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade**  
**Exercício de 2021**



**Notas Explicativas**

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

**(ANEXO 14 – BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 – MCASP)**

**a) INFORMAÇÕES GERAIS:**

<b>a.1. Nome do órgão ou entidade responsável pela consolidação:</b> Câmara municipal de Alagoinha.
<b>a.2. Natureza jurídica (conforme código da RFB):</b> 106-6 - Órgão Público do Poder Legislativo Municipal
<b>a.3. CNPJ:</b> 24.300.618/0001-35.
<b>a.4. Domicílio do órgão ou entidade:</b> Praça Manoel Izidorio, nº00 – Bairro: centro – Cidade: Alagoinha – Pernambuco – CEP: 55.260-000.
<b>a.5. Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade:</b> A Câmara Municipal de Alagoinha, concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 106-6 “Órgão Público do Poder Legislativo Municipal” possui como atividade principal “Órgão Público do Poder Legislativo Municipal”.
<b>a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:</b> Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 877/2018, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC T nº 11 Apresentação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do <i>International Federation of Accountants (IFAC)</i> através das <i>International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)</i> das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE e Índice de Qualidade da Informação Contábil da STN.
<b>a.7. Abrangência de Entidades na Consolidação das Demonstrações Contábeis:</b> Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações individuais da unidade gestora definidas acima no item a.1.

**b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:**

<b>b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:</b> A seguir serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade, que afetaram a elaboração especificamente do Balanço Patrimonial, tendo em consideração as opções e premissas da legislação afeta a contabilidade aplicada ao setor público.
<b>b.2. Bases de mensuração utilizadas e demais informações pertinentes:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ O Balanço Patrimonial foi elaborado seguindo o regime de competência, exceto para as contas de controle por sua natureza gerencial.</li><li>▪ A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.</li><li>▪ Não houve nenhum registro contábil resultante de empreendimentos de coligadas ou controladas que viesse a utilizar o método da equivalência patrimonial.</li><li>▪ O quadro principal do Balanço Patrimonial foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em contas sintéticas até no mínimo o 3º nível (subgrupo).</li><li>▪ A apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.</li><li>▪ Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: a) para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; b) para ativos não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (a); c) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (c).</li><li>▪ As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para “Financeiro”, e (P), para “Permanente”, conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE nº 153/2021.</li><li>▪ Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos</li></ul>

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/revista/ppl/entidade/pec/sem/Codigo-do-documento-1240841405c04498a09eceb693918424>

**BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHA**  
**Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade**  
**Exercício de 2021**



**Notas Explicativas**

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

- Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (6º e 7º níveis).
- O quadro de superávit e déficit financeiro, apurado conforme regras do §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, foi estruturado com base nas contas do nível PCASP 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação seguinte a padrão próprio detalhado a seguir:

Código/Descrição da Fonte/Destinação de Recursos
<b>00 - RECURSOS ORDINÁRIOS</b>

- Em atendimento a Resolução TCE-PE nº 153/2021, durante a consolidação das demonstrações contábeis das entidades separadas não foi considerado o 5º nível igual a 2, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Contudo, para efeito de consolidação não deverão ser excluídas as transações recíprocas de natureza intraorçamentária. Desta forma, os dados foram somados ou agregados, conforme determinação do TCE-PE, embora tenham reflexo contrário em relação a orientação do item 5.2 à página 442 da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.
- As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.
- Não houve ganhos ou perdas durante o exercício decorrentes da alienação de ativos ou pagamento de passivos.
- A maior parte dos elementos patrimoniais foi mensurado pelo valor de custo, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação, detalhados no decorrer desta nota explicativa, principalmente quanto ao controle do imobilizado (custo ou reavaliação).
- As contas intituladas no grupo “Caixa e equivalentes de caixa” são mensuradas e avaliadas pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.
- As contas intituladas no grupo “Créditos e valores a curto prazo” são mensuradas e avaliadas pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, destacados a seguir.
- As contas intituladas no grupo “Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo” são avaliadas e mensuradas pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.
- As contas intituladas no grupo “Imobilizado” foram reconhecidas inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.
- As contas classificadas no grupo “Intangível”, foram parametrizadas no sistema contábil para serem mensuradas ou avaliadas com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, conforme prazos do PIPCP, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.
- As contas classificadas no grupo “Empréstimos e financiamentos”, foram avaliadas observando-se os seguintes critérios:  
I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). Para este último caso, caso existam, o sistema contábil foi parametrizado para realizar a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

**b.3. Termos e Definições correlatos ao Balanço Patrimonial:**

**Ativo Circulante**

Compreende os ativos que satisfazem os seguintes critérios: a) espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com o propósito de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; b) o ativo está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; c) espera-se que o ativo seja realizado até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

**Caixa e Equivalentes de Caixa**

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
Acesse em: <https://tce.tcece.br/pe.gov.br/ppp/validarDoc.aspx?CodigoDoDocumento=1240884-05e0-4e98-a09e-ecb093918124>

**BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHA**  
**Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade**  
**Exercício de 2021**



**Notas Explicativas**

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

**Créditos a Curto Prazo**

Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

**Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo**

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

**Estoques**

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

**Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente**

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) de forma antecipada, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

**Ativo Não Circulante**

Compreende os todos os ativos não classificados como circulantes. Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

**Realizável a Longo Prazo**

Compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo.

**Investimentos**

Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.

**Imobilizado**

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

**Intangível**

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

**Passivo Circulante**

Compreende os passivos que atendem aos seguintes critérios: a) tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; b) sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; c) sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

**Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo**

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

**Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo**

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo.

**Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo**

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

**Obrigações Fiscais a Curto Prazo**

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

**Obrigações de Repartições a Outros Entes**

Compreende os valores arrecadados de impostos e outras receitas a serem repartidos aos estados, Distrito Federal e municípios.

**Provisões a Curto Prazo**

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo.

**Demais Obrigações a Curto Prazo**

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

**Passivo Não Circulante**

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

**Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo**

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
Acesse em: <https://tce.tcece.pe.gov.br/ptf/validarDoc.aspx?CodigoDoDocumento=1240884d-05e0-4c98-a09e-ecb693918424>

**BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHA**  
**Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade**  
**Exercício de 2021**



**Notas Explicativas**

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

**Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo**

Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

**Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo**

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

**Obrigações Fiscais a Longo Prazo**

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.

**Provisões a Longo Prazo**

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

**Demais Obrigações a Longo Prazo**

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não incluídas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

**Resultado Diferido**

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade. Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.

**Patrimônio Líquido**

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

**Patrimônio Social e Capital Social**

Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

**Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital**

Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

**Reservas de Capital**

Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

**Ajustes de Avaliação Patrimonial**

Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

**Reservas de Lucros**

Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.

**Demais Reservas**

Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

**Resultados Acumulados**

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

**Ações / Cotas em Tesouraria**

Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

**Ativo Financeiro**

Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numéricos.

**Ativo Permanente**

Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

**Passivo Financeiro**

Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Considera-se nesse conceito apenas a parcela da dívida fundada que tenha tido execução orçamentária iniciada e esteja pendente de pagamento. Caso o Balanço Patrimonial seja elaborado no decorrer do exercício, serão incluídos no passivo financeiro os créditos empenhados a liquidar.

**Passivo Permanente**

Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

**Contas de Compensação**

Compreende as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos.

**Atos Potenciais**

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
Acesse em: <https://tce.tcece.br/pe.gov.br/ptp/validaDoc.aspx?CodigoDoDocumento=12408844-05e0-4e98-a09e-ecbb93918424>

**BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHA**  
**Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade**  
**Exercício de 2021**



**Notas Explicativas**

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contragarantias recebidas e concedidas. A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial.

**Atos Potenciais Ativos**

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

**Atos Potenciais Passivos**

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

**Superávit Financeiro**

Corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O superávit financeiro do exercício anterior é fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais, devendo-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, de acordo com o artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, caput, § 1º, inciso I e § 2º.

**Déficit Financeiro**

Corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

**Fonte de Recursos**

Mecanismo que permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.

**b.4. Novas normas e políticas contábeis alteradas:**

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BP.

**b.5. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:**

**a) Classificação de ativos:**

Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.

**b) Constituições de provisões:**

Não houve registro de provisões para esta entidade.

**Reconhecimento de variações patrimoniais:**

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

**d) Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:**

Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

**c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:**

**c.1. Referências cruzadas e notas explicativas:**

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

**Anexo 14 – Balanço Patrimonial da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2021**  
**(REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)**

<b>Ativo Circulante</b>	<b>17.530,78</b>	<b>0,00</b>
Caixa e equivalentes de caixa	17.530,78	0,00
Créditos a curto prazo	0,00	0,00
Créditos tributários a receber	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00
Créditos de transferências a receber	0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos concedidos	0,00	0,00
Dívida ativa tributária	0,00	0,00
Dívida ativa não tributária	0,00	0,00
(-) Ajuste de perdas de créditos a curto prazo	0,00	0,00
Demais créditos e valores a curto prazo	0,00	0,00
Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00
Ativo não circulante mantido para venda	0,00	0,00
Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente	0,00	0,00

**Nota 1) ATIVO CIRCULANTE:** Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício de 2021 foram de R\$ 17.530,78, compostos de caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores, investimentos, estoques e despesas (VPD) pagas antecipadamente.

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
Acesse em: <https://tce.tcece.pe.gov.br/ep/ppl/validaDoc.aspx?CodigoDoc=documento-12408d4d-05c0-4c98-a09c-e6b0-03018424>

**BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHA**  
**Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade**  
**Exercício de 2021**



**Notas Explicativas**

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

**Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA:** O saldo das disponibilidades financeiras deixadas em 31/12/2021 somam R\$ 17.530,78.

DISPONIBILIDADE DE CAIXA DETALHADA (Art. 8º e Art. 50 da LC 101/2000 LRF)		
Entidades	Recursos Próprios	Recursos Vinculados
Câmara Municipal de Alagoinha	17.530,78	0,00
<b>Total</b>	<b>17.530,78</b>	<b>0,00</b>

**Nota 3) CRÉDITOS A CURTO PRAZO:**

**DETALHAMENTO DOS CRÉDITOS A CURTO PRAZO EM NOTAS EXPLICATIVAS**  
(MCASP 8ª Edição p. 432)

Níveis	Valor
Créditos de transferências a receber (1)	0,00
Dívida ativa tributária (2)	0,00
Dívida ativa não tributária (2)	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>

A entidade não possui valores em créditos a curto prazo.

**Nota 4) AJUSTES PARA PERDAS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A CURTO PRAZO:** Não houve ajustes para perdas de créditos tributários a curto prazo.

**Nota 5) DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO:** Segregação dos ativos com os atributos "F" e "P":

Níveis	Valor	Atributo
Tributos a recuperar/compensar	0,00	F
Depósitos restituíveis e valores vinculados	0,00	F
Valores em trânsito realizáveis a curto prazo	0,00	F
Créditos a receber por reembolso de salário família pago	0,00	F
Créditos a receber por reembolso de salário maternidade pago	0,00	F
<b>Subtotal</b>	<b>0,00</b>	
Créditos previdenciários a receber	0,00	P
Créditos a receber e valores a curto prazo	0,00	P
<b>Subtotal</b>	<b>0,00</b>	P
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	

**Nota 6) INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO:**

Não houve registro de investimento e aplicações temporárias a curto prazo para esta entidade.

**Nota 7) ESTOQUE (NBC T SP 04 – Item 47):** É importante destacar que não houve informações disponibilizadas até o fechamento deste balanço quanto as baixas do estoque. Sugerimos a administração a adoção de procedimentos de controle do almoxarifado e estoque para compatibilização em tempo real com o setor contábil.

**POLÍTICA CONTÁBIL E CRITÉRIOS DE VALORAÇÃO ADOTADA NA MENSURAÇÃO DO ESTOQUE:**

Não houve reversão da redução do estoque.

--

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
 Acesse em: [https://tce.tce-pe.gov.br/portal/validarDocumento.aspx?codigo\\_documento=1240864-05e0-4e98-a09e-ebb93918424](https://tce.tce-pe.gov.br/portal/validarDocumento.aspx?codigo_documento=1240864-05e0-4e98-a09e-ebb93918424)

**BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHA**  
**Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade**  
**Exercício de 2021**



**Notas Explicativas**

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
 Acesse em: [https://tce.tce-pe.gov.br/ep/validaDoc.scam?codigo\\_documento=1240864-05c0-4e98-a09e-ebb93918424](https://tce.tce-pe.gov.br/ep/validaDoc.scam?codigo_documento=1240864-05c0-4e98-a09e-ebb93918424)

<b>Ativo não Circulante</b>	<b>54.880,86</b>	<b>46.164,86</b>
Ativo realizável a longo prazo	0,00	0,00
Créditos a longo prazo	0,00	0,00
Créditos tributários a receber	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos concedidos	0,00	0,00
Dívida ativa tributária	0,00	0,00
Dívida ativa não tributária	0,00	0,00
(-) Ajuste de perdas de créditos a longo prazo	0,00	0,00
Demais créditos e valores a longo prazo	0,00	0,00
Investimentos e aplicações temporárias a longo prazo	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00
Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Participações permanentes	0,00	0,00
Avaliadas pelo método de equivalência	0,00	0,00
Avaliadas pelo método de custo	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável	0,00	0,00
Propriedades para investimentos	0,00	0,00
(-) Depreciação acumulada	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável	0,00	0,00
Investimentos do RPPS de longo prazo	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável de propriedades	0,00	0,00
Demais investimentos permanentes	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável	0,00	0,00
Imobilizado	54.880,86	46.164,86
Bens móveis	52.931,63	44.215,63
(-) Deprec./Amort./Exaustão acumulada bens móveis	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável de bens móveis	0,00	0,00
Bens imóveis	1.949,23	1.949,23
(-) Deprec./Amort./Exaustão acumulada bens imóveis	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável de bens imóveis	0,00	0,00
Intangível	0,00	0,00
Softwares	0,00	0,00
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00
Marcas, direitos e patentes industriais	0,00	0,00
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00
Direito de uso de imóveis	0,00	0,00
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>72.411,64</b>	<b>46.164,86</b>

**Nota 8) ATIVO NÃO CIRCULANTE:** Os ativos de longo prazo, compostos do ativo realizável a longo prazo, imobilizado e intangível totalizam R\$ 54.880,86.

**Nota 9) CRÉDITOS A LONGO PRAZO:** O valor de R\$ 0,00, corresponde a R\$ 0,00 de Dívida Ativa Tributária e R\$ 0,00 da Dívida Ativa Não Tributária, abatido o valor de R\$ 0,00, relativo ao ajuste para perdas. Não houve registro para esta entidade.

**Nota 10) AJUSTES PARA PERDAS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A LONGO PRAZO:**

Não houve ajustes para perdas nesta entidade.

**Nota 11) IMOBILIZADO:** O saldo do imobilizado ao final do exercício de 2021 totalizou R\$ 54.880,86. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou em tempo as informações relativas ao valor atualizado do imobilizado, bem como a depreciação acumulada para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Da mesma forma, não foram disponibilizadas as informações relativas a possíveis reavaliações de bens e teste de imparidade.

**BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHA**  
**Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade**  
**Exercício de 2021**



**Notas Explicativas**

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

**DETALHAMENTO DO IMOBILIZADO EM NOTAS EXPLICATIVAS**  
**(MCASP 8ª Edição p. 432)**

Descrição	Valor (R\$)	
	2021	2020
Bens móveis	52.931,63	44.215,63
Depreciação/amortização/exaustão acumulada (bens móveis)	(0,00)	(0,00)
Bens imóveis	1.949,23	1.949,23
Depreciação/amortização/exaustão acumulada (bens imóveis)	(0,00)	(0,00)
<b>Total</b>	<b>54.880,86</b>	<b>46.164,86</b>

**Nota 12) INTANGÍVEL:** Os valores registrados no ativo intangível totalizam R\$ 0,00.

<b>Passivo Circulante</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Obrigações trabalhistas, prev. e assist. a pagar a curto prazo	0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos a curto prazo	0,00	0,00
Fornecedores e contas a pagar a curto prazo	0,00	0,00
Obrigações fiscais a curto prazo	0,00	0,00
Obrigações de repartição a outros entes	0,00	0,00
Provisões a curto prazo	0,00	0,00
Demais obrigações a curto prazo	0,00	0,00

**Nota 13) PASSIVO CIRCULANTE:** As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício de 2021 foram de R\$ 0,00.

**Nota 14) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO:** O valor das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar ao final de 2021 foi de R\$ 0,00.

Segregação dos passivos com os atributos "F" e "P":

**DETALHAMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS EM NOTAS EXPLICATIVAS**  
**(MCASP 8ª Edição p. 432)**

Níveis	Valor	Atributo
Pessoal a Pagar	0,00	F
Encargos Sociais a Pagar	0,00	F
<b>Subtotal</b>	<b>0,00</b>	
Encargos Sociais a Pagar – Débito Parcelado a curto prazo	0,00	P
<b>Subtotal</b>	<b>0,00</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	

**Nota 15) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CURTO PRAZO):** Não houve empréstimos a curto prazo.

**Nota 16) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CURTO PRAZO:** Ao final do exercício de 2021 ficou em restos a pagar o valor de R\$ 0,00, relativo a fornecedores e contas a pagar.

**Nota 17) PROVISÕES A CURTO PRAZO (NBC T SP 03 – Item 97 a 98):** Não houve provisões de curto prazo durante o exercício.

**Nota 18) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO:** O saldo das demais obrigações a curto prazo foi de R\$ 0,00. O detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo encontra-se a seguir:

--

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
Acesse em: [https://tce.tcece.pe.gov.br/epf/validaDoc.scam?codigo\\_documento=124088ed-05e0-4e98-a09e-eebb93918124](https://tce.tcece.pe.gov.br/epf/validaDoc.scam?codigo_documento=124088ed-05e0-4e98-a09e-eebb93918124)

**BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHA**  
**Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade**  
**Exercício de 2021**



**Notas Explicativas**

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
 Acesse em: [https://tce.tce-pe.gov.br/epf/validaDoc.scam?codigo\\_documento=1240864-05e04c98-a09c-ebb93918124](https://tce.tce-pe.gov.br/epf/validaDoc.scam?codigo_documento=1240864-05e04c98-a09c-ebb93918124)

Títulos	Saldo Anterior	Movimentação no período			Transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para em liquidação ou liquidado		Saldo para o exercício seguinte
		Inscrição	Baixa		Inscrição	Baixa	
			Pagamento	Cancelamento			
Restos a pagar (Subtotal)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Processados							
Subtotal dos RPP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Não processados							
Subtotal dos RPNP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Obrigações (Subtotal)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos (Subtotal)	0,00	359.201,79	359.201,79	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.02.00.00.00 - CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	0,00	98.832,66	98.832,66	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.03.00.00.00 - ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES	0,00	2.002,00	2.002,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.04.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRPF	0,00	101.526,43	101.526,43	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.06.00.00.00 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSOS	0,00	610,11	610,11	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.00.00.00 - ISS	0,00	857,80	857,80	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.10.00.00.00 - PENSÃO ALIMENTÍCIA	0,00	1.862,12	1.862,12	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.15.00.00.00 - RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	44.272,37	44.272,37	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.99.00.00.00 - OUTROS CONSIGNATÁRIOS	0,00	109.238,30	109.238,30	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>359.201,79</b>	<b>359.201,79</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

A seguir será analisado o quadro do passivo não circulante. Vejamos:

<b>Passivo não Circulante</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Obrigações trabalhistas, prev. e assist. a pagar a longo prazo	0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos a longo prazo	0,00	0,00
Fornecedores e contas a pagar a longo prazo	0,00	0,00
Obrigações fiscais a longo prazo	0,00	0,00
Provisões a longo prazo	0,00	0,00
Demais obrigações a longo prazo	0,00	0,00
Resultado diferido	0,00	0,00
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Nota 19) PASSIVO NÃO CIRCULANTE:** As obrigações de longo prazo ao final de 2021 somam **R\$ 0,00**, decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar, empréstimos e financiamentos, fornecedores, provisões e demais obrigações.

**Nota 20) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO:** Não existem valores a pagar de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a longo prazo.

**Nota 21) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (LONGO PRAZO):** Não houve registro de empréstimos a longo prazo.

**Nota 22) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR (LONGO PRAZO):** Não houve registro de fornecedores e contas a pagar.

**Nota 23) PROVISÕES A LONGO PRAZO (NBC T SP 03 – Item 97 a 98):** Não houve registro de provisões matemáticas para esta entidade.

**Nota 24) DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO:** Não existem demais obrigações a longo prazo.

--

**BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHA**  
**Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade**  
**Exercício de 2021**



**Notas Explicativas**

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
 Acesse em: <https://tce.tce-pe.gov.br/epf/validaDoc.aspx?documento=12408ed4-05e0-4e98-a09e-ebb939318124>

Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Patrimônio social/capital social	0,00	0,00
Adiantamento para futuro aumento de capital	0,00	0,00
Reservas de capital	0,00	0,00
Ajustes de avaliação patrimonial	0,00	0,00
Reservas de lucros	0,00	0,00
Demais reservas	0,00	0,00
Resultado acumulado	72.411,64	46.164,86
Resultado do exercício	26.246,78	-30.914,32
Resultado de exercícios anteriores	46.164,86	77.079,18
Ajustes de exercícios anteriores	0,00	0,00
Outros resultados	0,00	0,00
Ações/Cotas em tesouraria	0,00	0,00
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>72.411,64</b>	<b>46.164,86</b>

**Nota 25) PATRIMÔNIO LÍQUIDO:** O patrimônio líquido da entidade perfaz ao final de 2021 o valor de R\$ 72.411,64. A seguir detalharemos o resultado:

**DETALHAMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM NOTAS EXPLICATIVAS**  
 (MCASP 8ª Edição p. 432)

Resultados Acumulados de exercícios anteriores	46.164,86
Resultado do Exercício	26.246,78
Patrimônio Social/Capital Social	0,00
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>72.411,64</b>

<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	17.530,78	0,00	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	0,00	0,00
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	54.880,86	46.164,86	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	0,00	0,00
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>				72.411,64	46.164,86

**Nota 26) ATIVO FINANCEIRO:** O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. O valor dos ativos com atributo F (Financeiro) totalizam R\$ 0,00.

**Nota 27) ATIVO PERMANENTE:** O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos com atributo P (Permanente) somam R\$ 54.880,86.

**Nota 28) PASSIVO FINANCEIRO:** O Passivo Financeiro consiste nas obrigações que não dependem de autorização orçamentária para sua amortização ou resgate. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros. O valor dos passivos com atributo F (Financeiro) no valor de R\$ 0,00, somados aos restos a pagar não processados a liquidar no valor de R\$ 0,00 perfazem o total de R\$ 0,00.

**Nota 29) PASSIVO PERMANENTE:** Os passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente Os Passivos com atributo P (Permanente) somam R\$ 0,00.

**Nota 30) SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (SALDO PATRIMONIAL):** O total do Superávit Financeiro do exercício de 2021, foi R\$ 72.411,64.

Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Saldo dos atos potenciais do ativo</b>			<b>Saldo dos atos potenciais do passivo</b>		
Execução dos atos potenciais ativos	0,00	0,00	Execução dos atos potenciais passivos	0,00	0,00
Garantias e contragarantias recebidas a executar	0,00	0,00	Garantias e contragarantias concedidas a executar	0,00	0,00
Direitos conveniados e outros instrumentos	0,00	0,00	Obrigações conveniadas e outros instrumentos	0,00	0,00
Direitos contratuais	0,00	0,00	Obrigações contratuais	0,00	0,00
Outros aportes potenciais ativos	0,00	0,00	Outros aportes potenciais passivos	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHA**  
**Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade**  
**Exercício de 2021**



**Notas Explicativas**

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

**Nota 31) SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO PASSIVO:** O valor do saldo registrado dos contratos a executar ao final 2021, com prazos vencidos até 31/12/2021 foi de **R\$ 0,00**.

SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO		
00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	17.530,78	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>17.530,78</b>	<b>0,00</b>

Nota: Considerados os valores intra-orçamentários

**Nota 32) QUADRO DE SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (§2º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64):** O valor apurado ao final do exercício de 2021 foi de **R\$ 0,00**.

**d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:**

- d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:**  
Não houve registro de passivos contingentes.
- d.2. Divulgações não financeiras:**  
Não houve necessidade de divulgação de informações de natureza não financeiras tendo em vista as características da(s) entidade(s).
- d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:**  
Não houve registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da(s) entidade(s).
- d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:**  
Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de registro que mereçam apontamentos quanto a este balanço.

**e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:**

Saldo em 31/12/2021
R\$ 0,00

**f) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:**

Saldo em 31/12/2021
R\$ 0,00

**g) DESCRIÇÃO DE AJUSTES RELACIONADOS ÀS RETENÇÕES, BEM COMO OUTRAS OPERAÇÕES QUE IMPACTEM SIGNIFICATIVAMENTE O BALANÇO PATRIMONIAL:**

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes. Ademais, não houve operações que impactem significativamente o BP e necessitem de ajustes.

**h) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 153/2021 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:**

**h.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:**  
Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos, demais créditos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo,

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
Acesse em: <https://tce.tce-pe.gov.br/ep/validarDoc.aspx?CodigoDoDocumento:12408ded-05e0-4c98-a109-eceb93018424>

**BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHA**  
**Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade**  
**Exercício de 2021**



**Notas Explicativas**

(De acordo com os Anexos XIX e XXII da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

<p>estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos, inclusive as que apresentam valores negativos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Foram utilizados os atributos (P) para “Permanente” e (F) para “Financeiro” quanto as contas patrimoniais. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.</p>
<p><b>h.2. Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis (Item I do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 153/2021):</b> Não houve ajustes decorrentes de omissões ou erros de anos anteriores</p>
<p><b>h.3. Ativos imobilizados obtidos a título gratuito (Item II do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 153/2021):</b> Não houve no exercício de 2021 bens recebidos por doação.</p>
<p><b>h.4. Transferência de Ativos (Item II do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 153/2021):</b> Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.</p>
<p><b>h.5. Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito (Item III do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 153/2021):</b> Não houve doação de ativos intangíveis no exercício de 2021</p>
<p><b>h.6. Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos (Item IV do Anexo XXII da Resolução TCE-PE nº 153/2021):</b> Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo</p>
<p><b>h.7. Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão:</b> Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio da entidade a custo histórico. Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou as informações relativas a ajustes, depreciação, amortização e exaustão.</p>
<p style="text-align: center;"><b>DESCRIÇÃO DOS EVENTOS QUE LEVARAM AO RECONHECIMENTO DE INSERVIBILIDADE DE BENS EXCLUSIVAMENTE COM REGISTRO DE PERDA</b></p>
<p>Não houve perda de bens por inservibilidade.</p>
<p><b>h.8. Relação de Provisões e Passivos Contingentes:</b> Não houve durante o exercício de 2021, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.</p>
<p><b>h.9. Informações de Passivos Contingentes:</b> Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.</p>
<p><b>h.10. Perdas da Dívida Ativa:</b> Não foram registrados valores de perdas da dívida ativa durante o exercício de 2021.</p>
<p><b>h.11. Informações adicionais (NBC T SP 01 – Item 106):</b> Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.</p>
<p><b>h.12. Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC T SP 03 – Item 105):</b> Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.</p>
<p><b>h.13. Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):</b> Não houve avaliações externas de mensuração de provisões para esta entidade.</p>
<p><b>h.14. Teste de Imparidade (Impairment) (MCASP 8ª Edição):</b> Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.</p>
<p><b>h.15. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado:</b> Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.</p>
<p><b>h.16. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC T SP 01 – Item 106):</b> Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.</p>
<p><b>h.17. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC T SP 01 – Item 106):</b> Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.</p>





Câmara Municipal de Alagoinha

Estado de Pernambuco



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DOS SANTOS  
Acesse em: <https://etec.tee.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: d3b4f4ee-3cab-4a72-8e57-f57300d01086

# Demonstração das Variações Patrimoniais Individuais

## Demonstração Contábil Separada



DVPI  
2021

Publicado em março de 2022



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: d3b4f4ee-3cab-4a72-8e57-f5727b4d0636



**DVPI**  
**2021**

# **Demonstração das Variações Patrimoniais Individual**

## **Demonstração Contábil Separada**

Departamento de Contabilidade



Publicado em março de 2022



**DVPI**  
**2021**

**Demonstração das Variações  
Patrimoniais Individual**

**Demonstração Contábil Separada**



## APRESENTAÇÃO

A Demonstração das Variações Patrimoniais Individual (DVPI) foi elaborada em conformidade com o Anexo 15 da Lei Federal nº 4.320/64, o qual teve sua estrutura atualizada pela Portaria STN nº 438/2012, bem como está aderente ao item 5, da Parte V, da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018, bem como pelas Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 05.

Os registros contábeis de natureza orçamentária e patrimonial utilizados na elaboração desta demonstração sofreu interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela *International Federation of Accountants (IFAC)*, respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento desta demonstração foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 7.185, de 27 de maio de 2010. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições, com o suporte orientativo do Centro de Estudos, Pesquisa e Assessoria em Administração Municipal Ltda (CESPAM).

A Demonstração das Variações Patrimoniais Individual (DVPI), evidencia as alterações quantitativas verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária indicando o resultado patrimonial do exercício.

Integra-se ao demonstrativo as notas explicativas, elaboradas em conformidade com o MCASP anexos XIX e XXIII da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021.

Para melhor compreensão por parte dos usuários das informações contábeis, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.

Durante o exercício de 2021 o município também esteve em estado de calamidade pública, conforme Decreto Legislativo nº 06, publicado em 20 de março de 2020, e Decretos Estaduais nº 49.959/2021, 50.900/2021 e 51.488/2021 decorrente da pandemia causada pelo COVID-19. Desta forma, para melhor compreensão dos fenômenos contábeis, orçamentários e patrimoniais, alertamos o usuário da informação a possíveis mudanças bruscas de padrão e comportamento de ingressos e desembolsos de recursos neste período para efeitos comparativos e estatísticos.

A Demonstração das Variações Patrimoniais do exercício de 2021, apresentou o resultado econômico de R\$ 26.246,78, (Superavitário). A seguir será apresentada a demonstração das variações patrimoniais na íntegra e na sequência as Notas Explicativas.

**JOSÉ FLÁVIO INÁCIO DOS SANTOS JÚNIOR**  
Presidente da Câmara

**EDIMAX DA SILVA LEAL**  
Responsável pela Contabilidade



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
Acesse em: <https://tcece.pe.gov.br/epi/validarDocumento.aspx?CodigoDocumento=9b4f1ee-3cab-4672-8657-f5727b4d0636>



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
Acesse em: <https://etce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: d3b4f4ee-3cab-4a72-8e57-f5727b4d0636

**DVPI**  
**2021**

## **Demonstração das Variações Patrimoniais Individual**

**Demonstração Contábil Separada**

**Câmara Municipal de Alagoinha**praça Manoel Izidório, 00 - cento - 55.260-000 - Alagoinha/ PE  
CNPJ: 24.300.618/0001-35 Fone: (87) 99102-1341

cv-alagoinha@bol.com.br

Usuário: Lenilson Luiz

Chave de autenticação: 2185-7956-872

**Anexo 15 da Lei Nº 4.320/64 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais**

Valores em R\$ - Período: 01/01/2021 até 31/12/2021

Despesa realizada: Empenhada

VARIÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		Exercício Atual	Exercício Anterior
4	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	1.665.000,00	1.552.889,40
4.5	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	1.665.000,00	1.552.889,40
4.5.1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.665.000,00	1.552.889,40
<b>TOTAL DAS VARIÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I) (Nota 1)</b>		<b>1.665.000,00</b>	<b>1.552.889,40</b>
VARIÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		Exercício Atual	Exercício Anterior
3	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	1.638.753,22	1.583.803,72
3.1	PESSOAL E ENCARGOS	1.212.313,25	1.199.033,39
3.1.1	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	1.005.902,74	979.827,13
3.1.2	ENCARGOS PATRONAIS	206.410,51	220.206,26
3.3	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	275.496,03	293.860,89
3.3.1	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	13.458,57	13.093,84
3.3.2	SERVIÇOS	262.037,46	280.767,05
3.5	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	140.000,00	199.909,44
3.5.1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	140.000,00	199.909,44
3.7	TRIBUTÁRIAS	10.943,94	0,00
3.7.2	CONTRIBUIÇÕES	10.943,94	0,00
<b>TOTAL DAS VARIÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II) (Nota 2)</b>		<b>1.638.753,22</b>	<b>1.583.803,72</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO III = (I-II) (Nota 3)</b>		<b>26.246,78</b>	<b>-30.914,32</b>

Nota: Considerados os valores intra-orçamentários

**JOSE FLAVIO INÁCIO DOS SANTOS JÚNIOR**

Presidente da Câmara

**Jairo Pereira da Luz**

Contador

CRC PE - 027230/O-0

Documento: d3b4f4ee-3cab-4a72-8e57-f5727b4d0636  
SANTOS JUNIOR, JAIR PEREIRA DA LUZ



# DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS INDIVIDUAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHA

## Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade Exercício de 2021



(De acordo com os Anexos XIX e XXIII da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

- No quadro principal da DVP as contas de VPA e VPD foram detalhadas até o 3º nível do PCASP que trata de subgrupo, melhorando a qualidade da informação contábil.
- A soma das contas da VPA e VPD poderão constar acima ou embaixo de cada grupo de contas.
- A DVP foi elaborada utilizando-se as classes 3 (variações patrimoniais diminutivas) e 4 (variações patrimoniais aumentativas) do PCASP.
- Não houve compensações entre contas de VPA em relação a contas de VPD.
- Integram a VPA todas as receitas orçamentárias efetivas arrecadadas pelo município.
- Integram a VPD todas as despesas orçamentárias efetivas realizadas pelo município.
- Não houve nenhum registro contábil resultante de empreendimentos de coligadas ou controladas que viesse a utilizar o método da equivalência patrimonial.
- Não houve ganhos ou perdas durante o exercício decorrentes da alienação de ativos ou pagamento de passivos.

### **b.3. Termos e Definições correlatas as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas:**

#### **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS:**

##### **Impostos, Taxas e Contribuições De Melhoria**

Compreende toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

##### **Contribuições**

Compreende as contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de iluminação pública.

##### **Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos**

Compreende as variações patrimoniais auferidas com a venda de bens, serviços e direitos, que resultem em aumento do patrimônio líquido, independentemente de ingresso, incluindo-se a venda bruta e deduzindo-se as devoluções, abatimentos e descontos comerciais concedidos.

##### **Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras**

Representa o somatório das variações patrimoniais aumentativas com operações financeiras. Compreende: descontos obtidos, juros auferidos, prêmio de resgate de títulos e debêntures, entre outros.

##### **Transferências e Delegações Recebidas**

Compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios e transferências do exterior.

##### **Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos**

Compreende a variação patrimonial aumentativa com reavaliação e ganhos de ativos ou com a desincorporação de passivos.

##### **Outras Variações Patrimoniais Aumentativas**

Compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores, tais como: resultado positivo da equivalência patrimonial, dividendos, etc.

#### **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS:**

##### **Pessoal e Encargos**

Compreende a remuneração do pessoal ativo civil ou militar, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, soldos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público, bem como as variações patrimoniais diminutivas com contratos de terceirização de mão de obra que se refiram à substituição de servidores e empregados públicos. Compreende ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e demais entidades do setor público, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais a pessoal civil e militar, destacados os custos de pessoal e encargos inerentes às mercadorias e produtos vendidos e serviços prestados.

##### **Benefícios Previdenciários e Assistenciais**

Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas às aposentadorias, pensões, reformas, reserva remunerada e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo, do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) e do Regime Geral da Previdência Social (RGPS). Compreendem, também, as ações de assistência social, que são políticas de seguridade social não contributiva, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender às contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

##### **Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo**

Representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto despesas com pessoal e encargos que serão registradas em grupo específico (Despesas de Pessoal e Encargos). Compreende: diárias, material de consumo, depreciação, amortização etc.

##### **Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras**

Compreende as variações patrimoniais diminutivas com operações financeiras, tais como: juros incorridos, descontos concedidos, comissões, despesas bancárias e correções monetárias.

##### **Transferências e Delegações Concedidas**

# DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS INDIVIDUAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHA

## Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade Exercício de 2021



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
Acesse em: <https://epec.tce-pe.gov.br/ep/validarDoc.aspx?CodigoDoDocumento=472-8e57-f572794d0636>

(De acordo com os Anexos XIX e XXIII da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências a instituições multigovernamentais, transferências a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências a convênios e transferências ao exterior.

### **Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos**

Compreende a variação patrimonial diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, com redução a valor recuperável, perdas com alienação e perdas involuntárias ou com a incorporação de passivos.

### **Tributárias**

Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas aos impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições sociais, contribuições econômicas e contribuições especiais.

### **Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados**

Compreende as variações patrimoniais diminutivas relativas aos custos das mercadorias vendidas, dos produtos vendidos e dos serviços prestados. O Custo dos produtos vendidos ou dos serviços prestados devem ser computados no exercício corresponde às respectivas receitas de vendas. A apuração do custo dos produtos vendidos está diretamente relacionada aos estoques, pois representa a baixa efetuada nas contas dos estoques por vendas realizadas no período.

### **Outras Variações Patrimoniais Diminutivas**

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores. Compreende: premiações, incentivos, equalizações de preços e taxas, participações e contribuições, resultado negativo com participações, dentre outros.

### **b.4. Novas normas e políticas contábeis alteradas:**

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas na DVP.

### **b.5. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:**

#### **a) Classificação de ativos:**

Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.

#### **b) Constituições de provisões:**

Não houve constituições de provisões em contas de passivo que implicassem em registros nas variações patrimoniais.

### **Reconhecimento de variações patrimoniais:**

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

#### **d) Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:**

Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

## **c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:**

### **c.1. Referências cruzadas e notas explicativas:**

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

### **Anexo 15 – Demonstração das Variações Patrimoniais da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2021 (REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)**

<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>		<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
4	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	1.665.000,00	1.552.889,40
4.5	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	1.665.000,00	1.552.889,40
4.5.1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.665.000,00	1.552.889,40
<b>TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (1)</b>		<b>1.665.000,00</b>	<b>1.552.889,40</b>

### **Nota 1) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS:**

As variações patrimoniais aumentativas do exercício de 2021 totalizaram R\$ 1.665.000,00. No quadro a seguir serão detalhadas todas as VPAs.

--

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS INDIVIDUAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHA**

**Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade  
Exercício de 2021**



(De acordo com os Anexos XIX e XXIII da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE ELAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
Acesso em: https://tce.tce.pe.gov.br/ep/ValidarDoc.shtm Código do documento: d3b4f4ee-3cab-4a72-8e57-f52744d063b6

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		Exercício Atual	Exercício Anterior
3	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	1.638.753,22	1.583.803,72
3.1	PESSOAL E ENCARGOS	1.212.313,25	1.199.033,39
3.1.1	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	1.005.902,74	975.827,13
3.1.2	ENCARGOS PATRONAIS	206.410,51	223.206,26
3.3	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	275.496,03	190.860,89
3.3.1	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	13.458,57	8.093,84
3.3.2	SERVIÇOS	262.037,46	182.767,05
3.5	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	140.000,00	193.909,44
3.5.1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	140.000,00	193.909,44
3.7	TRIBUTÁRIAS	10.943,94	0,00
3.7.2	CONTRIBUIÇÕES	10.943,94	0,00
<b>TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)</b>		<b>1.638.753,22</b>	<b>1.583.803,72</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO III = (I-II)</b>		<b>26.246,78</b>	<b>-30.914,32</b>

**Nota 2) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS:**

As variações patrimoniais diminutivas do exercício de 2021 totalizaram R\$ 1.638.753,22.

**Nota 3) RESULTADO PATRIMONIAL NO PERÍODO:**

O resultado econômico do exercício de 2021 foi de R\$ 26.246,78 (superavitário), o que mostra o quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas nos elementos patrimoniais.

**d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:**

**d.1.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:**

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

**d.2.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:**

Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de registro que mereçam apontamentos quanto a este demonstrativo.

**d.3.Demais informações:**

Não houve durante o exercício de 2021, registro de passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos com interferência na DVP. Para este demonstrativo não houve durante o exercício de 2021, necessidade de divulgação de informações não financeiras decorrentes dos objetivos e políticas de gestão de risco financeiro e pressupostos de estimativas. A descrição de saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa mantidos, mas que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou de controle cambial, estão divulgadas no balanço financeiro, demonstração dos fluxos de caixa e balanço patrimonial, tendo em vista tal informação não constar na DVP. Da mesma forma, foi dado igual tratamento nas demonstrações citadas, para as informações correlatas a transações de investimentos e financiamentos que não envolvem o uso de caixa ou informações relacionadas a ajustes de retenções.

**e) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO XIX E XXIII DA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 110/2020 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:**

**e.1.Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:**

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando as variações patrimoniais aumentativas (VPAS): Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria; Contribuições; Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos; Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras, Transferências e Delegações Recebidas, Valores e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos; Outras Variações Patrimoniais Aumentativas. Quanto as variações patrimoniais diminutivas (VPDS) o demonstrativo evidencia: Pessoal e Encargos; Benefícios Previdenciários e Assistenciais; Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo; Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras; Transferências e Delegações Concedidas; Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos; Tributárias; Outras Variações Patrimoniais Diminutivas. O demonstrativo apresenta o resultado econômico do exercício, além de apresentar em coluna separada os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

**e.2.Itens mais relevantes que compõem a VPA e a VPD:**

**VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (VPA)**

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS INDIVIDUAL DA CÂMARA MUNICIPAL  
DE ALAGOINHA**  
**Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade**  
**Exercício de 2021**



(De acordo com os Anexos XIX e XXIII da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
Acesso em: https://tce.tce-pe.gov.br/ep/validarDocumento.aspx?CodigoDocumento=472-8e57-1572764d0636

Colocação/Relevância	Descrição da Natureza da Conta	Valor (R\$)
		2021
1º	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	1.665.000,00

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (VPD)		
Colocação/Relevância	Descrição da Natureza da Conta	Valor (R\$)
		2021
1º	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	1.005.902,74
2º	ENCARGOS PATRONAIS	206.410,51
3º	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	140.000,00

**e.3.VPA e VPD de Repasse a maior ou menor do FPM (Portaria STN nº 327/2001):** Esta entidade não arrecada valores relativos ao FPM.

**e.4.Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado:**  
Não houver ativos com interrupção de geração de caixa, bem como não foram evidenciados ativos que sofreram o teste de *impairment*.

**e.5.Baixas de investimentos:**  
Não houve registro de baixas de investimentos.

**e.6.Constituição ou reversão de provisões:**  
Não houve registro de reversões e provisões para esta entidade.

**e.7.Variações Patrimoniais Qualitativas decorrentes da Execução Orçamentária do Exercício Atual e Anterior:**

**INCORPORAÇÃO DE ATIVOS:**

A seguir consta tabela detalhada com as incorporações de ativos dos exercícios de 2021 e 2020. Vejamos:

INCORPORAÇÃO DE ATIVOS		
Descrição	2021	2020
Aquisição de estoques	0,00	0,00
Aquisição de bens móveis	8.716,00	2.252,00
Construção e aquisição de bens imóveis	0,00	0,00
Aquisição de títulos e valores	0,00	0,00
Concessão de empréstimos	0,00	0,00
Outras incorporações de ativos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>8.716,00</b>	<b>2.252,00</b>

**DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS:**

A seguir consta em tabela o detalhamento das desincorporações de passivos dos exercícios de 2021 e 2020. Vejamos:

DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		
Descrição	2021	2020
Amortização da dívida pública	0,00	0,00
Amortização de precatórios	0,00	0,00
Outras desincorporações de passivos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS:**

As tomadas de empréstimos e outras incorporações de passivos constam na tabela a seguir. Vejamos:

INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		
Descrição	2021	2020
Tomada de empréstimos	0,00	0,00
Outras incorporações de passivos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS:**

A seguir consta tabela com as desincorporações de ativos dos exercícios de 2021 e 2020. Vejamos:

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS INDIVIDUAL DA CÂMARA MUNICIPAL  
DE ALAGOINHA**  
**Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade**  
**Exercício de 2021**



(De acordo com os Anexos XIX e XXIII da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
Acesso em: https://tce.tcece.pe.gov.br/ep/ver/raida/Doc=seam/Codigo=dn\_documento-43b4f4ee-3cab-4a72-8e57-f5727b4d0636

DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS		
Descrição	2021	2020
Cobrança da dívida ativa	0,00	0,00
Alienação de estoques	0,00	0,00
Alienação de bens móveis	0,00	0,00
Alienação de bens imóveis	0,00	0,00
Alienação de títulos e valores	0,00	0,00
Recebimento de empréstimos	0,00	0,00
Outras desincorporações de ativos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Conforme modelo da DVP definido pelo MCASP para o exercício de 2021, não constam as variações patrimoniais qualitativas detalhadas acima a título de melhoria da qualidade da informação dos usuários.

**e.8. Montante de recebíveis reconhecidos em relação a Receita sem contraprestação:**

Não houve registro de receita sem contraprestação durante o exercício de 2021.

**e.9. Origem e Destino dos Recursos Provenientes da Alienação de Ativos (Art. 50, inciso VI da LRF):**

Não houve alienação de ativos durante o exercício de 2021.

**f) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:**

Para este município está sendo utilizados os prazos mais restritivos estabelecidos pela Portaria STN nº 548/2015, para cidades acima de 50.000 habitantes.

**DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PODER LEGISLATIVO)**

**PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP**

Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Diretor de Finanças	Imediato	Concluído

**PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP**

<b>Ação</b>	<b>1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Diretoria de Finanças	01/01/2021	Concluído
<b>Ação</b>	<b>2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Diretoria de Finanças	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	<b>3. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Diretoria de Finanças	01/01/2020	Concluído
<b>Ação</b>	<b>4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.</b>			

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS INDIVIDUAL DA CÂMARA MUNICIPAL  
DE ALAGOINHA**  
**Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade**  
**Exercício de 2021**



(De acordo com os Anexos XIX e XXIII da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
Acesse em: <https://tce.tce-pe.gov.br/pt/portal/DocAssinados> Código do documento: d3b4f4ee92eb44728e57f522744d0635

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Diretoria de Finanças	01/01/2020	Em andamento
<b>Ação</b>	<b>5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).</b>			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Diretoria de Finanças	01/01/2018	Concluído
<b>Ação</b>	<b>6. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.</b>			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Diretoria de Finanças	01/01/2016	Concluído
<b>Ação</b>	<b>7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.</b>			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Diretoria de Finanças	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
<b>Ação</b>	<b>8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.</b>			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Diretoria de Finanças	01/01/2021	Em andamento
<b>PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP</b>				
<b>Ação</b>	<b>Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários</b>			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a "Nova" estrutura do MCASP.	Diretoria de Finanças	Imediato	Concluído
<b>PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP</b>				
<b>Ação</b>	<b>Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários</b>			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	"Metodologia de levantamento das DCAPS por meio do PCASP estendido e das demais informações contábeis"	Diretoria de Finanças	Imediato	Concluída
<b>Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Legislativo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).</b>				

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS INDIVIDUAL DA CÂMARA MUNICIPAL  
DE ALAGOINHA**  
**Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade**  
**Exercício de 2021**



(De acordo com os Anexos XIX e XXIII da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

---

**JOSÉ FLÁVIO INÁCIO DOS SANTOS JÚNIOR**  
Presidente da Câmara

---

**JAIRO PEREIRA DA LUZ**  
Contador  
CRC-PE Nº 027230/O-0

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: d3b4f4ee-3cab-4a72-8e57-f5727b4d0636



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
Acesse em: <https://etecfice.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 911d1e1b-0e42-4370-ad3e-17e288deaf39

**Câmara Municipal de Alagoinha**

**Estado de Pernambuco**



# Demonstração dos Fluxos de Caixa Individual

## Demonstração Contábil Separada



**DFCI**  
**2021**

Publicado em março de 2022



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 911d1e1b-0e42-4370-ad3e-17e288deaf39



**DFCI**  
**2021**

**Demonstração dos Fluxos de Caixa Individual**  
**Demonstração Contábil Separada**

Departamento de Contabilidade



Publicado em março de 2022



**DFCI**  
**2021**

**Demonstração dos Fluxos de Caixa Individual**

**Demonstração Contábil Separada**



## APRESENTAÇÃO

A Demonstração dos Fluxos de Caixa Individual (DFCI) foi elaborado em conformidade com o Anexo 18 da Lei Federal nº 4.320/64, o qual teve sua estrutura atualizada pela Portaria STN nº 438/2012, bem como está aderente ao item 6, da Parte V, da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018, bem como pelas Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 08.

Os registros contábeis de natureza orçamentária e financeiras utilizados na elaboração desta demonstração sofreu interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela *International Federation of Accountants (IFAC)*, respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento desta demonstração foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 7.185, de 27 de maio de 2010. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições, com o suporte orientativo do Centro de Estudos, Pesquisa e Assessoria em Administração Municipal Ltda (CESPAM).

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos. O demonstrativo apresenta as alterações que ocorreram no caixa equivalentes de caixa segregados por atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos possibilitando identificar as fontes de geração dos fluxos de entradas, os itens de consumo de caixa durante o período e o saldo do caixa ao final do exercício.

Integra-se ao demonstrativo as notas explicativas, elaboradas em conformidade com o MCASP e anexos XIX e XXIV da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021.

Para melhor compreensão por parte dos usuários das informações contábeis, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.

Durante o exercício de 2021 o município também esteve em estado de calamidade pública, conforme Decreto Legislativo nº 06, publicado em 20 de março de 2020, e Decretos Estaduais nº 49.959/2021, 50.900/2021 e 51.488/2021 decorrente da pandemia causada pelo COVID-19. Desta forma, para melhor compreensão dos fenômenos contábeis, orçamentários e patrimoniais, alertamos o usuário da informação a possíveis mudanças bruscas de padrão e comportamento de ingressos e desembolsos de recursos neste período para efeitos comparativos e estatísticos.

Analisando a Demonstração dos Fluxos de Caixa da entidade, o saldo em caixa e equivalente de caixa ao final do exercício foi de R\$ 17.530,78. A seguir será apresentada a demonstração dos fluxos de caixa na íntegra e na sequência as Notas Explicativas.

**JOSÉ FLÁVIO INÁCIO DOS SANTOS JÚNIOR**  
Presidente da Câmara

**EDIMAX DA SILVA LEAL**  
Responsável pela Contabilidade



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
Acesse em: <https://cetesce.pe.gov.br/epp/validarDoc.aspx?CodigoDocumento:911d1e1b-0e42-4370-4d3e-07e288de4139>



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 911d1e1b-0e42-4370-ad3e-17e288deaf39

**DFCI**  

---

**2021**

**Demonstração dos Fluxos de Caixa Individual**

---

**Demonstração Contábil Separada**

**Anexo 18 - Demonstrativo do Fluxo de Caixa**

Valores em R\$ - Período: 01/01/2021 até 31/12/2021

Despesa realizada: Paga

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Ingressos (Nota 1)</b>	2.024.201,79	1.877.452,34
Receita tributária	0,00	0,00
Receita de contribuições	0,00	0,00
Receita de patrimonial	0,00	0,00
Receita agropecuária	0,00	0,00
Receita industrial	0,00	0,00
Receita de serviços	0,00	0,00
Remuneração das disponibilidades	0,00	0,00
Outras receitas derivadas e originárias	0,00	0,00
Transferências recebidas	0,00	0,00
Outros ingressos operacionais	2.024.201,79	1.877.452,34
<b>Desembolsos (Nota 2)</b>	1.997.955,01	1.800.366,66
Pessoal e demais despesas	1.494.345,41	1.889.894,28
Juros e encargos da dívida	0,00	0,00
Transferências concedidas	4.407,81	0,00
Outros desembolsos operacionais	499.201,79	1.047,38
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I) (Nota 3)</b>	26.246,78	369.14,32
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
<b>Ingressos (Nota 4)</b>	0,00	0,00
Alienação de bens	0,00	0,00
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos	0,00	0,00
Outros ingressos de investimentos	0,00	0,00
<b>Desembolsos (Nota 5)</b>	8.716,00	8.716,00
Aquisição de ativo não circulante	8.716,00	8.716,00
Concessão de empréstimos e financiamentos	0,00	0,00
Outros desembolsos de investimentos	0,00	0,00
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades de investimentos (II) (Nota 6)</b>	-8.716,00	-2.252,00
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
<b>Ingressos (Nota 7)</b>	0,00	0,00
Operações de crédito	0,00	0,00
Integralização do capital social de empresas dependentes	0,00	0,00
Outros ingressos de financiamentos	0,00	0,00
<b>Desembolsos (Nota 8)</b>	0,00	0,00
Amortização/Refinanciamento da dívida	0,00	0,00
Outros desembolsos de financiamentos	0,00	0,00
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III) (Nota 9)</b>	0,00	0,00
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (IV) = (I + II + III) (Nota 10)</b>	17.530,78	-33.166,32
Caixa e equivalente de caixa inicial (V)	0,00	33.166,32
Caixa e equivalente de caixa final (IV + V)	17.530,78	0,00

 Documento assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO DO NASCIMENTO DOS SANTOS JUNIOR - JAIRO PEREIRA ANDALUZ  
 Acesso em: 09/01/2022 10:42:43 - URL: https://eccc.ce.gov.br/epp/validarDoc.asp?CodigoDocumento:911d1e1b-de42-4370-ad3e-17e288deaf139

**Câmara Municipal de Alagoinha**praça Manoel Izidório, 00 - cento - 55.260-000 - Alagoinha/ PE  
CNPJ: 24.300.618/0001-35 Fone: (87) 99102-1341

cv-alagoinha@bol.com.br

Usuário: Lenilson Luiz

Chave de autenticação: 1868-6414-882

**Anexo 18 - Demonstrativo do Fluxo de Caixa**

Valores em R\$ - Período: 01/01/2021 até 31/12/2021

**Despesa realizada: Paga**Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 911d1e1b-0e42-4370-ad3e-17e288deaf39**QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS**

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Transferências correntes recebidas</b>		
Intergovernamentais	0,00	0,00
da união	0,00	0,00
de estados e distrito federal	0,00	0,00
de municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
Outras transferências correntes recebidas	0,00	0,00
<b>Total das transferências correntes recebidas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Transferências concedidas</b>		
Intergovernamentais	0,00	0,00
a união	0,00	0,00
a estados e distrito federal	0,00	0,00
a municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	4.407,81	0,00
Outras transferências	0,00	0,00
<b>Total das transferências concedidas</b>	<b>4.407,81</b>	<b>0,00</b>

**Anexo 18 - Demonstrativo do Fluxo de Caixa**

Valores em R\$ - Período: 01/01/2021 até 31/12/2021

**Despesa realizada: Paga**

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO</b>		
Legislativo	1.494.345,41	1.895.894,28
Judiciário	0,00	0,00
Essencial a justiça	0,00	0,00
Administração	0,00	0,00
Defesa nacional	0,00	0,00
Segurança pública	0,00	0,00
Relações exteriores	0,00	0,00
Assistência social	0,00	0,00
Previdência social	0,00	0,00
Saúde	0,00	0,00
Trabalho	0,00	0,00
Educação	0,00	0,00
Cultura	0,00	0,00
Direito da cidadania	0,00	0,00
Urbanismo	0,00	0,00
Habitação	0,00	0,00
Saneamento	0,00	0,00
Gestão ambiental	0,00	0,00
Ciência e tecnologia	0,00	0,00
Agricultura	0,00	0,00
Organização agrária	0,00	0,00
Indústria	0,00	0,00
Comércio e serviços	0,00	0,00
Comunicação	0,00	0,00
Energia	0,00	0,00
Transportes	0,00	0,00
Desportos e lazer	0,00	0,00
Encargos especiais	0,00	0,00
<b>Total dos desembolsos de pessoal e demais despesas por função</b>	<b>1.494.345,41</b>	<b>1.895.894,28</b>

 Documento assinado digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
 Acesso em: https://tce.ce.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 911d1e1b-0e42-4370-ad3e-17e28880ca139

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA</b>		
Juros e correção monetária da dívida interna	0,00	0,00
Juros e correção monetária da dívida externa	0,00	0,00
Outros encargos da dívida	0,00	0,00
<b>Total dos juros e encargos da dívida</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Nota: Considerados os valores intra-orçamentários

**JOSE FLAVIO INÁCIO DOS SANTOS JÚNIOR**

Presidente da Câmara

**Jairo Pereira da Luz**

Contador

CRC PE - 027230/O-0



# DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHA

## Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade Exercício de 2021



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
Acesso em: <https://tce.alagoa.gov.br/portal/validarDocumento.aspx?documento=9114141b-0e42-4370-ad3e-17e288de4139>

(De acordo com os Anexos XIX e XXIV da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

**b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:**

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao DFC.

**c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:**

**c.1. Referências cruzadas e notas explicativas:**

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

**Anexo 18 – Demonstrativo do Fluxo de Caixa da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2021  
(REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)**

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Ingressos</b>	2.024.201,79	1.875.452,34
Receita tributária	0,00	0,00
Receita de contribuições	0,00	0,00
Receita de patrimonial	0,00	0,00
Receita agropecuária	0,00	0,00
Receita industrial	0,00	0,00
Receita de serviços	0,00	0,00
Remuneração das disponibilidades	0,00	0,00
Outras receitas derivadas e originárias	0,00	0,00
Transferências recebidas	0,00	0,00
Outros ingressos operacionais	2.024.201,79	1.875.452,34
<b>Desembolsos</b>	1.997.955,01	1.906.366,66
Pessoal e demais despesas	1.494.345,41	1.389.894,28
Juros e encargos da dívida	0,00	0,00
Transferências concedidas	4.407,81	0,00
Outros desembolsos operacionais	499.201,79	516.472,38
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)</b>	<b>26.246,78</b>	<b>-30.914,32</b>

**Nota 1) INGRESSOS (FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS):** O valor dos ingressos decorrentes das atividades operacionais em 2021 foi de R\$ 2.024.201,79

**Nota 2) DESEMBOLSOS (FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS):** O valor dos desembolsos decorrentes das atividades operacionais em 2021 foi de R\$ 1.997.955,01

**Nota 3) FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:** O fluxo de caixa líquido obtido através da comparação dos ingressos menos os desembolsos do exercício de 2021 foi de R\$ 26.246,78.

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
<b>Ingressos</b>	0,00	0,00
Alienação de bens	0,00	0,00
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos	0,00	0,00
Outros ingressos de investimentos	0,00	0,00
<b>Desembolsos</b>	8.716,00	2.252,00
Aquisição de ativo não circulante	8.716,00	2.252,00
Concessão de empréstimos e financiamentos	0,00	0,00
Outros desembolsos de investimentos	0,00	0,00
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades de investimentos (II)</b>	<b>-8.716,00</b>	<b>-2.252,00</b>

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
ALAGOINHA**  
**Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade**  
**Exercício de 2021**



(De acordo com os Anexos XIX e XXIV da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

**Nota 4) INGRESSOS (FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO):** Não houve ingressos decorrentes das atividades de investimentos no exercício de 2021.

**Nota 5) DESEMBOLSOS (FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO):** O valor dos desembolsos decorrentes das atividades de investimentos em 2021 foi de R\$ 8.716,00.

**Nota 6) FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:** O fluxo de caixa dos investimentos em 2021 foi de R\$ - 8.716,00.

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
<b>Ingressos</b>	0,00	0,00
Operações de crédito	0,00	0,00
Integralização do capital social de empresas dependentes	0,00	0,00
Outros ingressos de financiamentos	0,00	0,00
<b>Desembolsos</b>	0,00	0,00
Amortização/Refinanciamento da dívida	0,00	0,00
Outros desembolsos de financiamentos	0,00	0,00
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)</b>	0,00	0,00

**Nota 7) INGRESSOS (FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO):** Não houve ingressos decorrentes das atividades de financiamento no exercício de 2021.

**Nota 8) DESEMBOLSOS (FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO):** Não houve desembolsos decorrentes das atividades de financiamento no exercício de 2021.

**Nota 9) FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:** O fluxo de caixa líquido obtido através da comparação dos ingressos menos os desembolsos do exercício de 2021 foi de R\$ 0,00.

<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (IV) = (I + II + III)</b>	17.530,78	-33.166,32
Caixa e equivalente de caixa inicial (V)	0,00	33.166,32
Caixa e equivalente de caixa final (IV + V)	17.530,78	0,00

**Nota 10) GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA:** A geração de caixa líquida ao final do exercício de 2021 foi de R\$ 17.530,78, resultante da comparação do saldo em caixa e equivalente de caixa inicial no valor de R\$ 0,00 e o saldo em caixa e equivalente de caixa final no valor de R\$ 17.530,78.

**d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:**

<b>d.1.Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:</b> Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos não interferindo da DFC.
<b>d.2.Divulgações não financeiras:</b> Não se aplica a este demonstrativo.
<b>d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:</b> Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.
<b>d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:</b> Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
Acesso em: https://tce.tce-pe.gov.br/ep/validaDoc.aspx?codigo\_documento=914414-06424370-nd3e-17e288de4139

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
ALAGOINHA**  
**Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade**  
**Exercício de 2021**



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
Acesso em: https://tce.ce.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 911d1e1b-9e42-4370-ad3e-17e288dca139

(De acordo com os Anexos XIX e XXIV da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

**e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:**

<b>Saldo em 31/12/2021</b>
R\$ 0,00

**f) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:**

<b>Saldo em 31/12/2021</b>
R\$ 0,00

**g) EVENTUAIS AJUSTES RELACIONADOS ÀS RETENÇÕES:**

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes. Ademais, não houve operações que impactem significativamente a DFC e necessitem de ajustes.

**h) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO XIX E XXIV DA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 153/2021 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:**

<b>h.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:</b>		
Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal com destaque para as receitas derivadas e originárias; quadro de transferências recebidas e concebidas; quadro de desembolsos de pessoal e demais despesas por função e quadro de juros e encargos da dívida. A estrutura do demonstrativo está segregada em fluxo de caixa das atividades operacionais (ingressos e desembolsos), fluxo de caixa das atividades de investimentos (ingressos e desembolsos) e fluxos de caixa das atividades de financiamento (ingressos e desembolsos) e a geração líquida de caixa e equivalente de caixa. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.		
<b>h.2. Informações sobre Linhas de Crédito Obtidas através de Empréstimos:</b> Não houve operações de crédito realizadas durante o exercício de 2021 para esta entidade.		
<b>h.3. Montante e Natureza de Saldos de Caixa e Equivalentes não Disponíveis:</b> Não há valores em saldo de caixa e equivalentes que não ficaram indisponíveis ao final do exercício de 2021.		
<b>h.4. Descrição dos Itens Incluídos no Conceito de Caixa e Equivalentes de Caixa dentre Outros Esclarecimentos:</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo "depósitos restituíveis", que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo "F" de financeiro. Analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, pode haver procedimentos de lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para "P" de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.</li> <li>▪ Os investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, são as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.</li> </ul>		
<b>h.5. Descrição dos Itens Mais Relevantes do Fluxo de Caixa:</b>		
<b>Colocação/Relevância</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Valor (R\$)</b>
		<b>2021</b>
1º	Outros ingressos operacionais	2.024.201,79
2º	Pessoal e demais despesas	1.997.955,01
3º	Outros desembolsos operacionais	499.201,79
São destacadas acima as três contas com montantes mais significativos da demonstração do fluxo de caixa no ano de 2021.		

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHA****Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade  
Exercício de 2021**

(De acordo com os Anexos XIX e XXIV da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

<b>h.6. Conciliação dos Saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa entre a DFC e o Balanço Patrimonial:</b> Não há divergência entre os saldos de caixa e equivalentes de caixa evidenciados na demonstração dos fluxos de caixa em relação ao balanço patrimonial.
--

i) **PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:**

**DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PODER LEGISLATIVO)****PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP**

<b>Ação</b>	<b>Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Diretor de Finanças	Imediato	Concluído

**PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP**

<b>Ação</b>	<b>1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Diretoria de Finanças	01/01/2021	Concluído
<b>Ação</b>	<b>2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Diretoria de Finanças	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	<b>3. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Diretoria de Finanças	01/01/2020	Concluído
<b>Ação</b>	<b>4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Diretoria de Finanças	01/01/2020	Em andamento
<b>Ação</b>	<b>5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Diretoria de Finanças	01/01/2018	Concluído
<b>Ação</b>	<b>6. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Diretoria de Finanças	01/01/2016	Concluído
<b>Ação</b>	<b>7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.</b>			



Câmara Municipal de Alagoinha

Estado de Pernambuco



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA ARAUJO  
Acesse em: <https://etec.tee.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 9e9e9255-1c6c-4bf1-83fe-fa8e11467482

# Demonstração da Dívida Flutuante Individual

## Demonstração Contábil Separada



**DDFI**  
**2021**

Publicado em março de 2022



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 9c9e9255-1c6c-4bf1-83fe-fa8ef1467452



**DDFI**  
**2021**

## **Demonstração da Dívida Flutuante Individual**

### **Demonstração Contábil Separada**

Departamento de Contabilidade



Publicado em março de 2022



**DDFI**  
**2021**

**Demonstração da Dívida**  
**Flutuante Individual**

**Demonstração Contábil Separada**



## APRESENTAÇÃO

A Demonstração da Dívida Flutuante Individual (DDFI), originalmente concebida através do Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64, teve sua estrutura adaptada pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco através do modelo sintético proposto no Anexo XXV da Resolução TC nº 153, de 15 de dezembro de 2021.

Os registros contábeis de natureza orçamentária e patrimonial utilizados na elaboração desta demonstração sofreu interferência de maneira subsidiária pela Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 11 e outras, bem como das normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela *International Federation of Accountants (IFAC)*, respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento desta demonstração foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 7.185, de 27 de maio de 2010. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições, com o suporte orientativo do Centro de Estudos, Pesquisa e Assessoria em Administração Municipal Ltda (CESPAM).

A Demonstração da Dívida Flutuante Municipal (DDFI), evidencia os ingressos e desembolsos extraorçamentários, permitindo aos usuários da informação, identificar as origens de valores que em algum momento foram ou estão sendo movimentados pelo Estado, porém pertencentes a terceiros, bem como de ênfase aos restos a pagar processados e não processados.

Integra-se ao demonstrativo as notas explicativas, elaboradas em conformidade com a Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021, as quais contemplam quadros complementares com um nível maior de detalhamento dos elementos da demonstração.

Para melhor compreensão por parte dos usuários das informações contábeis, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.

Durante o exercício de 2021 o município também esteve em estado de calamidade pública, conforme Decreto Legislativo nº 06, publicado em 20 de março de 2020, e Decretos Estaduais nº 49.959/2021, 50.900/2021 e 51.488/2021 decorrente da pandemia causada pelo COVID-19. Desta forma, para melhor compreensão dos fenômenos contábeis, orçamentários e patrimoniais, alertamos o usuário da informação a possíveis mudanças bruscas de padrão e comportamento de ingressos e desembolsos de recursos neste período para efeitos comparativos e estatísticos.

Analisando o DDFM do exercício de 2021, consta como saldo final do exercício o valor de R\$ 0,00. A seguir, são apresentadas a demonstração contábil e as Notas Explicativas detalhando os grupos de contas e com referências cruzadas.

**JOSÉ FLÁVIO INÁCIO DOS SANTOS JÚNIOR**  
Presidente da Câmara

**EDIMAX DA SILVA LEAL**  
Responsável pela Contabilidade



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
Acesse em: [https://tcece.pe.gov.br/validarDoc.seam?codigo\\_documento=0999255-106-4-1-83-fe-fa8ef146743](https://tcece.pe.gov.br/validarDoc.seam?codigo_documento=0999255-106-4-1-83-fe-fa8ef146743)



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
Acesse em: <https://etce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 9c9e9255-1c6c-4bf1-83fe-fa8ef1467452

**DDFI**  
**2021**

**Demonstração da Dívida  
Flutuante Individual**

---

**Demonstração Contábil Separada**

**Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante****Demonstrativo da Dívida Flutuante**

Títulos	Saldo Anterior	Movimentação no período			Transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para em liquidação ou liquidado		Saldo para o exercício seguinte
		Inscrição	Baixa		Inscrição	Baixa	
			Pagamento	Cancelamento			
<b>Restos a pagar (Subtotal) (Nota 1)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Subtotal dos RPP (Nota 2)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Subtotal dos RPNP (Nota 3)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Depósitos (Subtotal) (Nota 4)</b>	<b>0,00</b>	<b>359.201,79</b>	<b>359.201,79</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
CONSIGNACOES	0,00	359.201,79	359.201,79	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total (Nota 5)</b>	<b>0,00</b>	<b>359.201,79</b>	<b>359.201,79</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR**

Presidente da Câmara

**Jairo Pereira da Luz**

Contador

CRC PE - 027230/O-0





**DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE INDIVIDUAL DA DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
ALAGOINHA**  
**Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade**  
**Exercício de 2021**



(De acordo com o Anexo XXV da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

**Anexo 17 – Demonstração da Dívida Flutuante da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2021**

- Adaptado pelo TCE-PE conforme Anexo XXV -

**(REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)**

Demonstrativo da Dívida Flutuante							
Títulos	Saldo Anterior	Movimentação no período			Transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para em liquidação ou liquidado		Saldo para o exercício seguinte
		Inscrição	Baixa		Inscrição	Baixa	
			Pagamento	Cancelamento			
Restos a pagar (Subtotal)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal dos RPP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal dos RPNP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos (Subtotal)	0,00	359.201,79	359.201,79	0,00	0,00	0,00	0,00
CONSIGNAÇÕES	0,00	359.201,79	359.201,79	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>359.201,79</b>	<b>359.201,79</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Nota 1) RESTOS A PAGAR:**

O saldo dos restos a pagar ao final do exercício de 2021 foi de R\$ 0,00. A seguir será feito o desmembramento dos restos a pagar em processados e não processados.

**Nota 2) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS:**

O saldo dos restos a pagar processado ao final do exercício foi de R\$ 0,00.

**Nota 3) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:**

O saldo dos restos a pagar não processado ao final do exercício foi de R\$ 0,00. A seguir consta do detalhamento das inscrições, cancelamentos, baixas e saldos individuais por exercício.

	0,00	359.201,79	359.201,79	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos (Subtotal)	0,00	359.201,79	359.201,79	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.02.00.00.00 - CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	0,00	98.832,64	98.832,64	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.03.00.00.00 - ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES	0,00	2.002,00	2.002,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.04.00.00.00 - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	0,00	101.526,43	101.526,43	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.06.00.00.00 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSOS	0,00	610,11	610,11	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.08.00.00.00 - IES	0,00	857,80	857,80	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.10.00.00.00 - PENSÃO ALIMENTÍCIA	0,00	1.862,12	1.862,12	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.15.00.00.00 - RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	44.272,37	44.272,37	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.8.8.1.01.99.00.00.00 - OUTROS CONSIGNATÁRIOS	0,00	109.238,30	109.238,30	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>359.201,79</b>	<b>359.201,79</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Nota 4) DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS:**

O saldo final dos depósitos foi de R\$ 0,00. Estes valores foram retidos na fonte e devem ser repassados para não caracterizar apropriação indébita de valores.

**Nota 5) ANÁLISE GERAL BASEADA NA LINHA TOTALIZADORA:**

Não houve variação na dívida fluante entre os saldos do exercício de 2020 e o saldo final do exercício 2021, tendo em vista que tudo que foi inscrito no exercício 2021 foi baixado, uma vez que o saldo anterior foi de R\$ 0,00, as inscrições totais foram de R\$ 359.201,79, os pagamentos (baixas) no valor de R\$ 359.201,79 e cancelamentos no valor de R\$ 0,00.

**d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:**

**d.1.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:**

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

**d.2.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:**

Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de registro que mereçam apontamentos quanto a este demonstrativo.

**d.3.Recomendações aos Gestores e ao Controle Interno:**

**DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE INDIVIDUAL DA DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
ALAGOINHA**  
**Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade**  
**Exercício de 2021**



(De acordo com o Anexo XXV da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

▪ Na qualidade de consultoria contábil sugerimos aos gestores, diretores de contabilidade e ao controle interno atenção especial quanto ao controle dos restos a pagar processados e não processados e dos depósitos de diversas origens, conciliando, neste último caso, valores que comprometem as disponibilidades das entidades municipais, e não possuam correspondência documental.

**d.4.Prescrição de Restos a Pagar:**

Em atendimento ao Decreto Federal nº 20.910/32, foram prescritos o montante de R\$ 0,00, relativo aos restos a pagar da entidade, conforme regras contábeis estabelecidas no MCASP.

**e) INFORMAÇÕES ADICIONAIS ADAPTADAS AO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:**

**e.1.Estrutura, Apresentação das Demonstrações Contábeis e ICC:**

O Demonstrativo da Dívida Flutuante obedece a estrutura definido no Anexo XXV da Resolução TC Nº 153/2021. Foi utilizado o modelo sintético, complementado por quadros e informações adicionais em notas explicativas. Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, em especial as seguintes regras: a) O somatório dos pagamentos e cancelamentos de restos a pagar processados e não processados constantes nos demonstrativos de execução dos "restos a pagar não processados" e "restos a pagar processados" (BO) confere com o somatório de restos a pagar, coluna "Baixa"(pagamento e cancelamento), no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos em exercícios anteriores, cujo pagamento ou cancelamento tenha ocorrido no exercício (RCRPPNPPC). b) O somatório das inscrições de restos a pagar processados e não processados constante no Balanço Financeiro (BF) confere com o somatório das inscrições de restos a pagar processados e não processados constante da coluna "Inscrição" de Restos a Pagar no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos no exercício (RCRPPNPIE). c) Há consistência no somatório das colunas "Inscritos" do Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Não Processados e do Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e do Balanço Orçamentário (BO) em relação ao Saldo Anterior (Subtotal) dos restos a Pagar do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) – Equação:  $((\sum IRPNP + \sum IRPP) (BO)) = \sum (\text{Saldo Anterior RP (DDF)})$  e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos em exercícios anteriores (RCRPPNPIEA). Balanço Orçamentário (BO) e da Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Financeiro (BF) em relação ao Saldo Para o Exercício Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e ao Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial (BP) – Equação:  $(\sum \text{Passivo [F] (BP)} + \sum IRPNP - \sum (RNPL + RPNC) (BO) + \sum \text{Saldo IRPNP (BF)}) = \sum (\text{SES (DDF)})$ . d) Os Saldos dos Passivos Financeiros Anterior e Atual constantes no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes do Balanço Patrimonial (BP) conferem com os Saldos Anterior e Para o Exercício Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF). e) O Saldo dos Restos a pagar constante no Quadro de Execução de Restos a pagar não processados do Balanço Orçamentário do Ano Anterior (BOA) confere com o saldo inscrito em exercícios anteriores constante no Quadro de Restos a Pagar Não Processados do Balanço Orçamentário Atual (BO) e no Saldo Anterior dos Restos a Pagar Não Processados do Demonstrativo da Dívida Flutuante atual (DDF), exceto as inscrições em Restos a Pagar Não Processados do Ano Anterior. f) O Saldo dos Restos a pagar constante no Quadro de Execução de Restos a pagar processados do Balanço Orçamentário do Ano Anterior (BOA) confere com o saldo inscrito em exercícios anteriores constante no Quadro de Restos a pagar processados do Balanço Orçamentário Atual (BO) e com o Saldo Anterior dos Restos a pagar processados do Demonstrativo da Dívida Flutuante atual (DDF), exceto as inscrições em Restos a Pagar Processados do Ano anterior.

**e.2.Descrição dos Itens Mais Relevantes dos Depósitos:**

Colocação/Relevância	Descrição da Conta	Valor (R\$)
		2021
1º	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	101.526,43
2º	OUTROS CONSIGNATARIOS	109.238,30

**g.3.Eventuais Ajustes relacionados às Retenções e Outras Operações:**

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.

**f) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:**

Para este município está sendo utilizados os prazos mais restritivos estabelecidos pela Portaria STN nº 548/2015, para cidades acima de 50.000 habitantes.

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
Acesse em: <https://tcece.pe.gov.br/ep/validaDoc> peam Código do documento: 9e9e9255-106-4b1-83fe-fa8c14747472





**Câmara Municipal de Alagoinha**

praça Manoel Izidorio, 00 - cento - 55.260-000 - Alagoinha/ PE  
 CNPJ: 24.300.618/0001-35 Fone: (87) 99102-1341

cv-alagoinha@bol.com.br

Usuário: Lenilson Luiz

Chave de autenticação: 1314-0077-595

Página

1 / 1

## Anexo 10 da Lei 4.320/64 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

Valores em R\$ - Período: 01/01/2021 até 31/12/2021

TÍTULOS	Orçada	Arrecadada	Diferença	
			Para mais	Para menos
<b>Total</b>				
<b>Transferências Financeiras</b>		<b>1.665.000,00</b>		
<b>TOTAL GERAL</b>				

**JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR**

Presidente da Câmara

**Robson Batista Galindo**

Presidente da Câmara

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIR RO PEREIRA DA LUZ  
 Acesse em: <https://eic.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam?codigo=documento:74cb23a3-8823-4ed6-a017-1bce577da505>



## Anexo 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada

Valores em R\$ - Período: 01/01/2021 até 31/12/2021

**Despesa Realizada: Empenhada**

TÍTULOS	Autorizada R\$		Total	Despesa Realizada	Diferença
	Cred. Orçamentário e Suplementares	Créd. Especial e Extraordinários			
<b>Unidade Gestora: Câmara Municipal de Alagoinha</b>					
1001	CÂMARA MUNICIPAL	1.470.181,41	37.287,81	1.507.469,22	1.507.469,22
1001.1	Legislativa	1.470.181,41	37.287,81	1.507.469,22	1.507.469,22
1001.1.31	Ação Legislativa	1.470.181,41	37.287,81	1.507.469,22	1.507.469,22
1001.1.31.101	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PODER LEGISLATIVO	1.470.181,41	37.287,81	1.507.469,22	1.507.469,22
1001.1.31.101.1.2	Aquisição de Móveis, Máquinas e Equipamentos Diversos	8.716,00		8.716,00	8.716,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	8.716,00		8.716,00	0,00
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	8.716,00		8.716,00	0,00
1001.1.31.101.1.3	Obras de Ampliação e/ou Reforma do Prédio da Câmara.				
4.4.90.00	Aplicações Diretas				0,00
4.4.90.51	Obras e Instalações				0,00
1001.1.31.101.1.112	Aquisição de veículo destinado às atividades do Poder Legislativo.				
4.4.90.00	Aplicações Diretas				0,00
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente				0,00
1001.1.31.101.2.7	Manutenção da Gestão Administrativa da Câmara.	497.895,02		497.895,02	497.895,02
3.1.90.00	Aplicações Diretas	233.222,74		233.222,74	0,00
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	233.222,74		233.222,74	0,00
3.1.90.91	Sentenças Judiciais				0,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	264.672,28		264.672,28	0,00
3.3.90.14	Diárias – Civil	5.872,50		5.872,50	0,00
3.3.90.30	Material de Consumo	13.458,57		13.458,57	0,00
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	6.816,00		6.816,00	0,00
3.3.90.35	Serviços de Consultoria	40.400,00		40.400,00	0,00
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	56.836,56		56.836,56	0,00
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	141.088,88		141.088,88	0,00
3.3.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	199,77		199,77	0,00
1001.1.31.101.2.8	Dispêndios com Pessoal Eletivos.	750.623,75	32.880,00	783.503,75	783.503,75
3.1.90.00	Aplicações Diretas	739.800,00	772.680,00	772.680,00	0,00
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	739.800,00		739.800,00	0,00
3.1.90.93	Indenizações e Restituições		32.880,00	32.880,00	0,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	10.823,75		10.823,75	0,00
3.3.90.14	Diárias – Civil	10.823,75		10.823,75	0,00
3.3.90.16	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil				0,00
3.3.90.93	Indenizações e Restituições				0,00
1001.1.31.101.2.9	Encargos com Obrigações Patronais.	212.946,64	4.407,81	217.354,45	217.354,45
3.1.90.00	Aplicações Diretas	202.002,70		202.002,70	0,00
3.1.90.13	Obrigações Patronais	202.002,70		202.002,70	0,00
3.1.91.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social		4.407,81	4.407,81	0,00
3.1.91.13	Obrigações Patronais		4.407,81	4.407,81	0,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	10.943,94		10.943,94	0,00
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	10.943,94		10.943,94	0,00
<b>Total da Unidade Gestora</b>		<b>1.470.181,41</b>	<b>37.287,81</b>	<b>1.507.469,22</b>	<b>1.507.469,22</b>
<b>Transferências Financeiras</b>				<b>140.000,00</b>	<b>-140.000,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>1.470.181,41</b>	<b>37.287,81</b>	<b>1.507.469,22</b>	<b>1.647.469,22</b>



**Câmara Municipal de Alagoinha**

praça Manoel Izidorio, 00 - cento - 55.260-000 - Alagoinha/ PE  
CNPJ: 24.300.618/0001-35 Fone: (87) 99102-1341

cv-alagoinha@bol.com.br

Usuário: Lenilson Luiz

Chave de autenticação: 2083-0904-913

Página

2 / 2

**Anexo 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada**

**JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR**

Presidente da Câmara

**Jairo Pereira da Luz**

Contador

CRC PE - 027230/O-0

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIR0 PEREIRA DA LUZ  
Acesse em: <https://etc:ice.pe.gov.br/epp/validaDoc:seam Codigo do documento: 8c654e03-54a7-4401-8e30-4f845d763e32>



## Demonstração da Despesa Realizada, Segundo a sua Natureza

### DESPESAS

Valores em R\$ - Período: 01/01/2021 até 31/12/2021

*Despesa realizada: Empenhada*

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
3	Despesas Correntes			1.498.753,22
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		1.212.313,25	
3.1.90	Aplicações Diretas	1.207.905,44		
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	973.022,74		
3.1.90.13	Obrigações Patronais	202.002,70		
3.1.90.93	Indenizações e Restituições	32.880,00		
3.1.91	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	4.407,81		
3.1.91.13	Obrigações Patronais	4.407,81		
3.3	Outras Despesas Correntes		286.439,97	
3.3.90	Aplicações Diretas	286.439,97		
3.3.90.14	Diárias – Civil	16.696,25		
3.3.90.30	Material de Consumo	13.458,57		
3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	6.816,00		
3.3.90.35	Serviços de Consultoria	40.400,00		
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	56.836,56		
3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	141.088,88		
3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	10.943,94		
3.3.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	199,77		
3.3.90.93	Indenizações e Restituições	0,00		
4	Despesas de Capital			8.716,00
4.4	Investimentos		8.716,00	
4.4.90	Aplicações Diretas	8.716,00		
4.4.90.51	Obras e Instalações	0,00		
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	8.716,00		
<b>Total Geral:</b>				<b>1.507.469,22</b>

### Resumo

Pessoal e Encargos Sociais	1.207.905,44
Outras Despesas Correntes	286.439,97
<b>Total das Despesas Correntes</b>	<b>1.494.345,41</b>
Investimentos	8.716,00
<b>Total das Despesas de Capital</b>	<b>8.716,00</b>
Pessoal e Encargos Sociais	4.407,81
<b>Total das Despesas Correntes Intra-Orçamentárias</b>	<b>4.407,81</b>
<b>Total das Despesas de Capital Intra-Orçamentárias</b>	
<b>Transferências Financeiras</b>	<b>140.000,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.647.469,22</b>





CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOÍNHA

RESOLUÇÃO T.C Nº 153, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2021

ANEXO XIV

**DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PODER LEGISLATIVO)**

<b>PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP</b>				
<b>Ação</b>	<b>Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Diretor de Finanças	Imediato	Concluído
<b>PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP</b>				
<b>Ação</b>	<b>1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Diretoria de Finanças	01/01/2021	Concluído
<b>Ação</b>	<b>2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Diretoria de Finanças	Imediato	Concluído
<b>Ação</b>	<b>3. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Diretoria de Finanças	01/01/2020	Concluído
<b>Ação</b>	<b>4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Diretoria de Finanças	01/01/2020	Em andamento
<b>Ação</b>	<b>5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Diretoria de Finanças	01/01/2018	Concluído
<b>Ação</b>	<b>6. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>





CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOÍNHA

RESOLUÇÃO T.C Nº 153, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2021

ANEXO XIV

	Registros contábeis conforme MCASP.	Diretoria de Finanças	01/01/2016	Concluído
<b>Ação</b>	<b>7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Diretoria de Finanças	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
<b>Ação</b>	<b>8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	Registros contábeis conforme MCASP.	Diretoria de Finanças	01/01/2021	Em andamento
<b>PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP</b>				
<b>Ação</b>	<b>Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Diretoria de Finanças	Imediato	Concluído
<b>PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP</b>				
<b>Ação</b>	<b>Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários</b>			
<b>Subação</b>	<b>Produto</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Final</b>	<b>Situação Atual</b>
	"Metodologia de levantamento das DCAPS por meio do PCASP estendido e das demais informações contábeis"	Diretoria de Finanças	Imediato	Concluída
<b>Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Legislativo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).</b>				





**CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHA**

**RESOLUÇÃO T.C Nº 153, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2021**

**ANEXO XIV**

---

**JOSÉ FLÁVIO INÁCIO DOS SANTOS JÚNIOR**  
Presidente da Câmara

---

**JAIRO PEREIRA DA LUZ**  
Contador  
CRC-PE Nº 027230/O-0





**CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHA**  
**Estado de Pernambuco**

---



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR. LUIZ GONZAGA GALINDO  
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 4ef2005f-61dd-4f29-8458-014af8decdf6

## DECLARAÇÃO

Declaro, para atender ao **item 13 do Anexo V da Resolução T. C. nº 153/2021 do TCE-PE**, que durante o exercício de 2021, o Controle Interno da Câmara Municipal de Alagoinha, não realizou nenhum procedimento para instauração de auditoria interna.

## JUSTIFICATIVA

Diante da inexistência de Auditorias Internas na Câmara Municipal de Alagoinha realizadas pelo Controle Interno, não seguirão cópias dos relatórios objeto do Item 13 do referido Anexo V da Resolução T.C. nº 153/2021.

Alagoinha, 05 de março de 2022.

JOSE FLAVIO INACIO  
DOS SANTOS  
JUNIOR:0723483442  
7

Assinado de forma digital  
por JOSE FLAVIO INACIO  
DOS SANTOS  
JUNIOR:07234834427  
Dados: 2022.03.14  
09:11:05 -03'00'

---

José Flávio Inácio dos Santos Júnior  
Presidente



**CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHA**  
**Estado de Pernambuco**



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, LUIZ GONZAGA GALINDO  
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: a57b6227-832f-457e-80cb-655f4bf4f57

---

## DECLARAÇÃO

Para cumprimento do disposto no **item 14 do Anexo V da Resolução TC Nº 153/2021 do TCE-PE**, informamos, que não foram apontadas irregularidades pelo Controle Interno durante o exercício de 2021.

## JUSTIFICATIVA

Diante da inexistência de irregularidades apontadas pelo Controle Interno no exercício 2021, deixa de seguir junto a prestação de contas a Declaração das medidas tomadas para saneamento de irregularidades encontradas pelo Controle Interno.

Alagoinha, 05 de março de 2022.

JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR:0723483442  
7

Assinado de forma digital  
por JOSE FLAVIO INACIO  
DOS SANTOS JUNIOR:07234834427  
Dados: 2022.03.10  
11:09:12 -03'00'

---

José Flávio Inácio dos Santos Júnior  
Presidente



CÂMARA DE VEREADORES DE  
**ALAGOINHA**  
Casa Manoel Izidoro Sobrinho



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DALUZ  
Acesse em: <https://stc.ce.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 918a7dc4-f9cd-4012-bb9b-538d2b1f404d4

**Portaria Nº 012/2021**

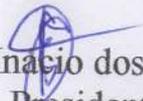
O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Alagoinha, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art. 32, Inciso XIX, do Regimento Interno,

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Designar os servidores: Antônio Mozart Pereira Galindo, Antônio Augusto de Matos Júnior, Célia Maria Falcão e Edimax da Silva Leal, para comporem a comissão de verificação dos valores existentes no Caixa da Câmara Municipal de Vereadores de Alagoinha-PE.

**Art. 2º.** A presente Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, em 31 de Dezembro de 2021.

  
José Flávio Inácio dos Santos Júnior.  
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHA  
Estado de Pernambuco



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DALUZ  
Acesse em: <https://stc.ce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 918a7dc4-f9cd-4012-bb9b-538d2bf404d4

Nesta data, em cumprimento às exigências estabelecidas no Item 15 do Anexo V da Resolução T.C. Nº 48/2018 do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, nós:

1	Antônio Mozart Pereira Galindo
2	Antônio Augusto de Matos Júnior
3	Célia Maria falcão
4	Edimax da Silva Leal

Abaixo assinados, designados pela Portaria Nº 012/2021, de 31 de Dezembro de 2021, procedemos à verificação dos valores existentes no Caixa da Câmara, tendo encontrado o seguinte:

**Em moeda corrente do país a quantia de R\$ 0,00;**

**Em cheques, a quantia de R\$ 0,00;**

**Total dos valores encontrados na Tesouraria R\$ 0,00.**

Estes valores foram encontrados por nós à vista do Tesoureiro Geral (1), Sr. Antônio Mozart Pereira Galindo que também assina o presente termo, achado certo e conforme com os registros existentes na Tesouraria no encerramento do Expediente.

Alagoinha-PE, 31 de Dezembro de 2021.

1	Antônio Mozart Pereira Galindo.
2	Antônio Augusto de Matos Júnior
3	Célia Maria falcão
4	Edimax da Silva Leal



# Câmara Municipal de Alagoinha

praça Manoel Izidorio, 00 - cento - 55.260-000 - Alagoinha/ PE  
CNPJ: 24.300.618/0001-35 Fone: (87) 99102-1341 [cv-alagoinha@bol.com.br](mailto:cv-alagoinha@bol.com.br)



Usuário: Edimax da Silva

Chave de Autenticação Digital  
1588-4560-441

Página  
1 / 1

## Conciliação Bancária

Número: **10946**  
Mês de referência: **Dezembro**

Conta contábil: 8 - 12.002-2- CAMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHA

Banco: 1 - Banco do Brasil S.A.

Agência: 2229 - 2

C/C: 12002-2

Saldo bancário em 31/12/2021: **R\$ 17.530,77 C**

Saldo na contabilidade em 31/12/2021: **R\$ 17.530,77 D**

Diferença: **R\$ 0,00**

### Lançamentos não considerados no extrato

Lote/seq.	Data	Histórico	Cat Bancária	Doc Bancário	Valor
<b>Subtotal:</b>					<b>R\$ 0,00</b>

### Lançamentos não considerados no razão

Lote/seq.	Data	Histórico	Cat Bancária	Doc Bancário	Valor
<b>Subtotal:</b>					<b>R\$ 0,00</b>

**Total Conciliado: R\$ 0,00**

**Total a Conciliar: R\$ 0,00**

Observação: CONCILIAÇÃO BANCÁRIA REFERENTE AO MÊS DE DEZEMBRO/2021.

Documento Assinado Digitalmente por JOSEILAVIAO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DALUZ  
Acesse em: <https://atendimento.brasnet.com.br/validador> Sem Código de Documento: 3beaa278-f631-4e7b-9114-12adecdac6a9



## Extrato conta corrente

G332031348407718007  
03/01/2022 13:52:46

### Cliente - Conta atual

Agência 2229-2  
Conta corrente 12002-2 CAMARA MUN VEREADORES  
Período do extrato 12 / 2021

### Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R\$	Saldo
30/11/2021		0000	00000	000 Saldo Anterior			35.955,48 C
03/12/2021		2229	17677	002 Cheque	858.325	3.876,00 D	32.079,48 C
				03/12 00:00 ALAGOINHA PE			
07/12/2021		2229	99015	470 Transferência enviada	552.229.000.010.473	206,25 D	
				07/12 2229 10473-6 ANDERSON GALIN			
07/12/2021		2229	99015	470 Transferência enviada	552.229.000.014.663	206,25 D	
				07/12 2229 14663-3 JR EDSON GOMES			
07/12/2021		0000	13105	361 Pgto conta água	120.701	50,50 D	
				COMPESA			
07/12/2021		0000	13105	362 Pagamento conta luz	120.702	427,99 D	
				CELPE			
07/12/2021		0000	13105	393 TED Transf.Eletr.Disponiv	120.703	206,25 D	
				104 0775 68268386487 CICERO ALVES DA S			
07/12/2021		0000	13105	109 Pagamento de Boleto	120.704	282,90 D	
				PUBLICA TECNOLOGIA LTDA			
07/12/2021		0000	13105	144 PIX - Enviado	120.705	3.500,00 D	
				07/12 15:39 JOSE CEZAR DA SILVA OLIVEI			
07/12/2021		0000	13113	310 Tar DOC/TED Eletrônico	863.411.200.057.571	10,45 D	
				Cobrança referente 07/12/2021			
07/12/2021		0000	13113	258 Tarifa Pix Enviado	863.411.200.368.278	10,00 D	27.178,89 C
				Tar. agrupadas - ocorrencia 07/12/2021			
10/12/2021		0000	13105	393 TED Transf.Eletr.Disponiv	121.001	668,80 D	
				104 0775 42527984851 ALAN CARLOS DA SI			
10/12/2021		0000	13105	393 TED Transf.Eletr.Disponiv	121.002	279,78 D	
				104 0775 06800430471 ELENILSON BATISTA			
10/12/2021		0000	13113	310 Tar DOC/TED Eletrônico	843.441.200.369.570	10,45 D	
				Cobrança referente 10/12/2021			
10/12/2021		0000	13113	310 Tar DOC/TED Eletrônico	843.441.200.369.571	10,45 D	26.209,41 C
				Cobrança referente 10/12/2021			
14/12/2021		2229	99015	470 Transferência enviada	552.229.000.005.127	2.760,20 D	23.449,21 C
				14/12 2229 5127-6 ALCINEIDE M M			
20/12/2021		2229	99015	870 Transferência recebida	552.229.000.012.004	138.750,00 C	
				20/12 2229 12004-9 PREF MUN ALAGO			
20/12/2021		2229	17677	002 Cheque	858.326	2.899,83 D	
				20/12 00:00 ALAGOINHA PE			
20/12/2021		2229	99015	470 Transferência enviada	550.159.000.017.685	788,00 D	
				20/12 0159 17685-0 BETA INFORMATI			
20/12/2021		2229	99015	470 Transferência enviada	552.229.000.008.138	600,00 D	
				20/12 2229 8138-8 TIAGO INOJOSA			
20/12/2021		2229	99015	470 Transferência enviada	552.229.000.008.326	5.997,47 D	
				20/12 2229 8326-7 JOSE FLAVIO I			

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
Acesse em: https://stc.ce.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 3beaa278-f631-4e7b-9114-124decdac6a9



20/12/2021	2229	99015	470 Transferência enviada	552.229.000.010.473	3.876,16 D	
			20/12 2229 10473-6 ANDERSON GALIN			
20/12/2021	2229	99015	470 Transferência enviada	552.229.000.010.543	3.302,62 D	
			20/12 2229 10543-0 THIAGO MICKAEL			
20/12/2021	2229	99015	470 Transferência enviada	552.229.000.010.928	2.260,70 D	
			20/12 2229 10928-2 ANTONIO MOZART			
20/12/2021	2229	99015	470 Transferência enviada	552.229.000.011.019	1.276,01 D	
			20/12 2229 11019-1 ANTONIO AUGUST			
20/12/2021	2229	99015	470 Transferência enviada	552.229.000.011.082	3.397,43 D	
			20/12 2229 11082-5 BRUNO CESAR DE			
20/12/2021	2229	99015	470 Transferência enviada	552.229.000.012.503	5.772,90 D	
			20/12 2229 12503-2 JURACIR A G JU			
20/12/2021	2229	99015	470 Transferência enviada	552.229.000.012.535	1.017,50 D	
			20/12 2229 12535-0 RODRIGO INOJOS			
20/12/2021	2229	99015	470 Transferência enviada	552.229.000.013.010	4.057,97 D	
			20/12 2229 13010-9 CELIA MARIA FA			
20/12/2021	2229	99015	470 Transferência enviada	552.229.000.013.142	11.164,59 D	
			20/12 2229 13142-3 CONVENIO CONSI			
20/12/2021	2229	99015	470 Transferência enviada	552.229.000.013.225	1.140,00 D	
			20/12 2229 13225-X SEBASTIAO D S			
20/12/2021	2229	99015	470 Transferência enviada	552.229.000.013.785	3.261,30 D	
			20/12 2229 13785-5 NIVALDO GALIND			
20/12/2021	2229	99015	470 Transferência enviada	552.229.000.014.656	1.312,67 D	
			20/12 2229 14656-0 EDIMAX DA SILV			
20/12/2021	2229	99015	470 Transferência enviada	552.229.000.014.663	3.249,41 D	
			20/12 2229 14663-3 JR EDSON GOMES			
20/12/2021	2229	99015	470 Transferência enviada	552.229.000.014.707	1.090,43 D	
			20/12 2229 14707-9 JESSICA K SANT			
20/12/2021	2229	99015	470 Transferência enviada	552.229.000.014.809	1.017,50 D	
			20/12 2229 14809-1 PATRICIA SILVA			
20/12/2021	2229	99015	470 Transferência enviada	552.229.000.096.184	3.129,68 D	
			20/12 2229 96184-1 DANILO GALINDO			
20/12/2021	0000	13105	393 TED Transf.Eletr.Disponiv	122.001	5.290,44 D	
			104 0775 68268386487 CICERO ALVES DA S			
20/12/2021	0000	13105	393 TED Transf.Eletr.Disponiv	122.002	1.137,59 D	
			104 2548 05345024405 ANDERSON CAVALCAN			
20/12/2021	0000	13105	393 TED Transf.Eletr.Disponiv	122.003	800,00 D	
			077 0001 11062773411 KAYAN ANTONIO ALV			
20/12/2021	0000	13105	109 Pagamento de Boleto	122.004	300,00 D	
			UNIAO DOS VEREADORES DE PERNAM			
20/12/2021	0000	13113	310 Tar DOC/TED Eletrônico	823.541.200.257.007	10,45 D	
			Cobrança referente 20/12/2021			
20/12/2021	0000	13113	310 Tar DOC/TED Eletrônico	823.541.200.257.008	10,45 D	
			Cobrança referente 20/12/2021			
20/12/2021	0000	13113	310 Tar DOC/TED Eletrônico	823.541.200.257.009	10,45 D	
			Cobrança referente 20/12/2021			
20/12/2021	1981	13079	102 Cheque Compensado	858.329	4.939,57 D	89.088,09 C
21/12/2021	2229	17677	002 Cheque	858.328	1.008,00 D	
			21/12 00:00 ALAGOINHA PE			
21/12/2021	2229	99015	470 Transferência enviada	552.229.000.010.205	758,40 D	
			21/12 2229 10205-9 MARIA GUIMARAE			
21/12/2021	2229	99015	470 Transferência enviada	552.229.000.012.157	1.100,00 D	
			21/12 2229 12157-6 ALIFY ANTUNES			



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DALUZ  
 Acesse em: <https://stc.ce.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 3beaa278-f631-4e7b-9114-124decdac6a9

21/12/2021	0000	13105	393 TED Transf.Eletr.Disponiv	122.101	1.400,00 D	
			104 2778 030975591000183 GOVERNANCA -			
21/12/2021	0000	13105	393 TED Transf.Eletr.Disponiv	122.102	1.100,00 D	
			104 2778 030975591000183 GOVERNANCA -			
21/12/2021	0000	13105	362 Pagamento conta luz	122.103	614,40 D	
			CELPE			
21/12/2021	0000	13105	375 Impostos	122.104	4.959,13 D	
			GPS - CODIGO DE BARRAS			
21/12/2021	0000	13113	310 Tar DOC/TED Eletrônico	833.551.200.487.072	10,45 D	
			Cobrança referente 21/12/2021			
21/12/2021	0000	13113	310 Tar DOC/TED Eletrônico	833.551.200.487.073	10,45 D	78.127,26 C
			Cobrança referente 21/12/2021			
22/12/2021	2229	99015	870 Transferência recebida	552.229.000.007.887	91,96 C	
			22/12 2229 7887-5 INST PREV SERV			
22/12/2021	2229	99015	870 Transferência recebida	552.229.000.007.887	91,96 C	
			22/12 2229 7887-5 INST PREV SERV			
22/12/2021	2229	99015	870 Transferência recebida	552.229.000.007.887	49,50 C	
			22/12 2229 7887-5 INST PREV SERV			
22/12/2021	2229	99015	870 Transferência recebida	552.229.000.007.887	49,50 C	
			22/12 2229 7887-5 INST PREV SERV			
22/12/2021	2229	99015	870 Transferência recebida	552.229.000.007.887	91,96 C	
			22/12 2229 7887-5 INST PREV SERV			
22/12/2021	2229	99015	870 Transferência recebida	552.229.000.007.887	91,96 C	
			22/12 2229 7887-5 INST PREV SERV			
22/12/2021	2229	99015	470 Transferência enviada	552.229.000.007.887	332,53 D	
			22/12 2229 7887-5 INST PREV SERV			
22/12/2021	2229	99015	470 Transferência enviada	552.229.000.007.887	154,00 D	78.199,53 C
			22/12 2229 7887-5 INST PREV SERV			
24/12/2021	1981	13079	102 Cheque Compensado	858.327	133,00 D	78.066,53 C
27/12/2021	2229	99015	470 Transferência enviada	550.159.000.009.700	2.167,00 D	
			27/12 0159 CESPAM C 00024300618000135			
27/12/2021	2229	99015	470 Transferência enviada	552.125.000.014.500	120,00 D	
			27/12 2125 14500-9 JETHULIO R ARC			
27/12/2021	2229	99015	470 Transferência enviada	552.229.000.005.286	15.790,00 D	
			27/12 2229 5286-8 ANAXINANDO D R			
27/12/2021	0000	13105	109 Pagamento de Boleto	122.701	282,90 D	
			PUBLICA TECNOLOGIA LTDA			
27/12/2021	0000	13105	393 TED Transf.Eletr.Disponiv	122.702	1.398,90 D	
			104 0775 06800430471 ELENILSON BATISTA			
27/12/2021	0000	13113	310 Tar DOC/TED Eletrônico	863.611.100.113.432	10,45 D	58.297,28 C
			Cobrança referente 27/12/2021			
28/12/2021	2229	99015	470 Transferência enviada	552.229.000.005.127	195,80 D	
			28/12 2229 5127-6 ALCINEIDE M M			
28/12/2021	2229	99015	470 Transferência enviada	552.229.000.005.127	147,78 D	
			28/12 2229 5127-6 ALCINEIDE M M			
28/12/2021	2229	99015	470 Transferência enviada	552.229.000.008.041	262,60 D	
			28/12 2229 8041-1 J F JATOBA CAM			
28/12/2021	2229	99015	470 Transferência enviada	552.229.000.008.041	444,68 D	
			28/12 2229 8041-1 J F JATOBA CAM			
28/12/2021	2229	99015	470 Transferência enviada	552.229.000.008.041	297,15 D	
			28/12 2229 8041-1 J F JATOBA CAM			



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DALUZ  
 Acesse em: https://stc.ce.gov.br/epv/validaDoc.seam?codigo\_documento:3beaa278-f631-4e7b-9114-124decda6a9

28/12/2021	2229	99015	470 Transferência enviada	552.229.000.012.602	1.600,00 D	
			28/12 2229 12602-0 JOSE ALMIR MEN			
28/12/2021	0000	13105	361 Pgto conta água	122.801	50,50 D	55.298,77 C
			COMPESA			
29/12/2021	2229	99015	470 Transferência enviada	552.229.000.010.299	45,00 D	
			29/12 2229 10299-7 PREFEITURA MUN			
29/12/2021	2229	99015	470 Transferência enviada	552.229.000.010.299	8.476,52 D	
			29/12 2229 10299-7 PREFEITURA MUN			
29/12/2021	2229	99015	470 Transferência enviada	552.229.000.010.299	102,20 D	46.675,05 C
			29/12 2229 10299-7 PREFEITURA MUN			
30/12/2021	2229	99015	470 Transferência enviada	550.159.000.009.700	2.167,00 D	
			30/12 0159 CESPAM C 00024300618000135			
30/12/2021	2229	99015	470 Transferência enviada	552.229.000.010.299	33,00 D	
			30/12 2229 10299-7 PREFEITURA MUN			
30/12/2021	0000	13105	375 Impostos	123.001	7.599,65 D	
			GPS - CODIGO DE BARRAS			
30/12/2021	0000	13105	375 Impostos	123.002	16.490,71 D	
			GPS - CODIGO DE BARRAS			
30/12/2021	0000	13105	196 INSS Arrecadação	123.003	1.012,68 D	
			GPS- Ident.: 24300618000135 - 11/2021			
30/12/2021	0000	13105	196 INSS Arrecadação	123.004	1.841,23 D	17.530,78 C
			GPS- Ident.: 24300618000135 - 11/2021			
31/12/2021	0000	00000	999 S A L D O			17.530,78 C

-----  
 OBSERVAÇÕES:  
 -----

Transação efetuada com sucesso por: J6493848 ANTONIO MOZART PEREIRA GALINDO.



**CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHA**  
**Estado de Pernambuco**

---

**RELAÇÃO DE TODAS AS CONTAS BANCÁRIAS EXISTENTES**

Alagoinha, 30 de dezembro de 2021.

Entidade:	Número da Conta	Finalidade	Saldo
Câmara de Vereadores	12.002-2	Recebimento do Duodécimo e custear despesas com a parte administrativa e de pessoal.	17.530,73

\_\_\_\_\_  
José Flavio Inácio dos Santos Júnior  
Presidente



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
Acesse em: <https://ctce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 078be806-c135-41d1-b5c2-3d4d06e68b948

## MAPA DEMONSTRATIVO DE LICITAÇÕES - EXERCÍCIO 2021

Declaro para os devidos fins que as informações presentes neste documento refletem a situação atual desta Unidade Gestora, referente aos Processos Licitatórios. Ademais, estou ciente que a omissão de informações poderá implicar a aplicação de pena de multa pelo TCE/PE, conforme previsto no Art. 73 da Lei Estadual nº 12.600/2004 e alterações posteriores, além das sanções previstas nas Resoluções do SAGRES. O não fornecimento do Mapa Demonstrativo de Licitações, implica, subsidiariamente, na incompletude da Prestação de Contas Anual dos jurisdicionados.

### Câmara Municipal de Alagoinha

Nº Proc. / Ano	Mod. Nº / Ano	Portaria	Critério Julgamento	Objeto	Objeto Conforme Edital	SRP	Estágio/ Situação	Licitantes Vencedores	Valor Gl. Licit.(R\$)
1/2021	Convite - 1/2021	3/2021	Menor Preço	Serviços Técnicos Especializados - Advocacia	Contratação dos serviços de Assessoria Jurídica especializada para orientar os servidores vinculados a Câmara Municipal de Alagoinha - PE.	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	Danilo Galindo Paes de Lira	43.200,00



## MAPA DE CONTRATOS - EXERCÍCIO 2021

Declaro para os devidos fins que as informações presentes neste documento refletem a situação atual desta Unidade Gestora, referente aos Contratos.

Ademais, estou ciente que a omissão de informações poderá implicar a aplicação de pena de multa pelo TCE/PE, conforme previsto no Art. 73 da Lei Estadual nº 12.600/2004 e alterações posteriores, além das sanções previstas nas Resoluções do SAGRES. O não fornecimento do Mapa Demonstrativo de Contratos, implica, subsidiariamente, na incompletude da Prestação de Contas Anual dos jurisdicionados.

### Câmara Municipal de Alagoinha

Contrato	Tipo Proc.	Processo	Portaria da Comissão	CPF/CNPJ	Nome/Razão Social	Vigência	Objeto	Valor(R\$)	Estágio/Situação
1/2021	LIC	1/2021	3/2021	023.809.414-67	Danilo Galindo Paes de Lira	05/05/2021 a 04/05/2022	2.057/Serviços Técnicos Especializados - Advocacia	R\$ 43.200,00	Em Execução/Regular
2/2017	LIC	2/2017	3/2017	69.908.994/0001-45	CESPAM - CENTRO DE ESTUDOS, PESQUISA E ASSESSORIA EM ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL LTDA	17/05/2017 a 16/05/2022	2.059/Serviços Técnicos Especializados - Contabilidade/auditoria	R\$ 30.800,00	Em Execução/Regular





**CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHA**  
**Estado de Pernambuco**



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR  
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 8c5a5a69-ea89-40af-8e5e-62a3b25656bb

---

## DECLARAÇÃO

Declaro, para atender ao **item nº 20, do Anexo V da Resolução T. C. nº 153/2021 TCE-PE**, que durante o exercício de 2021, não foi realizada nenhuma tomada de contas especial na Câmara.

## JUSTIFICATIVA

Diante da inexistência de tomadas de contas especiais, não seguirá o demonstrativo de tomadas de contas especial objeto do item 20 do referido Anexo V da Resolução T. C. nº 153/2021 do TCE-PE.

Alagoinha, 05 de março de 2022.

JOSE FLAVIO INACIO  
DOS SANTOS  
JUNIOR:0723483442  
7

Assinado de forma digital  
por JOSE FLAVIO INACIO  
DOS SANTOS  
JUNIOR:07234834427  
Dados: 2022.03.14 09:13:10  
-03'00'

---

José Flávio Inácio dos Santos Júnior  
Presidente



**CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHA**  
**Estado de Pernambuco**

---



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR  
Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 862511-ab-c6ec-4e12-a2e4-1ca76b0083ed

## DECLARAÇÃO

Declaro, para atender ao **item 21 do Anexo V da Resolução T. C. nº 153/2021 do TCE-PE**, que durante o exercício de 2021 a Câmara Municipal de Alagoinha não firmou contratos de concessão e/ou parcerias público privadas.

## JUSTIFICATIVA

Diante da inexistência de contratos de concessão e/ou de parcerias público privadas declaradas acima, deixa de seguir junto à documentação da prestação de contas o relatório consolidado de desempenho, em virtude de inexistirem.

Alagoinha, 05 de março de 2022.

JOSE FLAVIO  
INACIO DOS  
SANTOS  
JUNIOR:0723483  
4427

Assinado de forma  
digital por JOSE FLAVIO  
INACIO DOS SANTOS  
JUNIOR:07234834427  
Dados: 2022.03.14  
09:13:37 -03'00'

---

José Flávio Inácio dos Santos Júnior  
Presidente



ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE CONTAS

RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

ANEXO XI

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ALAGOINHA - 2021

DEMONSTRATIVO DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES  
PREVIDENCIÁRIAS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS)

Alíquotas de Contribuição, previstas na lei municipal nº 057/2004 e 684 DE 06/10/2010 e decreto 014 de 01/03/2021

Servidores Ativos: 14%

Inativos e Pensionistas: 141%

Poder, Órgão ou Entidade (contribuição "normal"): 15,36%

Poder, Órgão ou Entidade (contribuição adicional/compromisso especial):14,87%

Data de repasse das contribuições à Unidade Gestora do RPPS (previsão legal): 10º dia útil do mês subsequente.

ÓRGÃO: CÂMARA

ANEXO XI-A

CONTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E DOS PENSIONISTAS (RPPS)

Em R\$

BASE DE CÁLCULO		RETIDA (2)	CONTABILIZADA	RECOLHIDA (4)		DATA DO VENCIMENTO (5)	DATA DO REPASSE (6)
COMPETÊNCIA	VALOR (1)			PRINCIPAL	ENCARGOS		
Janeiro	1.100,00	121,00	121,00	121,00	-	20/02/2021	18/06/2021
Fevereiro	1.100,00	154,00	154,00	154,00	-	20/03/2021	18/06/2021
Março	1.100,00	154,00	154,00	154,00	-	20/04/2021	18/06/2021
Abril	1.100,00	154,00	154,00	154,00	-	20/05/2021	18/06/2021
Maiο	1.100,00	154,00	154,00	154,00	-	20/06/2021	18/06/2021
Junho	1.100,00	154,00	154,00	154,00	-	20/07/2021	18/06/2021
Julho	1.100,00	154,00	154,00	154,00	-	20/08/2021	20/07/2021
Agosto	1.100,00	154,00	154,00	154,00	-	20/09/2021	20/08/2021
Setembro	1.100,00	154,00	154,00	154,00	-	20/10/2021	20/09/2021
Outubro	1.100,00	154,00	154,00	154,00	-	20/11/2021	20/10/2021
Novembro	1.100,00	154,00	154,00	154,00	-	20/12/2021	19/11/2021
Dezembro	1.100,00	154,00	154,00	154,00	-	20/01/2021	30/12/2021
13º Salário	1.100,00	154,00	154,00	154,00	-	20/12/2021	11/11/2021
<b>TOTAL</b>	<b>14.300,00</b>	<b>1.969,00</b>	<b>1.969,00</b>	<b>1.969,00</b>			





ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE CONTAS  
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ALAGOINHA - 2021  
ANEXO XI-B  
CONTRIBUIÇÃO NORMAL DO ÓRGÃO/ENTIDADE (RPPS)

Em R\$

BASE DE CÁLCULO		CONTRIBUIÇÃO NORMAL						
COMPETÊNCIA	VALOR (1)	DEVIDA	CONTABILIZADA	BENEFÍCIOS PAGOS DIRETAMENTE (3)	RECOLHIDA (4)		DATA DO VENCIMENTO (5)	DATA DO REPASSE (6)
					PRINCIPAL	ENCARGOS		
Janeiro	1.100,00	168,96	168,96	-	168,96	-	14/02/2021	18/02/2021
Fevereiro	1.100,00	168,96	168,96	-	168,96	-	16/03/2021	19/03/2021
Março	1.100,00	168,96	168,96	-	168,96	-	15/04/2021	20/04/2021
Abril	1.100,00	168,96	168,96	-	168,96	-	15/05/2021	20/05/2021
Maiο	1.100,00	168,96	168,96	-	168,96	-	15/06/2021	18/06/2021
Junho	1.100,00	168,96	168,96	-	168,96	-	15/07/2021	20/07/2021
Julho	1.100,00	168,96	168,96	-	168,96	-	14/08/2021	20/08/2021
Agosto	1.100,00	168,96	168,96	-	168,96	-	14/09/2021	20/09/2021
Setembro	1.100,00	168,96	168,96	-	168,96	-	15/10/2021	20/10/2021
Outubro	1.100,00	168,96	168,96	-	168,96	-	16/11/2021	19/11/2021
Novembro	1.100,00	168,96	168,96	-	168,96	-	15/12/2021	30/12/2021
Dezembro	1.100,00	168,96	168,96	-	168,96	-	15/01/2022	25/01/2022
13º Salário	1.100,00	168,96	168,96	-	168,96	-	15/12/2021	30/12/2021
<b>TOTAL</b>	<b>14.300,00</b>	<b>2.196,48</b>	<b>2.196,48</b>	<b>-</b>	<b>2.196,48</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>





ESTADO DE PERNAMBUCO

TRIBUNAL DE CONTAS

RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

ANEXO XI-C

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ALAGOINHA - 2021

CONTRIBUIÇÃO DO ÓRGÃO/ENTIDADE – COMPROMISSO ESPECIAL (RPPS) DECORRENTE DE ALÍQUOTA SUPLEMENTAR

Em R\$

BASE DE CÁLCULO		CONTRIBUIÇÃO ADICIONAL/ESPECIAL DECORRENTE DE ALÍQUOTA SUPLEMENTAR (7)						
COMPETÊNCIA	VALOR (1)	DEVIDA	CONTABILIZADA	BENEFÍCIOS PAGOS DIRETAMENTE (3)	RECOLHIDA (4)		DATA DO VENCIMENTO (5)	DATA DO REPASSE (6)
					PRINCIPAL	ENCARGOS		
Janeiro	1.100,00	163,57	163,57	-	163,57	-	14/02/2021	18/02/2021
Fevereiro	1.100,00	163,57	163,57	-	163,57	-	16/03/2021	19/03/2021
Março	1.100,00	163,57	163,57	-	163,57	-	15/04/2021	20/04/2021
Abril	1.100,00	163,57	163,57	-	163,57	-	15/05/2021	20/05/2021
Mai	1.100,00	163,57	163,57	-	163,57	-	15/06/2021	18/06/2021
Junho	1.100,00	163,57	163,57	-	163,57	-	15/07/2021	20/07/2021
Julho	1.100,00	163,57	163,57	-	163,57	-	14/08/2021	20/08/2021
Agosto	1.100,00	163,57	163,57	-	163,57	-	14/09/2021	20/09/2021
Setembro	1.100,00	163,57	163,57	-	163,57	-	15/10/2021	20/10/2021
Outubro	1.100,00	163,57	163,57	-	163,57	-	16/11/2021	19/11/2021
Novembro	1.100,00	163,57	163,57	-	163,57	-	15/12/2021	30/12/2021
Dezembro	1.100,00	163,57	163,57	-	163,57	-	15/01/2022	25/01/2022
13º Salário	1.100,00	163,57	163,57	-	163,57	-	15/12/2021	30/12/2021
<b>TOTAL</b>	<b>14.300,00</b>	<b>2.126,41</b>	<b>2.126,41</b>	-	<b>2.126,41</b>	-		





CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ALAGOÍNHA - 2021

Estado de Pernambuco

RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.

ANEXO XIII-A

DEMONSTRATIVO DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS AO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL- RGPS

Exercício de 2021

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS (RGPS)

BASE DE CÁLCULO		RETIDA <sup>2</sup>	CONTABILIZADA	RECOLHIDA <sup>4</sup>		DATA DO VENCIMENTO	DATA DO REPASSE
COMPETÊNCIA	VALOR <sup>1</sup>			PRINCIPAL	ENCARGOS		
Janeiro	74.801,13	7.204,58	7.204,58	7.204,58	-	20/02/2021	03/02/2021
Fevereiro	77.671,38	7.628,02	7.628,02	7.628,02	-	20/03/2021	24/02/2021
Março	77.671,38	7.522,25	7.522,25	7.522,25	-	20/04/2021	31/03/2021
Abril	78.771,38	7.620,03	7.620,03	7.620,03	-	20/05/2021	29,30/04/2021
Maiο	78.771,38	7.580,51	7.580,51	7.580,51	-	20/06/2021	28/05/2021
Junho	78.771,38	7.652,05	7.652,05	7.652,05	-	20/07/2021	30/06/2021
Julho	78.771,38	7.703,02	7.703,02	7.703,02	-	20/08/2021	26/07/2021
Agosto	81.384,77	7.710,52	7.710,52	7.710,52	-	20/09/2021	26/08/2021
Setembro	78.771,38	7.710,52	7.710,52	7.710,52	-	20/10/2021	23/09/2021
Outubro	78.771,38	7.710,52	7.710,52	7.710,52	-	20/11/2021	27/10/2021
Novembro	78.771,38	7.710,52	7.710,52	7.710,52	-	20/12/2021	30/11/2021
Dezembro	78.771,38	7.599,65	7.599,65	7.599,65	-	20/01/2022	30/12/2021
13º Salário	16.656,37	1.461,30	1.461,30	1.461,30	-	20/12/2021	30/11/2021
<b>Total</b>	<b>958.356,07</b>	<b>92.813,49</b>	<b>92.813,49</b>	<b>92.813,49</b>			

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
Acesse em: [https://stece.tec.pe.gov.br/epd/validaDoc.seam?Codigo\\_documento:a39ec11f-5fca-4012-87e9-77346e80485d](https://stece.tec.pe.gov.br/epd/validaDoc.seam?Codigo_documento:a39ec11f-5fca-4012-87e9-77346e80485d)



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ALAGOINHA  
Estado de Pernambuco  
RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.  
ANEXO XIII - B

DEMONSTRATIVO DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS AO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL- RGPS  
EXERCÍCIO DE 2021  
CONTRIBUIÇÃO DO ÓRGÃO/ENTIDADE (RGPS)

BASE DE CÁLCULO		DEVIDA <sup>2</sup>	CONTABILIZADA	BENEFÍCIOS PAGOS DIRETAMENTE <sup>3</sup>	RECOLHIDA <sup>4</sup>		DATA DO VENCIMENTO	DATA DO REPASSE
COMPETÊNCIA	VALOR <sup>1</sup>				PRINCIPAL	ENCARGOS		
Janeiro	74.801,13	15.708,23	16.456,24	46,14	16.410,10	-	20/02/2021	03/02/2021
Fevereiro	77.671,38	16.310,98	16.311,02	51,27	16.259,75	-	20/03/2021	26/02/2021
Março	77.671,38	16.310,98	16.310,98	51,27	16.259,71	-	20/04/2021	31/03/2021
Abril	78.771,38	16.541,98	16.541,98	51,27	16.490,71	-	20/05/2021	29/04/2021
Mai	78.771,38	16.541,98	16.541,98	51,27	16.490,71	-	20/06/2021	28/05/2021
Junho	78.771,38	16.541,98	16.541,98	51,27	16.490,71	-	20/07/2021	30/06/2021
Julho	78.771,38	16.541,98	16.541,98	51,27	16.490,71	-	20/08/2021	26/07/2021
Agosto	81.384,77	17.090,79	17.090,79	51,27	17.039,52	-	20/09/2021	26/08/2021
Setembro	78.771,38	16.541,98	16.541,98	51,27	16.490,71	-	20/10/2021	23/09/2021
Outubro	78.771,38	16.541,98	16.541,98	51,27	16.490,71	-	20/11/2021	27/10/2021
Novembro	78.771,38	16.541,98	16.541,98	51,27	16.490,71	-	20/12/2021	30/11/2021
Dezembro	78.771,38	16.541,98	16.541,98	51,27	16.490,71	-	20/01/2022	30/12/2021
13º Salário	16.656,37	3.497,83	3.497,83	-	3.497,83	-	20/12/2021	30/11/2021
<b>Total</b>	<b>958.356,07</b>	<b>201.254,65</b>	<b>202.002,70</b>	<b>610,11</b>	<b>201.392,59</b>	<b>-</b>		

---

**UNIDADE:**CÂMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHA-PE

MODALIDADE / Nº LICITAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DA OBRA, SERVIÇO OU AQUISIÇÃO	CONVÊNIO		
		Nº	CONCEDENTE	REPASSE (R\$)
DP				
DP				



**CÂN**

---

**MAPA DEMONSTRATIVO DE O**

	<b>CONTRATADO</b>	
<b>CONTRAPARTIDA (R\$)</b>	<b>CNPJ/CPF</b>	<b>RAZÃO SOCIAL</b>
		<b>NADA CONSTA</b>

---





# MUNICÍPIO DE ALAGOINHA

ESTADO DE PERNAMBUCO

---

## OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA REALIZADAS NO EXERCÍCIO 2021

EXERCÍCIO: 2021

PERÍODO REFERENCIAL: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

CONTRATO					
Nº	DATA INÍCIO	PRAZO	VALOR CONTRATADO (R\$)	DATA CONCLUSÃO / PARALISAÇÃO	PRAZO ADITADO

---



---

ADITIVO		EXECUÇÃO			
VALOR ADITADO ACUMULADO (R\$)	REAJUSTE (R\$)	NATUREZA DA DESPESA	VALOR MEDIDO ACUMULADO	VALOR PAGO ACUMULADO NO PERÍODO (R\$)	VALOR PAGO ACUMULADO NO EXERCÍCIO (R\$)
		TOTAL			



---

VALOR PAGO ACUMULADO NAS OBRAS OU SERVIÇOS(R\$)	SITUAÇÃO



<b>DESPESA DO PODER LEGISLATIVO</b>	
<b>GASTOS COM FOLHA DE PAGAMENTO</b>	
<b>Artigo 29-A, §1º, da Constituição Federal</b>	
<b>Câmara Municipal De Alaginha</b>	
<b>1. Gasto com Folha de Pagamento - GFP</b>	<b>1.038.782,74</b>
1.1. Contratação por Tempo Determinado (3.1.90.04.00)	-
1.2. Salário Família	-
1.3. Vencimentos e Vantagens Fixas -	<b>1.005.902,74</b>
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil (3.1.90.11.00)	973.022,74
Verba de Representação do Presidente (3.1.90.93.00)	32.880,00
1.4. Vencimentos e Vantagens Variáveis (3.1.90.16.00)	-
1.5. Sentenças Judiciais (3.1.90.91.00)	
1.6. Ressarcimento de Pessoal Requisitado (3.1.90.96.00)	
1.7. Indenizações e Restituições Trabalhistas (3.1.90.94)	-
1.8. Verba Indenizatória do Presidente (3.3.90.93.00)	
<b>2. Deduções</b>	<b>-</b>
Indenizações e Restituições Trabalhistas	-
Inativos e Pensionistas	-
<b>3. Gasto Líquido com a Folha de Pagamento = (1-2)</b>	<b>1.038.782,74</b>
<b>4. Receita a considerar para GFP (menor dos seguintes Valores: 4.1 ou 4.2)</b>	<b>1.665.000,00</b>
4.1 Duodécimo calculado sobre a Receita arrecadada pelo Município em 2021 (art. 29-A, caput)	1.668.422,07
4.2 Orçamento aprovado para a Câmara - LOA nº 879/2020	1.665.000,00
<b>Percentual de GFP Líquido sobre a receita (03/04) x 100</b>	<b>62,39%</b>
<b>Limita do Artigo 29-A, § 1º, da Constituição Federal</b>	<b>70,00%</b>



**RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal**

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS														
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>			
<b>Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	93.077,37	95.802,40	95.802,36	97.133,36	97.133,36	124.800,50	100.495,85	103.460,05	100.297,85	99.577,85	111.359,74	93.372,56	1.212.313,25	0,00	
Pessoal Ativo	93.077,37	95.802,40	95.802,36	97.133,36	97.133,36	124.800,50	100.495,85	103.460,05	100.297,85	99.577,85	111.359,74	93.372,56	1.212.313,25	0,00	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	75.901,13	78.771,38	78.771,38	79.871,38	79.871,38	105.189,58	82.611,38	85.224,77	82.611,38	82.611,38	91.489,55	82.978,05	1.005.902,74	0,00	
Obrigações Patronais	17.176,24	17.031,02	17.030,98	17.261,98	17.261,98	19.610,92	17.884,47	18.235,28	17.686,47	16.966,47	19.870,19	10.394,51	206.410,51	0,00	
Benefícios Previdenciários															
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Benefícios Previdenciários															
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 16 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	93.077,37	95.802,40	95.802,36	97.133,36	97.133,36	124.800,50	100.495,85	103.460,05	100.297,85	99.577,85	111.359,74	93.372,56	1.212.313,25	0,00	





**RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal**

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
<b>DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal</b>	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	45.966.302,05	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	1.050.000,00	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas de Bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	44.916.302,05	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	1.212.313,25	
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.694.978,12	
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.560.229,21	
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	2.425.480,31	

**RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal**

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2021
<b>Notas Explicativas</b>	-
Notas Explicativas	Declaramos, que o Relatório de Gestão Fiscal, relativo ao 3º Quadrimestre de 2021, Poder legislativo de ALAGOINHA, foi publicado dentro do prazo legal em 28 de janeiro de 2022. E republicado em 24 de março de 2022, no quadro de avisos da Câmara Municipal; Portal da Transparência e no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI, atendendo ainda o que preceitua os artigos 52 e 54 da Lei Complementar nº. 101/2000 e com o art. 97, inciso I, alínea "b" da Constituição do Estado de Pernambuco.

**RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal**

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal								
	Exercício em que Excedeu o Limite			Exercício do Primeiro Período Seguente			Exercício do Segundo Período Seguente		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguente			Segundo Período Seguente		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais									





## RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2021
<b>Notas Explicativas</b>	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

**RGF-Anexo 05 | Tabela 5.1 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar**

Disponibilidade de Caixa	Disponibilidade de Caixa								
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (g)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (h) = (f - g)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)	De Exercícios Anteriores (b)				
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	17.530,78	0,00	0,00	0,00	0,00	17.530,78	0,00	0,00	17.530,78
Recursos Ordinários	17.530,78	0,00	0,00	0,00	0,00	17.530,78	0,00	0,00	17.530,78
Outros Recursos Não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados a Precatórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados a Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	17.530,78	0,00	0,00	0,00	0,00	17.530,78	0,00	0,00	17.530,78





**RGF-Anexo 05 | Tabela 5.1 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar**

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2021
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	Declaramos, que o Relatório de Gestão Fiscal, relativo ao 3º Quadrimestre de 2021, do Poder legislativo de ALAGOINHA, foi publicado dentro do prazo legal em 28 de janeiro de 2022, E republicado em 24 de março de 2022, no quadro de avisos da Câmara Municipal; Portal da Transparência e no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI, atendendo ainda o que preceitua os artigos 54 da Lei Complementar nº. 101/2000 e com o art. 97, inciso I, alínea "b" da Constituição do Estado de Pernambuco.

**RGF-Anexo 06 | Tabela 6.6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal**

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Quadrimestre
	Valor Até o Quadrimestre
Receita Corrente Líquida	-
Receita Corrente Líquida	45.966.308,05
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	44.916.308,05

**RGF-Anexo 06 | Tabela 6.6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal**

Despesa com Pessoal	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.212.313,25	-
Limite Máximo (incisos I, II e III art. 20 da LRF) - <%>	2.694.978,12	-
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	2.560.229,21	-
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	2.425.480,31	-

**RGF-Anexo 06 | Tabela 6.6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal**

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Valor Total	0,00	17.536,98

**RGF-Anexo 06 | Tabela 6.6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal**

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2021
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	Declaramos, que o Relatório de Gestão Fiscal, relativo ao 3º Quadrimestre de 2021, do Poder legislativo de ALAGOINHA, foi publicado dentro do prazo legal em 28 de janeiro de 2022, E republicado em 24 de março de 2022, no quadro de avisos da Câmara Municipal; Portal da Transparência e no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI, atendendo ainda o que preceitua os artigos 52 e 54 da Lei Complementar nº. 101/2000 e com o art. 97, inciso I, alínea "b" da Constituição do Estado de Pernambuco.

# Lista de Assinaturas



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DALUZ  
Acesse em: <https://stc.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 64e43f63-b676-44cc-9177f5d768f3acae3

Assinatura: 1

Digitally signed by JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR:07234834427  
Date: 2022.03.24 15:48:10 BRT  
Perfil: Titular do Poder Legislativo  
Instituição: Câmara de Vereadores de Alagoinha - PE

Assinatura: 2

Assinatura: 3

Assinatura: 4

Assinatura: 5

Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.



**Tribunal de Contas**  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
Instrumento de Cidadania

**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO - DEPARTAMENTO DE CONTROLE MUNICIPAL**  
**APLICATIVO DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS ESTRUTURADAS 2021 (item 27 da Resolução TC 153/2021)**

No campo abaixo, selecione o município aos quais se referem as informações que serão prestadas neste arquivo. Preencha os formulários na ordem que cada formulário, clique na caixa de seleção lá disponível para informar sua conclusão. As informações apresentadas devem expressar com fidelidade existentes no banco de dados e na prestação de contas da Câmara Municipal.

**CÂMARA MUNICIPAL:**

ALAGOINHA

**FORMULÁRIO:**

- 01** Informações Iniciais
- 02** Gasto com Folha de Pagamento
- 03** Subsídio Fixado - Agentes Políticos
- 04** Subsídio Pago - Agentes Políticos
- 05** Verba de Representação do Presidente da Câmara - Valor Fixado
- 06** Verba de Representação do Presidente da Câmara - Valor Total Pago
- 07** Demonstrativo da Despesa Total com Pessoal
- 08** Ordenadores de Despesas



Formulário concluído

## 01 INFORMAÇÕES INICIAIS

Responsável pelo preenchimento das informações deste Aplicativo de Informações

Nome: **Câmara Municipal de Alagoinha**

E-mail: [cv-alagoinha@bol.com.br](mailto:cv-alagoinha@bol.com.br)

Telefone: **8199282794** *Com DDD e sem espaços. Exemplo: 8131817900*

.....



**DESCRIÇÃO**

Contratação por Tem  
Salário - Família  
Vencimentos e Vanta  
Verba de Representa  
Vencimentos e Vanta

Formulário concluído. Os valores apresentados conferem com o equivalente apresentado nos demonstrativos da prestação de contas.

## 02 GASTO COM FOLHA DE PAGAMENTO

---

---

tipo Determinado

Despesas Fixas - Pessoal Civil (não incluir a verba de representação do Presidente da Câmara)

Despesas do Presidente da Câmara

Despesas Variáveis

.....



**VALOR**

0.00  
0.00  
973,022.74  
32,880.00  
0.00

Formulário concluído.

**03 SUBSÍDIO FIXADO - AGENTES POI**

HIERARQUIA	MÊS	CARGO	TIPO DA NORMA
01	JANEIRO	VEREADOR	RESOLUÇÃO N.
02	FEVEREIRO	VEREADOR	RESOLUÇÃO N.
03	MARÇO	VEREADOR	RESOLUÇÃO N.
04	ABRIL	VEREADOR	RESOLUÇÃO N.
05	MAIO	VEREADOR	RESOLUÇÃO N.
06	JUNHO	VEREADOR	RESOLUÇÃO N.
07	JULHO	VEREADOR	RESOLUÇÃO N.
08	AGOSTO	VEREADOR	RESOLUÇÃO N.
09	SETEMBRO	VEREADOR	RESOLUÇÃO N.
10	OUTUBRO	VEREADOR	RESOLUÇÃO N.
11	NOVEMBRO	VEREADOR	RESOLUÇÃO N.
12	DEZEMBRO	VEREADOR	RESOLUÇÃO N.
13	13.º SALÁRIO	VEREADOR	



**04 SUBSÍ**

HIERARQUIA	MÊS
------------	-----

01	JANEIRO
02	FEVEREIRO
03	MARÇO
04	ABRIL
05	MAIO
06	JUNHO
07	JULHO
08	AGOSTO
09	SETEMBRO
10	OUTUBRO
11	NOVEMBRO
12	DEZEMBRO
13	13.º SALÁRIO



**05 VERBA DE REPRESENTAÇÃO**

HIERARQUIA	MÊS	CARGO
01	JANEIRO	PRESIDENTE DA CÂMARA
02	FEVEREIRO	PRESIDENTE DA CÂMARA
03	MARÇO	PRESIDENTE DA CÂMARA
04	ABRIL	PRESIDENTE DA CÂMARA
05	MAIO	PRESIDENTE DA CÂMARA
06	JUNHO	PRESIDENTE DA CÂMARA
07	JULHO	PRESIDENTE DA CÂMARA
08	AGOSTO	PRESIDENTE DA CÂMARA
09	SETEMBRO	PRESIDENTE DA CÂMARA
10	OUTUBRO	PRESIDENTE DA CÂMARA
11	NOVEMBRO	PRESIDENTE DA CÂMARA
12	DEZEMBRO	PRESIDENTE DA CÂMARA
13	13.º SALÁRIO	PRESIDENTE DA CÂMARA



-----

**06 VERBA DE REPRESENTAÇÃO**

HIERARQUIA	MÊS
------------	-----

01	JANEIRO
02	FEVEREIRO
03	MARÇO
04	ABRIL
05	MAIO
06	JUNHO
07	JULHO
08	AGOSTO
09	SETEMBRO
10	OUTUBRO
11	NOVEMBRO
12	DEZEMBRO
13	13.º SALÁRIO
	TOTAL

Formulário concluído.**DO DO PRESIDENTE DA CÂMARA - VALOR TOTAL PAGO**

<b>CARGO</b>	<b>VALOR PAGO</b>
PRESIDENTE DA CÂMARA	2,740.00
PRESIDENTE DA CÂMARA	0.00
	<b>32,880.00</b>

**DESPESA BRUTA COM PESSOAL**

**ATIVO**

- Contratação por Tempo Determinado
- Vencimento e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
- Obrigações Patronais contabilizadas para o RGPS e RPPS - Fundo ou Instituto
- Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil
- Indenizações Trabalhistas
- Sentenças Judiciais
- Despesas de Exercícios Anteriores
- Despesa com Pessoal Não Executada Orçamentariamente
- Outras (especificar a **descrição e o valor**)
  - Gasto com Verba Indenizatória


- (-) Despesas indenizatórias consideradas em Pessoal Ativo
  - Abono de Permanência
  - Adicional de Férias
  - Licença Prêmio paga em pecúnia
  - Outras despesas indenizatórias consideradas em Pessoal Ativo

**INATIVO E PENSIONISTA**

- Aposentadoria e Reforma
- Pensões
- Outros Benefícios Previdenciários
- Salário-Família
- Sentenças Judiciais
- Despesas de Exercícios Anteriores
- Despesa com Pessoal Não Executada Orçamentariamente
- Outras (especificar a **descrição e o valor**)


**OUTRAS DESPESAS (§ 1º do art. 19 da LRF)**

**DEDUÇÕES (Artigo 19, § 1º, da LRF)**

- Indenização por demissão e incentivo à demissão voluntária (artigo 19, § 1o, incisos I e II, da LRF)
- Decorrentes de decisão judicial
- Despesas de exercícios anteriores
- Inativos e pensionistas com recursos vinculados (artigo 19, inciso VI, da LRF)
  - Total da despesa com Inativos e Pensionistas
- (-) Transferências de recursos para cobertura de deficit financeiro ou insuficiência financeira
- Outras (especificar a **descrição e o valor**)


1,212,313.25

1,212,313.25

0.00

973,022.74

206,410.51


32,880.00

32,880.00


0.00


**0.00**


0.00


**0.00**


0.00


0.00


JOSÉ FLÁVIO INÁCIO DOS SANTOS JÚNIOR	PRESIDENTE	ATA DE POSSE	072.348.344-27

CIVIL		DESIGNAÇÃO	AFASTAMENTO
CASADO	AV. GONÇALO ANTUNES BEZERRA, Nº 85 CENTRO ALAGOINHA - PE	01/01/2021	31/12/2022

Formulário concluído. Os valores apresentados conferem com o Anexo XI desta Prestação de Contas.

**09 DEMONSTRATIVO DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS AO RPPS**  
ANEXO XI DA RESOLUÇÃO TCE/PE N. 153/2021

Deixar este formulário em branco, caso o município não possua RPPS.

ANEXO XI-A  
CONTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E DOS PENSIONISTAS (RPPS)

Em R\$

COMPETÊNCIA	BASE DE CÁLCULO (1)	RETIDA (2)	CONTABILIZADA	RECOLHIDA (Principal) (4)	RECOLHIDA (Multas e Juros) (4)	
JANEIRO	1,100.00	121.00	121.00	121.00		0.00
FEVEREIRO	1,100.00	154.00	154.00	154.00		0.00
MARÇO	1,100.00	154.00	154.00	154.00		0.00
ABRIL	1,100.00	154.00	154.00	154.00		0.00
MAIO	1,100.00	154.00	154.00	154.00		0.00
JUNHO	1,100.00	154.00	154.00	154.00		0.00
JULHO	1,100.00	154.00	154.00	154.00		0.00
AGOSTO	1,100.00	154.00	154.00	154.00		0.00
SETEMBRO	1,100.00	154.00	154.00	154.00		0.00
OUTUBRO	1,100.00	154.00	154.00	154.00		0.00
NOVEMBRO	1,100.00	154.00	154.00	154.00		0.00
DEZEMBRO	1,100.00	154.00	154.00	154.00		0.00
13.º SALÁRIO	1,100.00	154.00	154.00	154.00		0.00
<b>TOTAL</b>	<b>14,300.00</b>	<b>1,969.00</b>	<b>1,969.00</b>	<b>1,969.00</b>		<b>0.00</b>

Formulário concluído. Os valores apresentados conferem com o Anexo XI desta Prestação de Contas.

**09 DEMONSTRATIVO DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS AO RPPS**  
ANEXO XI DA RESOLUÇÃO TCE/PE N. 153/2021

Deixar este formulário em branco, caso o município não possua RPPS.

**ANEXO XI-B**  
**CONTRIBUIÇÃO NORMAL DO ÓRGÃO/ENTIDADE (RPPS)**

COMPETÊNCIA	BASE DE CÁLCULO (1)	DEVIDA	CONTABILIZADA	BENEFÍCIOS PAGOS DIRETAMENTE (3)	RECOLHIDA (Principal) (4)
JANEIRO	1,100.00	168.96	168.96	0.00	168.96
FEVEREIRO	1,100.00	168.96	168.96	0.00	168.96
MARÇO	1,100.00	168.96	168.96	0.00	168.96
ABRIL	1,100.00	168.96	168.96	0.00	168.96
MAIO	1,100.00	168.96	168.96	0.00	168.96
JUNHO	1,100.00	168.96	168.96	0.00	168.96
JULHO	1,100.00	168.96	168.96	0.00	168.96
AGOSTO	1,100.00	168.96	168.96	0.00	168.96
SETEMBRO	1,100.00	168.96	168.96	0.00	168.96
OUTUBRO	1,100.00	168.96	168.96	0.00	168.96
NOVEMBRO	1,100.00	168.96	168.96	0.00	168.96
DEZEMBRO	1,100.00	168.96	168.96	0.00	168.96
13.º SALÁRIO	1,100.00	168.96	168.96	0.00	168.96
<b>TOTAL</b>	<b>14,300.00</b>	<b>2,196.48</b>	<b>2,196.48</b>	<b>0.00</b>	<b>2,196.48</b>

Formulário concluído. Os valores apresentados conferem com o Anexo XI desta Prestação de Contas.

**09 DEMONSTRATIVO DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS AO RPPS**  
ANEXO XI DA RESOLUÇÃO TCE/PE N. 153/2021

Deixar este formulário em branco, caso o município não possua RPPS.

ANEXO XI-C  
CONTRIBUIÇÃO DO ÓRGÃO/ENTIDADE – COMPROMISSO ESPECIAL (RFS) DECORRENTE DE ALÍQUOTA SUPLEMENTAR

COMPETÊNCIA	BASE DE CÁLCULO (1)	DEVIDA	CONTABILIZADA	Em R\$	
				RECOLHIDA (Principal) (3)	RECOLHIDA (Multas e Juros) (4)
JANEIRO	1,100.00	163.57	163.57	0.00	163.57
FEVEREIRO	1,100.00	163.57	163.57	0.00	163.57
MARÇO	1,100.00	163.57	163.57	0.00	163.57
ABRIL	1,100.00	163.57	163.57	0.00	163.57
MAIO	1,100.00	163.57	163.57	0.00	163.57
JUNHO	1,100.00	163.57	163.57	0.00	163.57
JULHO	1,100.00	163.57	163.57	0.00	163.57
AGOSTO	1,100.00	163.57	163.57	0.00	163.57
SETEMBRO	1,100.00	163.57	163.57	0.00	163.57
OUTUBRO	1,100.00	163.57	163.57	0.00	163.57
NOVEMBRO	1,100.00	163.57	163.57	0.00	163.57
DEZEMBRO	1,100.00	163.57	163.57	0.00	163.57
13.º SALÁRIO	1,100.00	163.57	163.57	0.00	163.57
<b>TOTAL</b>	<b>14,300.00</b>	<b>2,126.41</b>	<b>2,126.41</b>	<b>0.00</b>	<b>2,126.41</b>

**NOTAS DOS ANEXOS XI-A, XI-B, XI-C**

Nota 1: Conforme folha dos servidores vinculados ao RPPS;

Nota 2: Valor descontado em folha dos servidores (ativos, inativos, pensionistas), destinada ao custeio do RPPS;

Nota 3: Benefícios previdenciários pagos diretamente pelo órgão e deduzidos dos repasses à unidade gestora do RPPS. Neste caso, em nota explicativa a este demonstrativo, devem ser listados os benefícios pagos diretamente pela entidade e seus respectivos valores;

Nota 4: Valor repassado à unidade gestora do RPPS, apresentando de forma separada o principal (valor devido originalmente) e, quando for o caso, os encargos (valores referentes à multa, juros e outros encargos por mora);

Formulário concluído. Os valores apresentados conferem com o Anexo XIII desta Prestação de Contas.

**10 DEMONSTRATIVO DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS AO RGPS**  
ANEXO XI DA RESOLUÇÃO TCE/PE N. 153/2021

ANEXO XIII-A  
CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS (RGPS)

COMPETÊNCIA	BASE DE CÁLCULO (1)	RETIDA (2)	CONTABILIZADA	Em RS	
				RECOLHIDA (Principal) (4)	RECOLHIDA (Multas e Juros) (4)
JANEIRO	74,801.13	7,204.58	7,204.58	7,204.58	0.00
FEVEREIRO	77,671.38	7,628.02	7,628.02	7,628.02	0.00
MARÇO	77,671.38	7,522.25	7,522.25	7,522.25	0.00
ABRIL	78,771.38	7,620.03	7,620.03	7,620.03	0.00
MAIO	78,771.38	7,580.51	7,580.51	7,580.51	0.00
JUNHO	78,771.38	7,652.05	7,652.05	7,652.05	0.00
JULHO	78,771.38	7,703.02	7,703.02	7,703.02	0.00
AGOSTO	81,384.77	7,710.52	7,710.52	7,710.52	0.00
SETEMBRO	78,771.38	7,710.52	7,710.52	7,710.52	0.00
OUTUBRO	78,771.38	7,710.52	7,710.52	7,710.52	0.00
NOVEMBRO	78,771.38	7,710.52	7,710.52	7,710.52	0.00
DEZEMBRO	78,771.38	7,599.65	7,599.65	7,599.65	0.00
13.º SALÁRIO	16,656.37	1,461.30	1,461.30	1,461.30	0.00
<b>TOTAL</b>	<b>958,356.07</b>	<b>92,813.49</b>	<b>92,813.49</b>	<b>92,813.49</b>	<b>0.00</b>

Formulário concluído. Os valores apresentados conferem com o Anexo XIII desta Prestação de Contas.

**10 DEMONSTRATIVO DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS AO RGPS**  
ANEXO XI DA RESOLUÇÃO TCE/PE N. 153/2021

**ANEXO XIII-B**  
**CONTRIBUIÇÃO DO ÓRGÃO/ENTIDADE (RGPS)**

COMPETÊNCIA	BASE DE CÁLCULO (1)	DEVIDA	CONTABILIZADA	BENEFÍCIOS PAGOS DIRETAMENTE (3)	RECOLHIDA (Principal) (4)
JANEIRO	74,801.13	15,708.23	16,456.24	46.14	16,410.10
FEVEREIRO	77,671.38	16,310.98	16,311.02	51.27	16,259.75
MARÇO	77,671.38	16,310.98	16,310.98	51.27	16,259.71
ABRIL	78,771.38	16,541.98	16,541.98	51.27	16,490.71
MAIO	78,771.38	16,541.98	16,541.98	51.27	16,490.71
JUNHO	78,771.38	16,541.98	16,541.98	51.27	16,490.71
JULHO	78,771.38	16,541.98	16,541.98	51.27	16,490.71
AGOSTO	81,384.77	17,090.79	17,090.79	51.27	17,039.52
SETEMBRO	78,771.38	16,541.98	16,541.98	51.27	16,490.71
OUTUBRO	78,771.38	16,541.98	16,541.98	51.27	16,490.71
NOVEMBRO	78,771.38	16,541.98	16,541.98	51.27	16,490.71
DEZEMBRO	78,771.38	16,541.98	16,541.98	51.27	16,490.71
13.º SALÁRIO	16,656.37	3,497.83	3,497.83	0.00	3,497.83
<b>TOTAL</b>	<b>958,356.07</b>	<b>201,254.65</b>	<b>202,002.70</b>	<b>610.11</b>	<b>201,392.59</b>

**NOTAS DOS ANEXOS XIII-A e XIII-B**

Nota 1: Conforme folha dos servidores vinculados ao Regime Geral de Previdência;

Nota 2: Valor descontado em folha dos segurados, destinada ao custeio do Regime Geral de Previdência;

Nota 3: Benefícios previdenciários pagos diretamente pelo órgão e deduzidos dos repasses ao INSS;

Nota 4: Valor repassado ao INSS, apresentando de forma separada o principal (valor devido originalmente) e, quando for o caso, os encargos (valores referentes à multa, juros e outros encargos por mor



**PODER LEGISLATIVO**  
**CASA**  
**MANOEL IZIDORO SOBRINHO**  
CNPJ.: 24.300.618/0001-35

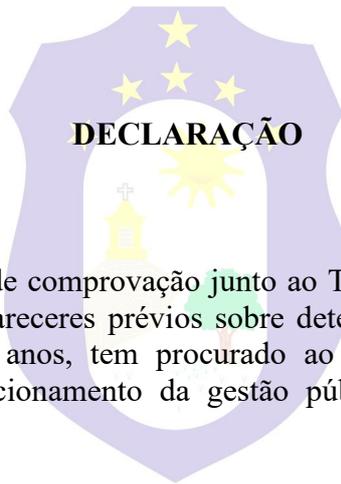


Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR  
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 0ad6ac11-69d5-49ae-a807-f91a2b15616

RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.  
PRESTAÇÃO DE CONTAS 2021

**ANEXO V**

**ITEM 28**



**DECLARAÇÃO**

DECLARAMOS para fins de comprovação junto ao TCE-PE, que esta Gestão, no exercício de suas funções e analisando os pareceres prévios sobre determinações e recomendações emitidas pelo TCE, nos últimos 03 (três) anos, tem procurado ao longo de cada exercício, mostrar a necessidade de se adequar o funcionamento da gestão pública às determinações da legislação vigente.

A presente declaração é a expressão da verdade.

Alagoínia-PE, 10 de março de 2022.

JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR:07234834427  
7  
Assinado de forma digital por JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR:07234834427  
Dados: 2022.03.14 09:14:29 -03'00'  
José Flávio Inácio dos Santos Júnior.  
Presidente



PODER LEGISLATIVO  
CASA  
MANOEL IZIDORO SOBRINHO  
CNPJ.: 24.300.618/0001-35



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR  
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 1cc8e9bd-7b7b-4ce2-b9b0-c1f7484d17b8

RESOLUÇÃO TC Nº 153, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021.  
PRESTAÇÃO DE CONTAS 2021

ANEXO V

ITEM 29



DECLARAMOS para fins de comprovação junto ao TCE-PE, que durante o exercício financeiro de 2021, **não** houveram contratos relacionados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância nacional (ESPIN).

A presente declaração é a expressão da verdade.

Alagoinha-PE, 10 de março de 2022.

JOSE FLAVIO INACIO  
DOS SANTOS  
JUNIOR:07234834427

Assinado de forma digital por  
JOSE FLAVIO INACIO DOS  
SANTOS JUNIOR:07234834427  
Dados: 2022.03.14 09:15:07  
-03'00'

José Flávio Inácio dos Santos Júnior.  
Presidente



## Resultados da Consulta do Estabelecimento

### Filtrar Consulta do FAP

\*Ano de Vigência:

2021 ▼

Selecione um Estabelecimento:

24.300.618/0001-35 ▼

ou complete o CNPJ Raiz **24.300.618/**

### Filtrar Processamentos do FAP - FAP Original

Alternar visualização da consulta para :

FAP Original - Data Cálculo: 30/09/2020 - Valor do Fap: 0,5000 ▼

### Dados do estabelecimento

Nome Empresarial: ALAGOINHA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

CNPJ Completo: 24.300.618/0001-35

Endereço: Pc Manoel Izid Sobrinho 03 - Centro - Alagoinha - Pe

CEP: 55260-000

Início da Atividade: 30/07/1990

Data da última atualização na RFB na extração: 28/07/1998

### Informações relativas às extrações

Ano de Vigência: 2021

Período-base utilizado para o cálculo: de 01/01/2018 a 31/12/2019

Data de extração dos dados da arrecadação:

Origem: Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à 22/07/2020

Previdência Social - GFIP:

Origem: eSocial - Sistema de Escrituração Digital das Obrigações 25/06/2020

Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas:

Data de extração dos dados de benefícios: 01/04/2020

Origem: Sistema Único de Benefícios-SUB

Data de extração da expectativa de vida: 11/03/2020

Ano de Referência: 2018

Fonte: IBGE

### Valor do FAP Original

FAP Original : **0,5000**

Data do Cálculo : **30/09/2020**

### Histórico de processamento do FAP

FAP Original: **0,5000**

Data do Cálculo: **30/09/2020**

### Dados resultantes do FAP Original

Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT com Óbito:	0	Auxílio-doença por acidente de trabalho - B91:	0
Massa Salarial:	1.796.730,86	Aposentadoria por invalidez por acidente de trabalho - B92:	0
Número Médio de Vínculos:	15,8333	Pensão por morte por acidente de trabalho - B93:	0
Total de Estabelecimentos na subclasse CNAE:	23.895	Auxílio-acidente por acidente de trabalho - B94:	0
Total de Estabelecimentos na subclasse CNAE com todos os insumos necessários ao cálculo do FAP:	16.472	Valor Total de Benefícios Pagos:	0,00

Atividade econômica do estabelecimento(Subclasse da CNAE - 2.3): ADMINISTRACAO PUBLICA EM GERAL (84.11-6/00)

Atividade econômica do estabelecimento - Relação de GFIPs válidas e eSocial: [Visualizar Relatório](#)

### Indicadores do Estabelecimento FAP Original

Índice de Freqüência:	0,0000	Número de Ordem de Freqüência:	1,0000	Percentil de Ordem de Freqüência:	0,0000
Índice de Gravidade:	0,0000	Número de Ordem de	1,0000		0,0000

Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
Acesse em: https://stce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam?codigo\_documento=5ab6f9a-b1a0-47ef-a9af-6c8f1e26fec0

Índice de Custo:	0,0000	Gravidade:	Percentil de Ordem de Gravidade:	0,0000
Taxa Média de Rotatividade:	0,0000%	Número de Ordem de Custo:	Percentil de Ordem de Custo:	0,0000
			Índice Composto:	0,0000



Documento Assinado Digitalmente por: JOSE FLAVIO INACIO DOS SANTOS JUNIOR, JAIRO PEREIRA DA LUZ  
Acesse em: <https://stc.ce.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 5a6bcf9a-b1a0-47ef-a9af-6c8f1e26fec0

**FAP a ser informado no SEFIP**

\* Vide orientação da IN 971 e Ato Declaratório Executivo SRFB em [documentos de apoio](#)